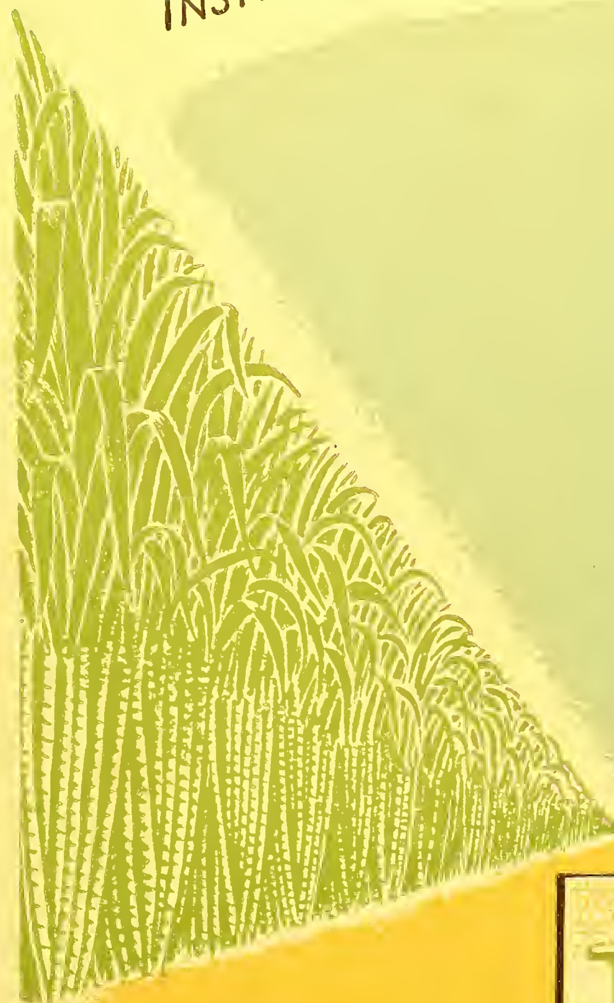
Biblioteca
REGISTRADO
DATA

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL





BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XI — VOL. XXI MAIO — 1943 N.º 5

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas.
Aos sábados, de 9 às 12 horas.

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministerio da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministerio da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministerio da Viação
Otavio Milánez — Delegado do Ministerio do Trabalho.

Alfredo de Maia, José Inacio Monteiro de Barros, José Rufino Bezerra Cavalcanti, Tarcisio de Almeida Miranda — Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Manuel Francisco Pinto — Representantes dos fornecedores

S U P L E N T E S

Arnaldo Pereira de Oliveira, Gustavo Fernandes Lima, João Carlos Belo Lisboa, Luiz Dias Rolemberg — Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira, João Soares Palmeira, José Pinheiro Brandão — Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico : COMDECAR

Fones: Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistencia à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gerencia, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidencia, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Secretaria da Presidencia, 23-2935; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico : SATELÇUCAR

ALAGOAS — Edificio da Associação Comercial — Maceió
BAIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º andar — João Pessoa.
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo.
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracajú

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.

Endereços: Caixa postal, 102 — Campos; Telegráfico — DICENRIO — Campos; Telefônico — Martins Lage, 5.

DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS : Cabo — E. F. Great Western Pernambuco.

Endereços : Caixa postal, 97 — Recife; Telegráfico — DICENPER — Recife.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registo de Títulos e Documentos e no D. I. P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e Teodoro Cabral.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Acham-se esgotados, para venda avulsa, os números de março, abril e maio de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se coleções desde o 3.º volume, encadernadas, por semestre, e o número especial com o índice alfabético e remissivo, do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Pidese permuta.

Agentes: OTAVIO DE MORAIS, Pernambuco; HEITOR PORTO & CIA., Rio Grande do Sul.

SUMARIO

MAIO DE 1943

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XI — VOL. XXI   MAIO DE 1943   N.º 5

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Na sessão ordinaria da Comissão Executiva de 28 de abril último, o sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, leu a seguinte exposição, que foi aprovada por unanimidade, sôbre a situação do produto no Brasil :

"Desde que começou a guerra submarina contra o Brasil, a situação do suprimento de açucar, nos mercados consumidores do sul e do extremo norte, tem sido dificílima. Episódios graves ocorreram, há muitos meses passados, na praça de Belém. Aqui mesmo, no Distrito Federal, já atravessamos períodos e períodos com estoques quasi tão escassos como os de fins de abril. Embora não tenha, normalmente, função distribuidora do açucar, o Instituto do Açucar e do Alcool desenvolveu esforços consideraveis para desfazer crises que se apresentavam de momento a momento agindo junto aos centros produtores, à Comissão de Marinha Mercante e à Coordenação da Mobilização Econômica. Até que pareceu impossivel continuar sem racionamento do açucar, o que levou o Instituto do Açucar e do Alcool a propor essa medida, em meados de março, em parte pela falta do açucar e, em parte, pela necessidade de regularizar a sua distribuição, numa fase de transportes escassos e sobretudo irregulares. Como acaba de declarar o sr. Coordenador da Mobilização Econômica, o racionamento está em elaboração, e dentro das normas que o podem tornar efetivo e útil, através de um censo que permita racionar por meio de casas e do número de pessoas que as habitem. E' o cartão do racionamento, que está sendo estudado e planejado pelos técnicos de estatística e de recenseamento, com os srs. Carneiro Filipe e Rafael Xavier, auxiliados pelo sr. Gileno Dé Carli, representante do Instituto do Açucar e do Alcool junto à Coordenação da Mobilização Econômica.

O estoque do Distrito Federal, neste momento, é um dos maiores estoques verificados nos últimos seis meses. O desembarque no Rio de uma grande partida de açucar destinada a S. Paulo pôde corrigir a situação do Distrito. Embora ordenada pela Coordenação a medida, deve-se observar que o Instituto havia procurado conseguir aquela providência da Comissão de Marinha Mercante, que não pôde atender, pela circunstância de lhe faltarem, como ao Instituto, poderes legais para tanto. Já a Coordenação tinha faculdades legais para a providência, que assim se tornou efetiva. O estoque que dessa maneira se formou resistirá a um mês de consumo, mesmo com a procura anormal que tem havido. Raras familias não possuem hoje algum estoque de açucar em casa. A produção distribuida pelas refinarias em três dias corresponde ao volume de distribuição de seis dias ou mais. Outras partidas de açucar estão sendo esperadas. No mês próximo, as usinas de Campos poderão antecipar a safra, de acôrdo com a autorização dada pelo Instituto que lhes proporcionou compensações por esta antecipação. Com o início da produção de Campos, teremos uma fase de calma e de segurança quanto ao mercado consumidor do Distrito. Mas há outros problemas e não menos importantes. Não poderemos prescindir do transporte de açucar por meio da nossa marinha mercante e já não temos os mesmos recursos com que antes faziamos a navegação de cabotagem. Perdemos até agora mais de vinte barcos. Além disso, o sistema de comboios e os perigos de submarinos reduzem consideravelmente a capacidade de transporte de nossa marinha mercante. Uma viagem, que antes se fazia em dez dias, hoje consome às vezes um mês, e até mais. Há muita coisa

remediavel, na situação presente, mas não devemos esquecer o que há de inevitavel, como consequência fatal do estado de guerra que nossos inimigos nos impuseram. E, na realidade, a crise mais grave não é essa que estamos vendo nos mercados consumidores, mas a que se observa nos mercados produtores do norte, com as dificuldades existentes para a retirada do açucar fabricado. Nas duas safras, a de 1941/42 e 1942/43, a situação dos mercados do norte revelava, em 31 de março, a seguinte percentagem na saída do açucar produzido :

	1941/42	1942/43
Pernambuco.	60,5	47,8
Alagoas.	76,0	59,9
Sergipe.	51,6	12,8
Baía.	86,4	77,1

No conjunto há uma diferença de 15 %, o que representa, sôbre uma produção total de quasi 9 milhões de sacos, cêrca de 1.300.000 sacos que estão pesando sôbre a economia do norte e desfalcando, em parte, os mercados consumidores do sul. Como resultado, os estoques do norte são, no momento, de 4.414.875, sacos, em 31 de março de 1943, contra 2.976.401 sacos, em 31 de março de 1942. E se não é mais grave a situação, é que houve aumento na produção do sul, sobretudo a de São Paulo. Campos sofreu alguma redução em consequência das cheias do Paraíba.

Há duas safras, desde 1940-1941, que se converte em açucar, no Brasil, a totalidade da produção canavieira. Todo o açucar produzido foi aproveitado no consumo e não se impediu a fabricação de açucar até o esgotamento das respectivas safras. Convém, aliás, frizar um aspecto curioso do problema. O comentador que não acompanha assuntos econômicos, e desconhece a estrutura da política do açucar, acredita que só existe falta de mercadoria por causa da limitação da produção. A alegação seria exata se houvesse "deficit" na produção e a verdade é que existe saldo, e não pequeno. A situação dos estoques de açucar, no país, nos últimos 3 anos, em 31 de março, era a seguinte: 1941, 4.830.449 sacos; 1942, 4.297.878 sacos; 1943, 4.974.972 sacos. Nunca tivemos, no Brasil, nessa data de 31 de março, estoque superior ao que se observa neste ano.

Convém acrescentar que as duas últimas safras superaram em mais de dois milhões de sacos as limitações legais. Êsses 2 milhões foram produzidos e vieram ao consumo por intermédio do Instituto do Açucar e do Alcool. Mesmo quando não havia limitação, o mercado carioca se abastecia em Campos e no norte, dentro das mesmas percentagens que hoje vigoram. E' claro, pois, que se tivéssemos tido, antes da política de limitação, uma situação de transportes como a atual, o Distrito Federal teria sofrido as mesmas consequências e os mesmos incômodos. De resto, não se confunda limitação com restrição. A limitação existe tão sòmente para a efetivação do equilibrio estatístico entre a produção e o consumo. Se êsse equilíbrio estatístico provoca, pela defesa e segurança dos preços, maior apetite para a produção de açucar, devemos também chegar à conclusão de que não existiria, como atualmente, tanto candidato à fabricação de açucar, se essa mercadoria fosse abandonada à sua própria sorte.. Quando não há economia dirigida, o produtor se encarrega, por si mesmo, de tornar realidade aquele equilíbrio estatístico, que é condição básica de sua existência. Nenhuma produção subsiste aos efeitos e consequências da super-produção a menos que sejam empregados meios artificiais, precários e custosíssimos, para obviar os males do excesso de oferta. E se o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo é indispensavel à subsistência do produtor, peor será, sem nenhuma dúvida possivel, quando abandonado à influência de fatores dispersos e descoordenados, como os que determinam as atitudes individuais.

Na política do açucar, que o Presidente Getulio Vargas estabeleceu em 1931, em defesa dos milhões de brasileiros que vivem da cana do açucar, há uma direção geral para a efetivação dêsse equilibrio estatístico. E' verdade que na economia dirigida se fala mais em restrição da produção, mas por uma razão fácil de perceber: é que o candidato a produtor se vê coagido a desistir de seus planos. Na economia livre, êle não chegaria a formular planos pois que não acharia interesse em se expor aos azares e dificuldades de um equilíbrio estatístico, obtido à custa de sacrifícios do produtor e com proveito quasi exclusivo para o intermediário. Se fossem atendidos os apetites de todos os que se propõem a fabricar açucar, no momento atual, sob a

inspiração da segurança proporcionada a essa indústria nos últimos dez anos pela política de aquilíbrio estatístico, teriamos, dentro em poucos anos, se perdurassem as condições atuais, uma crise de tal ordem, que logo em seguida se poderia chegar à escassez da mercadoria pelo desânimo dos arruinados e pela fuga dos aventureiros. O ideal, pois, é visar o equilíbrio estatístico, pois que dêsse modo se consegue a proteção do produtor, e se está mais perto da regularidade de suprimento ao consumidor. Nada mais perigoso do que ceder a impressões momentâneas, procurando resolver crises com fórmulas extremadas e inconsequentes, através de uma economia "à la minute", que contenta o noticiário mas vai semeando crises futuras de proporções incalculaveis. Não há, pois, falta de açucar mas, sim, falta de transporte.

Se os estoques existentes nos Estados do Norte não fossem, como são, superiores aos do ano passado em 1.438.000 sacos, teriamos ao menos uma crise só: a dos mercados consumidores do sul, quando a crise mais séria é a outra, a dos Estados do Norte. Se não pudermos retirar o açucar produzido, qual será a sorte daqueles Estados ? O açucar é a base da economica de todos êles. Ou sai o açucar, ou serão atirados a uma situação verdadeiramente calamitosa. Fala-se com muita facilidade em produzir cada vez mais, no sul do país. Mas que se poderá fazer da produção do Norte ? E nos Estados do Nordeste está o "front" de guerra, por excelência. Que adianta resolver o problema do consumidor sem resolver também o do produtor? Imaginemos, por um momento, que se tornassem dispensaveis para o Sul os sacos de açucar dos Estados do Norte. E que fariamos dessa produção que não suporta estocagem prolongada ? O mercado externo está praticamente fechado, ou anulado pelos mesmos motivos que nos mortificam: a falta de transportes.

Encarada, pois, a situação em conjunto e procurados os remédios que a devem resolver, não será dificil apontá-los. Aumentar, quanto possivel, o aproveitamento da praça disponivel, em benefício do transporte do açucar. Racionar o consumo de açucar, para obviar os inconvenientes da irregularidade dos transportes. Procurar utilizar as vias terrestes, o São Francisco e as estradas de ferro no plano a que há dias se reportava o sr. Napoleão de Alencastro e que está sendo executado pela Coordenação da Mobilização Econômica. Conjuntamente, aproveitar a produção do Sul, para cobrir as deficiências que forem apuradas depois de todos aqueles esforços. Por sinal que o Instituto há dois anos suspendeu qualquer medida contra os engenhos existentes. Temos notícia da existência de mais de 500 engenhos montados clandestinamente e que nem por isso deixaram de produzir. Mandamos registar como fabricantes de rapadura todos os engenhos que existiam em 1939. Não houve limitação para a produção dos engenhos nessas duas safras últimas.

A produção acima do limite, só nos Estados do Sul, nas três últimas safras, foi a seguinte :

1940/41.	867.473 sacos
1941/42.	1.454.314 "
1942/43.	1.429.821 "

Se não foi ainda maior na safra atual a produção fora do limite, é que o Estado do Rio sofreu consideravel redução de safra, com a cheia do Paraíba. O que prova que o Instituto do Açucar e do Alcool há muito tempo está atento aos interesses e conveniências dos mercados consumidores do país. As quotas legais de produção nunca tiveram carater rigido, pois que podem ser aumentadas, ou reduzidas, na correspondência com os imperativos do equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

Não permitamos, pois, que sob arguições infundadas, sejam os nossos espíritos influenciados pelo ilogismo, que procura arquitetar fórmulas de emergência como planos de salvação, esquecidos de que há interesses e necessidades permanentes, interesses e necessidades que precisam ser salvaguardados, em benefício da comunhão brasileira.

Em face da crise presente, o Instituto do Açucar e do Alcool pode declarar, com absoluta segurança e estrita verdade, que não deixou de tomar nenhuma das providências reclamadas pela situação. Não poderia fazer, e não fez, o que escapava à sua competência, por fôrça das leis que o regem, mas ainda nesses casos, nunca deixou de levar ao conhecimento das autoridades competentes a gravidade da situação, assim como as providências que poderiam dar resultado proveitoso".

RACIONAMENTO DO AÇUCAR NO RIO E EM SÃO PAULO

Em virtude da crise de transportes e, também, do mau aproveitamento das praças disponiveis, em muitos casos, o Brasil, que figura como um grande produtor de açucar no cômputo mundial, está, desde abril passado, com aquêle produto sob racionamento. E' bem verdade que aquela medida de emergencia só foi posta em prática nos grandes centros de consumo, como Rio e São Paulo. Este último também figura como produtor, mas suas necessidades consuntivas internas sobrepujam a produção doméstica.

O Instituto do Açucar e do Alcool previu a crise transitória e tomou, de inicio, todas as medidas preventivas de modo a evitar uma falta completa do produto, o que esteve para se verificar, ante uma súbita corrida por parte da população aos armazens, em virtude de rumores propalados àquele respeito.

Como os boatos ganhassem corpo, a Coordenação da Mobilização Econômica, no dia 20 do corrente, fazia distribuir à imprensa, o seguinte comunicado :

"O Setor Preços torna a reiterar à população não haver razões para alarme quanto à possibilidade de vir a faltar açucar ao seu consumo indispensavel, podendo acrescentar que, em virtude de providencias tomadas, são maiores os estoques dêsse produto nesta capital, do que quando, sôbre a materia, expediu o primeiro comunicado ao público. Entretanto, volta a apelar para a população no sentido de que renuncie a qualquer gasto supérfluo do produto, abolindo, transitoriamente, a confecção de doces, sorvetes, etc., afim de evitar qualquer desequilibrio nas estimativas realizadas para o abastecimento da cidade. Lembra, outrossim, que aqueles que por noticias tendenciosas ou atos ilícitos vieram a criar embaraços a essas determinações estarão dificultando o abastecimento da população da capital do país em tempo de guerra, circunstancia que será considerada como um atentado à segurança militar da nação".

Quarenta e oito horas depois, aquela Coordenação baixou a seguinte :

RESOLUÇÃO N.º 18

De ordem do Coordenador da Mobilização Econômica, o Assistente Responsavel do Setor Preços, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 30, de 30 de novembro de 1942, e

Atendendo a que pelos atuais estoques no Distrito Federal as disponibilidades de açucar são insuficientes para o abastecimento normal da população;

Atendendo a que é indispensavel assegurar uma distribuição equitativa de acôrdo com as necessidade de cada um, até que o refôrço dos estoques permita a volta à normalidade,

Resolve :

1 — A distribuição do açucar confiada às Usinas Nacionais, Usinas Brasil e Refinaria Magalhães, deverá se fazer até ulterior deliberação com as seguintes quotas de percentagem sôbre o respectivo consumo normal de cada classe :

Armazens, 50%; Feiras Livres, suspensa; Confeitarias, 10%; Padarias, 10% Cafés e Leiterias, 60%; Hoteis e Restaurantes, 50%; Fábricas de doces e balas, suspensa; Colegios (internatos), 60% Corporações militares, 60%; Industrias farmacêuticas, 70%; Farmácias, 90%; Cooperativas de consumo, 50%; S.A.P.S., 50%; Asilos e hospitais, 90%; Emprêsas de navegação, mediante requisição à Coordenação; Exportação para outros Estados, mediante requição à Coordenação.

II — Sòmente os armazens de sêcos e molhados, as cooperativas de consumo, os serviços de subsistencia civís e militares, e os postos de abastecimento do S.A.P.S. poderão vender açucar diretamente ao público.

§ 1.º — Essas vendas deverão ser feitas, mantidos os preços atualmente vigorantes, em volume que não exceda a dois quilos por freguês.

§ 2.º — Não é lícito a nenhum negociante procurar retalhar o produto com o objetivo exclusivo de auferir maior lucro.

III — Possuindo o produto, nenhum negociante poderá se recusar a fornecê-lo na base das quantidades especificadas, sob pretexto de ter que atender a determinados fregueses, devendo, entretanto, exigir do comprador a identidade e residencia para notificar ao Serviço de Fiscalização de Preços e Estoques da Coordenação da Molibização Econômica que autuará todo aquele que, perturbando o mercado em prejuizo do abastecimento da população, procurar fazer estoques em volume acima do normal para o consumo semanal das pessoas que estiverem sob sua dependência econômica.

IV — Fica suspenso, em todo o Distrito Federal, o sistema usual de fornecimento de café nos botequins, restaurantes e hoteis de qualquer categoria, e demais estabelecimentos que servem êsse produto nas mesas, devendo essa bebida ser fornecida já devidamente adoçada.

V — Estas disposições entram em vigor na data de sua publicação.

Apesar dos reiterados avisos das autoridades, esclarecendo não haver possibilidade de vir a faltar o produto, e recomendando apenas parcimonia nos gastos, a procura do açucar continuou, com tendencia a se acenutar exageradamente. Donas de casa e domésticos, afora todas as pessoas disponiveis no dimicilio, colocavam-se nas filas, em frente aos armazens de gêneros alimen-

ticios, procurando, por êsse modo, obter a maior quantidade possivel de açucar para armazenamento doméstico.

O RACIONAMENTO

A Coordenação da Mobilização Econômica decidiu, então, levar a efeito o racionamento, como foi realizado recentemente com o calçado nos Estados Unidos. Efetivamente, quando se tratou de sujeitar o açucar a rações, naquele país, precedeu-se a medida de uma serie de estudos demorados e inquéritos exhaustivos — apesar dos censos demográficos precisos e outras fontes excelentes de informação — de modo que, no interregno, o povo foi cuidando de prover, na medida do possivel, ao seu proprio abastecimento, com ampla margem de reserva para o futuro, tornado incerto pelo conhecimento público das decisões do govêrno. O racionamento já veio encontrar os estoques em franca diminuição e as quotas tiveram de obedecer a um certo rigorismo, para atender às necessidades aparentes. O objetivo, entre nós, foi fazer o levantamento imediato dos consumidores, em 24 horas, com aviso de curta antecedencia. Em cada bairro funcionaram de um a dois postos de inscrição, sediados em escolas públicas, onde o consumidor recebia um cartão, que lhe assegurava o fornecimento de açucar, à base de 50 gramas por pessoa da familia. Esse cartão será depois trocado pelos "tickets" defintivos.

Dado o vulto da massa a recensear e dificuldades de ordem técnica e material, as autoridades resolveram prolongar até à noite o serviço e determinar outro dia para a conclusão do censo.

A propósito dos primeiros resultados dêsse inquérito, o sr. Jorge Kafuri, responsavel pelo Setor Preços da Coordenação, prestou a "A Noite", desta capital, edição de 7 do corrente, os esclarecimentos seguintes:

Disse-nos inicialmente que os trabalhos se estavam desenrolando como haviam sido previstos. Haveria falhas, era bem possivel, mas estas eram inevitaveis.

De uma maneira geral, o censo, afirmou, alcançaria seu objetivo.

300.000 PESSOAS

Prosseguindo, disse-nos o professor Kafuri que, pelo que pudera observar, cêrca de trezentas mil pessoas, em toda a cidade, deveriam terse apresentado nos varios postos. Levando-se em consideração que o recenseamento de 1940 dava o número de 380.000 domicílios para o Rio de Janeiro, os resultados do inquérito ontem iniciado eram magníficos. Depois de domingo, ajuntou, todas as fichas seriam encaminhadas à repartição de Censo, da Avenida Pasteur, para ser colhido, então, o resultado geral.

Não escondeu a sua admiração e agradecimento ao pessoal das escolas públicas, guardas e demais funcionarios do Departamento de Vigilancia da Prefeitura, que não mediram sacrificos para que nada obstasse a que se levasse a bom termo o trabalho de que haviam sido incumbidos.

600.000 SACAS DE AÇUCAR

Ainda durante a sua palestra com a reportagem de "A Noite" disse o sr. Jorge Kafuri que o consumo de açucar da cidade é de 5.000 sacas diarias. Depois do verdadeiro colapso que havia ocorrido, a Coordenação tomara providencias drásticas para que não houvesse mais falta do produto. Assim, acrescentou, dentro de pouco os estoques subiriam a 600.000 sacas. Parte dêsse açucar, ajuntou, já havia chegado a esta capital. E como estranhássemos que mesmo assim vigorassem as medidas restritivas postas em prática, explicou que a despeito do suprimento que nos dará o adiantamento da safra de Campos poderiam ressurgir impasses com relação à vinda de açucar nordestino. E é fato sabido que a capital se supre em grande parte do produto proveniente do norte.

POSTOS ESTAVEIS EM TODOS OS BAIRROS

Falando sôbre aqueles que, mesmo no domingo próximo, não consigam, por motivo paulivel, inscrever-se, adiantou-nos o sr. Jorge Kafuri que a Coordenação criará postos estaveis em todas as zonas. Nesses postos os retardatarios deverão inscrever-se e ainda neles deverão ser, daí por diante, feitas as modificações registadas nos domicilios, tais como mudanças, chegadas de pessoas que se encontravam fora, aquisição de agregados etc. A respeito de mudança de domicilio disse-nos que estas, diariamente, somam trezentas, em media, nesta capital.

Ao deixar o predio para vistoriar novo posto, o professor Kafuri declarou que o resultado do censo ora realizado deverá ser conhecido dentro de um prazo de seis semanas e que durante estas, os gastos, já racionados, serão assinalados atraz do cartão que foi distribuido a todos. O cidadão deverá matricular-se num único armazem, em qualquer zona da cidade, mesmo longe da sua residencia, mas apenas em um, onde deverá fazer suas compras de açucar. Pelas anotações feitas nele a Coordenação poderá então controlar os gastos e tomar as providências que se tornarem necessarias.

AS CAUSAS DA ESCASSEZ DO AÇUCAR

Procurando esclarecer o público sôbre os determinantes da crise no abastecimento de açucar, o ministro João Alberto reuniu, em fins de abril último, os jornalistas para uma entrevista coletiva, da qual destacamos os trechos essenciais:

"SITUAÇÃO ANORMAL"

— Em primeiro lugar deveremos considerar a situação anormal que atravessa o país — diz o ministro João Alberto. Grandes eram as possibilidades da produção brasileira e até agora tinhamos vivido com folga, apesar da guerra. As consequencias do bloqueio não tinham chegado

até nós. Conservaramos todos os hábitos anteriores à guerra e embora tivessemos colaborado grandemente com os aliados na produção e fornecimento de material estratégico, não se perturbara o ritmo da nossa vida econômica.

A PIRATARIA DOS CORSARIOS DO EIXO

— Só depois que o bloqueio atingiu às nossas costas — continua o coordenador — é que começamos a sentir os efeitos da guerra. Questões de ordem geográfica e econômica tinham especializado as diversas zonas brasileiras. O norte produzia açucar e sal, o sul carne e artigos de industria. Vivemos uma civilização de povo de beira-mar, pois as comunicações interiores são insuficientes ou inexistentes. O proprio São Francisco está mal aparelhado e sujo, oferecendo impecilhos à navegação. O nosso consumo está pois condicionado ao comercio de cabotagem, em sua maior parte. O bloqueio das nossas costas fere no coração a economia brasileira.

TONELAGEM REDUZIDA

Com isso reduziu-se a nossa tonelagem de 75%. Afundamentos, demora nos portos por motivos de segurança, mau aproveitamento das praças determinaram essa espantosa diminuição...

Por exemplo, navios chegados do norte, que poderiam ter trazido açucar ou sal, vieram carregados de engradados de garrafas vazias!

PROVIDENCIAS DO GOVERNO

E o govêrno, por certo, tomará providencias para remediar essa situação — interrompemos.

— Imediatamente foram tomadas — responde o ministro João Alberto. Por solicitacão da Comissão de Marinha Mercante o controle das pracas marítimas estará de agora em diante a cargo da Coordenacão. Aguardamos, apenas, a aprovação do presidente da República para efetivar a medida.

DESEQUILIBRIO NO AÇUCAR

E' no açucar que se reflete mais o desequilibrio entre produção e consumo, positivo no Norte, negativo no Sul. O Instituto do Açucar e do Alcool, criado para controlar a produção e até impedir a super-produção, tem procurado nos últimos tempos incrementar a industria açucareira no Sul. Mas a cana precisa de um ano para amadurar. As providencias tomadas até agora só poderão dar resultado, e fraco, para o ano.

SITUAÇÃO DE FATO

— Estamos pois — continua o ministro João Alberto — diante de uma situação de fato. Faz-se mistér reduzir o consumo do açucar no Sul. Devemos preparar estoques para atender a todas as emergências, encorajando ainda mais, o aumento da produção.

SOLUÇÃO RELATIVAMENTE FACIL

E' facil, relativamente, resolver o problema do açucar. Entre os gêneros de primeira necessidade é êle o que apresenta maiores possibilidades de redução. Honestamente, nenhum de nós pode negar que uma redução de 50 ou 60 por cento no consumo atual não se faria sentir tão fortemente. Limitada a produção de doces caseiros, eliminando o excesso de açucar no café a multiplicação dos cafèzinhos, para passar o tempo ou para retardar mais uma visita agradavel, são elementos para a solução do problema. Este pouco representa para o indivíduo, mas tem um valor transcendente para a coletividade

RACIONAMENTO

Apesar da confiança que temos na colaboração leal da população, colaboração que nunca foi negada, torna-se necessario estabelecer um plano de racionamento, que se iniciará com o açucar, habilitando a todos, sem exceção, a terem as suas rações asseguradas, seja de açucar seja de qualquer outro gênero de que se venha a sentir falta.

O PLANO A SEGUIR

Ainda esta semana daremos inicio ao plano que consiste na distribuição a domicilio de cartões ou fichas de racionamento, na qual o consumidor escreverá o número de pessoas a seu cargo, o nome e o endereço. Recolhida a ficha no dia seguinte será dado ao consumidor um recibo que o habilitará a obter os "coupões" de racionamento, quer se trate de açucar quer de outro qualquer artigo de consumo, como já declarei.

COLABORAÇÃO NECESSARIA

Embora tivesemos os estoques necessarios — acrescenta o ministro João Alberto — a medida da organização do racionamento era necessaria, digo mesmo imprescindivel. E' preciso que cada um compreenda bem esta política e procure colaborar, preenchendo rapidamente e exatamente a ficha, pedindo ao agente coletor as explicações que se fizerem necessarias. E' possivel que com o decorrer do tempo, passado o mês de maio, que é crítico, possamos aumentar as quotas de açucar. O inicio da safra de Campos, em 15 de maio, vem aliviar as nossas preocupações quanto ao suprimento do Rio de Janeiro e cidades do interior do Brasil central. O controle do abastecimento tomou todas as providencias para que o suprimento não se limite a esta última zona, mas a todo o País. Vem daí a complexidade do problema que deve ser examinado em todos os seus aspectos, não apenas em relação ao açucar ou a uma região, mas a todos os gêneros e a todo o Brasil.

EM SÃO PAULO

Na capital paulista, verificou-se fenômeno de nervosismo coletivo idêntico ao do Rio. Filas interminaveis de pessoas eram vistas às portas de

estabelecimentos comerciais, à procura de açucar, também já em falta ante as compras exageradas, que já se vinham efetuando dias antes.

Ante êsse estado de coisas, o tenente-coronel Valerio Braga, presidente da Comissão Estadual de Preços, distribuiu aos jornais, no dia 4 do corrente, a seguinte nota :

"De acôrdo com os resultados do levantamento dos estoques de açucar, realizado pela Comissão Estadual de Preços, e com a chegada de novos suprimentos dêsse produto, por via marítima e ferroviaria, e tendo ainda em vista a antecipação da moagem da cana, facultando-se, assim, a produção dêsse alimento extra-quota em quantidade calculada em cêrca de 400.000 sacos, que deverão ser entregues ao consumo desde já e até o dia 20 de junho próximo, a C.E.P., por meu intermedio, declara que não há razão para o público se ver privado do alimento de que tanto necessita.

Foram ontem suspensas as vendas nos estabelecimentos atacadistas e varejistas para que fossem apurados números exatos nas declarações dos estoques, levantados de acôrdo com o edital n.º 2 da C.E.P.

No entanto essas vendas serão hoje restabelecidas, conforme prescrições contidas no edital n.º 3 que, nesta data, deverá ser também publicado.

Hoje, dia 4 do corrente, já deve a C.E.P. conhecer o resultado do levantamento do estoque de açucar existente em todo o Estado. De posse desses dados, poderá baixar normas para o suprimento dos varejistas pelos atacadistas e para distribuição, por parte dos primeiros, ao público em geral, fazendo assim normalizar-se a situação do comercio do produto em apreço. Para êsse fim haverá hoje nova sessão conjunta da C.E.P. com a C.M.P.

As declarações de estoque de açucar, reguladas pelo edital n.º 2 da C.E.P., datado de 29 de abril pp. devem ser prestadas, impreterivelmente, até à data de hoje, dia 4, sob as penas da lei."

EDITAL N.º 3

O Presidente da Comissão Estadual de Preços, usando de atribuições que lhe confere a Instrução n.º 2 do Assistente Responsavel do Setor Preços da Coordenação da Mobilização Econômica, faz público o seguinte: "ficam congelados e à disposição da Comissão Estadual de Preços todos os estoques de açucar, de qualquer tipo, conforme levantamento cuja disponibilidade naquela data superem a três mil quilos (3.000) quilos.

Enquanto não forem fixadas normas para controle de consumo de açucar na capital do Estado, poderão os varejistas proceder à distribuição aos consumidores, sob as seguintes condições: — vendas limitadas ao máximo de dois (2) quilos; — relacionamento dessas vendas para apresentação à Comissão Municipal de Preços de S. Paulo, com especificação de quantidades, nomes dos compradores e suas residencias.

Enquanto não forem fixadas as normas para controle de distribuição de açucar na capital do Estado, poderão os atacadistas e as refinarias proceder à distribuição, aos varejistas, sob as seguintes condições: apresentação pelos varejistas do recibo de declaração do estoque a que se refere o edital n.º 2, de 29 de abril de 1943; vendas limitadas ao máximo de dois (2) sacos de 60 quilos; relacionamento das vendas para apresentação à Comissão Estadual de Preços de S. Paulo, com expecificação das quantidades, nomes dos compradores e seus endereços.

Todos os recebimentos de açucar posteriores a 30 de abril provenientes de fora do Estado de S. Paulo deverão ser comunicados à Comissão Estadual de Preços pelos seus importadores. As informações falsas ou quaisquer outras formas de abuso, tanto por parte do vendedor como do comprador, darão lugar à imposição das penalidades previstas pelos decretos-lei ns. 869, de 18 de novembro de 1938 (Lei da Economia Popular) e 1716, de 28 de abril de 1939".

UM TELEGRAMA DA COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO AO SR. GETULIO VARGAS

O sr. presidente da República recebeu do presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco o seguinte telegrama:

"Exmo. sr. presidente da República — Palacio Rio Negro — Petrópolis — Estado do Rio de Janeiro — Pedimos licença para respeitosamente expor a v. ex. que desde o inicio da safra de açucar em Pernambuco vimos dirigindo aos poderes competentes apêlos constantes e calorosos para que êste gênero de primeira necessidade tivesse espaço reservado em regular quantidade tanto nos vapores que demandavam o norte como naqueles que demandavam o sul No principio dête ano tivemos ocasião de conferenciar com o senhor Coordenador, a quem expusemos a situação criada com o enorme estoque de açucar em Recife e a possibilidade de falta do gênero no sul e no norte do país. Lamentamos a concretização da escassez do açucar nos centros de consumo, enquanto dispomos de gênero suficiente para bastar todas necessidades. Apelamos para v. ex., nosso grande chefe, justo e precioso nas suas varias deliberações, para que determine à Comissão Marinha Mercante providencias urgentes afim de serem retirados com a máxima brevidade que for possivel de Recife dois milhões e duzentos mil sacos açucar, quantidade negociada e à disposição dos varios centros de consumo do norte e sul, afim de que não falte ao nosso povo êste tão necessario alimento e para que não sejam criadas graves dificuldades e serias crises aos produtores nordestinos. Asseguramos a v. ex. que não há falta de açucar no país e estamos certos de que com a autorização presidencial será regularmente transportado para os diversos centros de consumo êste alimento de absoluta necessidade para nossas populações. Em nome da industria açucareira pernambucana apresentamos a v. ex. nossos mais sinceros agradecimentos. Respeitosas saudações — Pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco — **Luiz Dubeux Junior** — Presidente."

S.O.S. DOS ENGENHOS NORDESTINOS

Rui Palmeira

Outro dia eu gritei contra as pretensões de elementos que pleiteavam a montagem de novas usinas no Sul. Fui um dos muitos que clamaram contra a medida que ameaçava o Nordeste. Alguma coisa foi evitada.

Agora é o nosso banguê, é o nosso secular banguê nordestino, que se vê ameaçado. Fala-se numa sentença de morte contra êle lavrada. Anuncia-se que vai ser permitida a montagem indiscriminada de novos engenhos no sul. A razão é aquela mesma que animou os defensores da primeira investida contra a pequena industria açucareira do Nordeste: o problema do transporte. Os navios não chegam para as encomendas e portanto é preciso evitar de ocupá-los com açucar, raciocinam os planejadores do nosso aniquilamento econômico.

E' a solução mais simples, mais facil. Mas a solução que implica na destruição da economia de uma vasta região do país. E' a solução inacreditavel, nesta altura da vida nacional. Porque equivale ao estrangulamento de uma economia secular. Porque determinará a cessação das atividades de milhares de indivíduos e o empobrecimento de uma região tão vasta do Brasil.



Um aspecto do Engenho Contendas

Seria uma providencia iníqua porque resultaria no sacrificio de milhares de nordestinos que vivem da atividade açucareira e cujos pais e cujos avós e bisavós dela tambérn viveram, em benefício de outras regiões. De outras regiões que merecem para os seus problemas os maiores cuidados, mas para os quais não é possivel exigir o total sacrifício nordestino.

E' uma medida ilógica porque implica numa solução obtusa. Seria para fazer face à falta de meios de transporte adotar o remédio de não produzir.

Se o Sul obtiver a faculdade de montar engenhos e mais engenhos, que destino terá a produção dos engenhos nordestinos? Que faremos dos milhares de sacos de açucar desta safra? Que iremos fazer dos açucares produzidos no futuro? Que será das centenas de engenhos nordestinos? Que acontecerá às milhares de familias que trabalham nos nossòs canaviais?

Não. Não é possivel que se chegue a concretizar essa calamitosa providência que irá arruinar o Nordeste, que irá desgraçar a milhares de nordestinos.

Os engenhos serão apenas as primeiras vítimas. Depois será a vez das usinas, será o aniquilamento total.

Mas os canavieiros nordestinos não devem esperar que o temporal desabe. Quando êle é pressentido a conduta não é a de entregar-se ao desespêro, mas a de preparação para enfrentá-lo.

Tenhamos conciência do grave perigo que nos ameaça.

O Instituto do Açucar e do Alcool, uma das maiores realizações da política econômica do eminente Presidente Getulio Vargas, o Instituto do Açucar e do Alcool, sob a direção clarividente de um homem do norte, de um homem da têmpera e do valor de Barbosa Lima Sobrinho, está aí demonstrando que é possivel solução nacional para o problema do açucar. Por que arranjar-se uma solução que será a morte do Nordeste, a região secularmente canavieira?

Façamos, fornecedores e usineiros nordestinos, causa comum com os senhores de engenho. Seu destino é o mesmo nosso. Sua desgraça é o prenúncio da nossa própria desgraça.

Convoquemos nossas classes. Dirijamo-nos ao Presidente Vargas. Peçamos o apôio dos Govêrnos dos nossos Estados, batamos às portas do I.A.A. Façamos tudo, mas tudo, mesmo, para que não se consume essa tremenda catástrofe para a nossa economia.

Nós, que nunca faltamos nem faltaremos ao Brasil, devemos confiar em que será reconhecido que o nósso destino é parte do seu destino.

(Jornal de Alagoas" — Maceió, 4-4-1943.)

Noticias de Petree & Dorr

QUISSAMÃ — PRIMEIRA USINA NO BRASIL QUE INSTALA, NO MESMO ANO, O "FILTRO OLIVER" E "CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR".

Entraram em serviço, na safra de 1942, as instalações de Filtro rotativo Oliver Campbell e a Clarificação Composta Dorr, no Engenho Central de Quissamã trazendo importante economia para a produção de açucar cristal mais alvo e limpo. Funcionou, também, a caldeira de alta pressão "Edgemoor", em conjunto com turbo-gerador elétrico no mesmo Engenho.

PIRACICABA — REEMBOLSO DO CUSTO DA INSTALAÇÃO COMPLETA DE CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR NAS DUAS PRIMEIRAS SAFRAS.

No Engenho Central de Piracicaba, da Société de Sucreries Brésiliennes, numa moagem de 250 mil toneladas de cana, nas safras de 1941 e 1942, a instalação de Clarificação Composta Dorr demonstrou, sòmente na secção do tratamento de caldo, uma economia de mais de Cr$ 2,00 por tonelada, sem contar a economia decorrente da menor perda nos filtros e maior rendimento de açucar de melhor qualidade para refinação. Teriamos muito prazer em fornecer detalhes para os interessados em estudar os dados exatos relativos às mencionadas economias.

RIO BRANCO — REEMBOLSO DO CUSTO DA INSTALAÇÃO COMPLETA DE UM FILTRO ROTATIVO OLIVER CAMPBELL NAS DUAS PRIMEIRAS SAFRAS.

Na Usina de Rio Branco, da Société Sucrière, de Rio Branco, Estado de Minas Gerais, foi instalado, antes da safra de 1941, um filtro rotativo Oliver Campbell para filtragem do sedimento total dos defecadores abertos, dando uma torta seca com Polarização menor de 3% de açucar na primeira safra, e menor de 2% na segunda. Em comparação com as safras anteriores, foi demonstrado que a redução nas perdas de açucar deu maior lucro que o custo da instalação das primeiras safras.

JUNQUEIRA — Os primeiros clarificadores DORR foram instalados na Usina Junqueira, em 1925, quando a filtragem total do caldo trabalhava, ficando parados mais de dez anos. Em 1941, porém, foi encomendado um clarificador DORR, novo, para permitir trabalhar com a Clarificação Composta DORR.

SÃO PAULO — As dez maiores usinas de S. Paulo têm instalações ou projetos para Clarificação Composta DORR, com dois ou mais Clarificadores DORR. Esse processo tem demonstrado que o açucar produzido é de alta qualidade e de refinação econômica, pois mais da metade das usinas, trabalhando com a Clarificação Composta DORR, possuem refinarias anexas.

CAMPOS — SISTEMA "ACME" PARA ALCOOL ANIDRO

As duas instalações de distilarias desenhadas pela Casa Acme Coppersmithing & Machine C.º, e fabricadas em Filadélfia, Estados Unidos, têm demonstradas capacidades de 20 a 30% acima da garantia. A qualidade do alcool anidro foi superior à garantia e o consumo de vapor a agua, benzol, etc., menor da garantia. Os proprietarios das usinas Outeiro e Paraiso, onde foram instaladas as distilarias "Acme", manifestaram sua completa satisfação com a operação automática e produto destas distilarias.

PETREE & DORR ENGRS. INC.

570 Lexington Ave., New York City.
Caixa Postal 3623 — Rio de Janeiro — Telefone 27-6616

A LAVOURA CANAVIEIRA EM ALAGOAS NÃO OBEDECE À TRADIÇÃO E SIM Á EXPERIENCIA

Sob o título acima, "Jornal de Alagoas", de Maceió, publica, no número de 8 de abril último, o seguinte:

O "Jornal de Alagoas" inicia hoje uma serie de entrevistas sôbre o momentoso caso da fundação de novos engenhos no sul do país. Procuramos ouvir inicialmente o dr. Pedro Rocha, presidente do Sindicato de Banguezeiros e profundo conhecedor das questões que se relacionam à lavoura canavieira.

UMA PALAVRA AUTORIZADA

Fomos encontrar o dr. Pedro Rocha, ontem, pela manhã, no escritorio da Cooperativa dos Banguezeiros. A principio disse não querer falar, achando que era preferivel agir a falar. Diante da insistencia da reportagem terminou concedendo algumas palavras. Disse inicialmente:

— Não vejo neste caso, como à primeira vista parece, apenas um prejudicado: o banguezeiro. Há vários prejudicados e prejuizo vem por etapas. Naturalmente que o primeiro atingido, e em cheio, é o banguezeiro. Depois, porém, virão os outros.



Engenho Jussara, em Muricí, Alagoas

O dr. Pedro Rocha faz uma pausa. O repórter quer saber quais são os outros prejudicados. O entrevistado explica:

— Depois do banguezeiro chegará a vez do usineiro suportar a crise, sendo obrigado a passar maus momentos. Depois será a hora amarga do forneecdor de cana. E terminará sendo o Estado o maior prejudicado no caso.

Resumo:

— A coisa vem portanto nesta sequencia: — banguezeiro, usineiro, fornecedor de cana, Estado. Se não tratarmos logo, com a mior urgencia possivel, da defesa dos nossos interesses, isto talvez um pouco mais tarde já seja totalmente impossivel.

EXPERIENCIA E TRADIÇÃO

O dr. Pedro Rocha explica ao repórter:

— Não se trata sòmente de uma questão de tradição a necessidade da cana e do seu aproveitamento em Alagoas. Não plantamos cana porque os nossos avós plantaram, por uma simples atitude de continuação do que fizeram os nossos antepassados. Plantamos porque existe uma grande necessidade neste particular. Sei de muitos homens do campo que prefeririam não plantar cana, não estar envolvidos nos negocios canavieiros. No entanto êles são obrigados a continuar.

A CANA COMO SOLUÇÃO E O FRACASSO DA POLICULTURA

Logo depois diz o presidente da Cooperativa dos Banguezeiros:

— Posso lhe informar que eu mesmo já tentei varias vezes a policultura. E posso acrescentar que nenhuma vez siquer fui bem sucedido. E' por isto que insisto em dizer que não plantamos cana em Alagoas por uma questão de tradição. E' a experiencia que nos ensina que devemos plantar cana. E' a solução para as nosas terras e para o nosso clima.

Para um pouco e prossegue:

— A propria mandioca, que resiste muito bem ao verão, fracassa às vezes, enquanto a cana suporta os mais longos períodos estivais. Tempos de se passarem meses sem uma gota de chuva. O sol queimando tudo. Os lavradores ficam desolados. Falta-lhes ânimo e disposição. "Desta vez não temos cana" — dizem com tristeza. E no fim resistindo a todas as provações do verão longo e inclemente a cana surge e salva a situação. Eis porque lhe digo que a lavoura da cana é imprescindivel ao nosso Estado, indispensavel à economia de Alagoas. Eu não sei de pessoa alguma que tivesse lucro plantando algodão.

REFLEXO NO EQUILIBRIO DA ECONOMIA NACIONAL

O repórter pergunta, então, se a criação de novos engenhos no sul do país, em S. Paulo e em Minas, virá contribuir para romper o equilibrio

FUNDAR NOVOS ENGENHOS NO SUL É CONDENAR AO FECHAMENTO OS BANGUÊS DO NORDESTE

Em sua edição de 9 de abril último, encimado pela "manchette" que transcrevemos como título desta reprodução, o "Jornal de Alagoas", de Maceió, publica o seguinte:

O caso é aparentemente muito simples — estão alguns industriais do sul pretendendo criar novos banguês nos Estados de Minas e S. Paulo. De simples, no entanto, tem somente a aparencia. Na realidade é um grave problema que surge, é uma ameaça pairando sôbre o nordeste. Há nuvens carregadas a caminho da região brasileira em que vivemos. E o que nos cumpre fazer nesta conjuntura é justamente isto: — unirmo-nos num só bloco para fazer frente à ameaça.

Mais do que lógico que sòmente unidos, numa união total e sem restrições, poderemos enfrentar a dificuldade que se esboça. Não há a menor razão para que plantadores, usineiros ou donos de banguê permaneçam em compartimentos estanques como se a ameaça não fosse total, como se apenas uma das partes estivesse susceptivel de sofrer as consequencias da inovação.

Com a união de todos os homens que lidam com a cultura da cana de açucar poderemos sem dúvida apelar para o presidente da República no sentido de que possamos continuar no nosso secular trabalho da cultura e da industria da cana de açucar. Para isto indispensavel se torna que novos engenhos não sejam fundados no sul do país.



A gravura mostra a capela de um velho engenho do Nordeste. A capela é uma nota sempre presente na paisagem canavieira nordestina. Dos antigos engenhos passou às modernas usinas; e hoje como ontem é o mesmo símbolo cristão de fraternidade, de compreensão e de paz.

FALA O SR. MESSIAS DE GUSMÃO

O "Jornal de Alagoas" iniciou, ontem, ouvindo o dr. Pedro Rocha, presidente da Cooperativa Central de Banguezeiros, uma série de entrevistas sôbre o momentoso assunto. Procuramos, hoje ouvir o sr. Messias de Gusmão, diretor comercial da Cooperativa Central de Banguezeiros, secretario da Associação dos Plantadores de Cana, membro do Conselho de Expansão Econômica e do Conselho Julgador e profundo conhecedor dos nossos problemas econômicos. Colaborando com frequencia para a imprensa, o sr. Messias de Gusmão tem se empenhado nas mais elogiaveis campanhas e em prol da economia do nosso Estado, demonstrando sempre, em todos os seus artigos, escritos numa linguagem clara e accessivel, uma exata noção da realidade econômica de Alagoas. Abordado pela reportagem do "Jornal de Alagoas", o sr. Messias de Gusmão não se fez de rogado e explicou, com simplicidade, fazendo uma síntese do que pensa do problema.

O INTERCAMBIO INTER-ESTADUAL

O sr. Messias de Gusmão iniciou as suas declarações, referindo-se ao intercambio inter-estadual:

---

da economia nacional. O entrevistado responde:

— E' lógico. Principalmente depois da guerra o que temos a fazer é intensificar o mais possivel as trocas internas, o comercio inter-estadual. Se agora novas usinas se fundam no sul, naturalmente que vamos ficar sem ter compradores para o nosso produto. De que iremos viver então, quero dizer: — o que irá Alagoas exportar? Mais do que claro que haverá um desequilibrio na economia racional.

— E' sabido que o Brasil vive economicamente, sobretudo, do intercambio comercial de seus produtos. Este intercambio se faz não só entre os Estados do norte e do sul, como entre os Estados de uma mesma região. O nosso comercio interno é o que nos mantém, apesar das crises que avassalam os povos, e o seu volume é um dos fatos mais apreciaveis quando temos de falar dos grandes problemas brasileiros.

E' no gabinete do gerente da Cooperativa de Banguezeiros que o sr. Messias de Gusmão atende à reportagem. Agora êle para um pouco, espia a chuva de abril, caindo. Logo em seguida prossegue :

— Assim, do Rio Grande recebe o norte: mate, charque, couros, vinho, banha e outros produtos. De S. Paulo, os mil artefactos de seu grande parque industrial. De Minas, os artigos da sua pecuaria, da sua industria de laticinios, e de tantos outros. E assim por diante.

Para de novo. Lá fóra a chuva continua. O sr. Messias de Gusmão continua :

— Enquanto isto, para o sul exportamos açucar, tecidos, algodão, côcos, castanhas, oleos, madeiras e tudo quanto nos dá a rica flora amazonense. Quanto ao açucar é ele o principal produto da exportação nordestina. Constitue a industria básica de sua vida econômica. Mas, de uns anos a esta parte, para que mantivesse preços compensadores nos mercados do país, uma vez perdido o mercado estrangeiro, foi preciso que se limitasse a sua produção dentro das necessidades do consumo nacional.

A LIMITAÇÃO

Depois de uma breve pausa o nosso entrevistado diz :

— A limitação foi, portanto, a principal finalidade do proporio Instituto. Manter o **statu-quo** dentro de uma produção limitada é o que a sua sabia política tem determinado, até que as necessidades do consumo nacional, em tempo oportuno, aconselhem, e na proporção devida, o aumento desta produção. E' aí que a idéia de montar novos banguês no sul vem ferir de golpe esta sabia política.

O repórter faz uma pergunta e o sr. Messias de Gusmão afirma :

— Fundar novos banguês em S. Paulo e Minas é condenar ao fechamento os banguês do norte.

Diz, em seguida:

— E como em tudo a questão é começar, amanhã pagarão as usinas o mesmo tributo. Matar a industria açucareira do norte é sacrificar o intercambio a que acima nos referimos.

E concluindo esta parte :

— E' perturbar o equilibrio que êle criou.

O BRASIL VIVE DO INTERCAMBIO ECONÔMICO

Uma chuvinha fina continua caindo lá fora, molhando o pateo. Um menino entra na sala e nos oferece café. O nosso entrevistado retoma o fio das declarações:

— Justamente em virtude dêste intercambio os Estados do sul, sobretudo S. Paulo têm nos Estados açucareiros do norte um grande consumidor 'das' suas mercadorias manufaturadas. E com o lucro do que nos vende que S. Paulo paga o açucar que nos compra. Fundar mais banguês em suas terras para apagar as fornalhas dos nossos é sacrificar uma boa freguezia. E se esta política é condenavel nas relações entre os paises, muito maior o deve ser entre os Estados de uma mesma nação. Repito o que já disse: é sobretudo dêsse intercambio econômico que vive o Brasil

A QUESTÃO DOS TRANSPORTES

Opinando sôbre qual deve ser a solução para o problema, disse o sr. Messias de Gusmão :

— Se atualmente está faltando açucar no sul é pela falta de transporte. Os nossos armazens estão empilhados de sacos até o teto. E quasi tudo vendido para lá mesmo. O inconcebivel é que se queira resolver o caso de outra forma sem que se tente o máximo esfôrço no sentido de resolver a questão do transporte. Esta a única e verdadeira solução. Solução que pode ser dificil mas nunca impossivel. E enquanto não chegamos a um resultado prático neste sentido, que se racione, que se reduza em parte o consumo do açucar entre as populações sulistas.

CONFIANÇA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Assim prosseguiu o sr. Messias de Gusmão :

— Muito mais justo êste sacrificio, temporario, já se vê, e admissivel entre aqueles que já fazemos diante das duras imposições da guerra, do que o da morte definitiva de uma industria secular que constitue o elemento básico da economia de uma região inteira. Sim, porque insisto em repetir: hoje serão os banguês, amanhã as usinas a pagar o mesmo tributo. Não tenhamos ilusões a êste respeito.

Torna a parar um pouco e continua logo :

— Não acredito, todavia, que se efetive semelhante medida contraria como estamos vendo à propria economia do país. Não é possivel que assim aconteça sobretudo porque ai está o Instituto do Açucar e do Alcool, esta sábia instituição, criada para regular os destinos da industria e orientada sob a inspiração do seu preclaro presidente e de sua Comissão Executiva, contando com o apoio decidido do Chefe da Nação, em quem sobretudo confiamos.

E conclue :

— Não acredito que se efetive tal medida. E' o que me cabe dizer com a franqueza que se fez precisa numa hora destas.



CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUIMICAS Ltda

Oficinas: **SÃO PAULO**
Rua Passo da Pátria, 361
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa: 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. **"CODIQ"**

Escritorio no **RIO**
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav.
(Salas 301/302)
Caixa: **3354** - Fone: **23-6209**

Construimos nas nossas oficinas aparêlhos e instalações completas de

DISTILARIAS

de alcool anidro, processos diretos e indiretos; de alcool retificado e de aguardente fina.

Fermentação pelo processo **"MELLE-BOINOT"**

partindo de melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

———— :: ————

APARELHAGENS E INSTALAÇÕES

para as indústrias anexas a distilarias, como: captação do gás carbônico para produção de "gêlo sêco".

———— :: ————

APARÊLHOS PARA FABRICAÇÃO DE ETER SULFÚRICO

———— :: ————

DISTILARIAS DE ACETONA E ALCOOL BUTÍRICO

———— :: ————

PRODUÇÃO DE ÁCIDO ACÉTICO, PARTINDO DE ALCOOL, PROCESSO SINTÉTICO

———— :: ————

DISTILAÇÃO E FERMENTAÇÃO EM GERAL

———— :: ————

Construimos **EVAPORADORES** para concentrar as caldas das distilarias. Fornecemos aparelhagem completa para a **INCINERAÇÃO DAS CALDAS** concentradas, pelo método do Prof. Edgard Bezerra Leite.

(De acôrdo com a Portaria N.º 69 do Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministerio da Agricultura, de 3 de março de 1943).

———— :: ————

Fornecemos instalações completas para a **INDUSTRIALIZAÇÃO DA POTASSA**, produzida pela incineração das caldas.

O CLAMOR DOS "BANGUÊS"

José Lins do Rego

Um amigo meu, senhor de engenho de Alagoas, me escreve uma carta pungente para me falar de uma calamidade que ameaça cair sôbre a pequena lavoura da cana em todo o nordeste. Os banguês do nortdeste estão em perigo de vida. Já não são as usinas que os devoram, já não é a grande industria que os esmaga. Há uma medida de guerra, um ato da coordenação econômica que será a destruição de toda a lavoura que vive alí da exportação para o sul. Esta medida de guerra, êste ato do poder maior da coordenação não viu o problema na sua realidade profunda. Permitir que se montem novos banguês no sul para que produzam açucar, para daquí a dois anos, é tomar a guerra, que combatemos, como uma desgraça que se prolongará indefinidamente. O Brasil é um grande corpo que precisa, para subsistir, de uma circulação perfeita. Então, para se vencer uma dificuldade de emergencia, iremos ao sacrificio de membros essenciais dêste imenso corpo? Não acredito na destruição da economia nordestina, para que se resolva, tão primariamente, um detalhe de economia de guerra. Por isto, o meu amigo de Alagoas, que sabe de todo o encanto que tenho pela vida rural da minha região, me escreve, com todo o derrame de coração ferido: "Não acreditamos que essa medida se concretize. Não vemos nela solução para o problema do abastecimento do sul, enquanto durar a guerra. Vemos nela a esterilização de áreas consideraveis de terra, da melhor que possuimos. A erva daninha cobrindo tudo, o mato crescendo, o homem de braços cruzados, como um pêso morto .A casa grande roida de cupim, o engenho de fogo morto, o cercado sem a vaca leiteira e sem o pasto batido".

Eu conheço o quadro de morte que Rui Palmeira me desenha, com tanta côr de tragedia. E' na verdade a coisa mais triste dêste mundo verse uma terra, que se conheceu no esplendor da abundancia, reduzida a nada, abandonada do homem que a tratou como mãe. O que pretende a coordenação econômica não é a destruição, não é perturbar a vida econômica do Brasil. Pelo contrario, o que tem feito êste aparêlho do govêrno é ordenar a marcha do país, na hora dificil. Não acredito, como o senhor de engenho de Alagoas, que haja uma inteligente resolução no ataque que se procurou dar ao problema da carencia de açucar no sul, pela maneira como se pretende fazer. Não sou um sentimental defensor dos banguês, um literato que ama os seus motivos, que pretenda salvar os seus herois com o sacrificio da vida dos homens de carne e osso. O que o romancista da cana de açucar reflete, neste momento, é o temor dos pequenos lavradores do nordeste, que escaparam das moendas das usinas e vivem com o suor do seu rosto. O presidente Getulio Vargas é um teórico da pequena propriedade, da terra ligada intimamente ao homem, da restrição aos latifundios tentaculares. Neste instante, em que se procura destruir os últimos nucleos de produção de açucar bruto do nordeste, eu, como filho deste mundo que se acaba, faço o meu apêlo ao presidente. O clamor dos banguês nordestinos deve chegar aos ouvidos do sr. presidente Getulio Vargas.

("O Jornal", Rio, 25-4-43).

OS BANGUEZEIROS E OS FORNECEDORES DE CANA DE ALAGOAS FAZEM UM APELO AO SR. GETULIO VARGAS

Ao sr. Getulio Vargas foi dirigido pelo presidente do Sindicato dos Banguezeiros de Alagoas e pelo presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, o seguinte telegrama:

"Presidente Getulio Vargas — Rio.

O Sindicato dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana e a Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, representando varias centenas de elementos componentes das duas classes, igualmente interesses de milhares de trabalhadores ocupados em nossa industria e nossa lavoura, dirigem-se a vossencia de quem sempre tiveram o mais decisivo apoio através da legislação açucareira que assegurou a possibilidade de sobrevivermos à tremenda crise por intermedio do Instituto do Açucar e do Alccol debelada, afim de fazer um angustioso apêlo à grande visão de estadista de vossencia no sentido de evitar seja concretizada a autorização que se anuncia de montagem indiscriminada de novos engenhos no sul do país. Somos tradicionalmente canavieiros desde o Brasil Colonia, temos vivido, como o fizeram nossos avós, dessa atividade na qual se basea a economia de nosso Estado. A permissão de novos engenhos no sul significa o nosso aniquilamento, a falta de mercados consumidores do nosso açucar banguê. Alega-se a dificil conjuntura em materia de transporte em que a beligerancia nos colocou exige providencia. Permita vossencia ponderemos não seria justa medida que assegurasse solução de emergencia, sacrificando milhares de nordestinos. Quando temos milhares de sacos de açucar nos armazens não podemos conceber se pense solucionar a crise fechando-nos mercados vitais. Podemos produzir açucar que seja necessario, precisando apenas navios que o levem ao sul que sempre suprimos com quasi meio milhão de sacos. A providencia anunciada, sôbre constituir grave ameaça à existencia dos engenhos do nordeste seria verdadeiro atentado à política de equilibrio econômico seguida pelo Instituto do Açucar e do Alcool, fundada nas diretrizes de sentido nacional que sempre constituiu o traço marcante do govêrno de vossencia. Neste momento, como em

COMO O SR. JOAQUIM BANDEIRA SE REFERE À QUESTÃO DO TRANSPORTE DE AÇUCAR

Em entrevista concedida a "O Jornal", desta Capital, que a publicou em 25 de abril último, o sr. Joaquim Bandeira, usineiro pernambucano, reportou-se nos termos abaixo à questão do abastecimento do açucar :

— Antes da campanha de produção, cuidamos do abastecimento, na hora presente. A produção agrícola demanda alguns meses para o ciclo vegetativo das espécies cultivadas. Enquanto as verduras, cereais, etc., precisam de dois a cinco meses, a mandioca e a cana de açucar necessitam de doze a dezoito meses para a sua maturidade. O comercio de Pernambuco, para abastecer a população civil e as classes armadas ali estacionadas, bem como os demais Estados do Nordeste, carece importar, mensalmente, dos Estados do Sul, charque, farinha de trigo, arroz, feijão, manteiga, banha, fósforo, batata, cebola, oleos comestiveis, peixe sêco, carnes congeladas, produtos farmacêuticos, sobressalentes para industrias e ferramentas para lavoura, cêrca de sete milhões de quilos. Para isso, a providencia inicial, é claro, será levar os navios como está sendo feito. Contudo, para maior rendimento do tráfego, em cuja execução tanto se distinguem as nossas fôrças aeronavais, uma medida deve ser tomada : a proibição de levar outra carga que não seja a dos gêneros alimenticios relacionados, além daquelas de interesse militar. Não obstante a falta dos gêneros alimentícios reinante nas praças do Nordeste, um navio, ali chegou dos portos do Sul, no mês passado, abarrotado de moveis e cerveja, e um outro, vindo dos portos do Norte, deixou de carregar no Recife açucar do nosso estoque, onde existem cêrca de 2.000.000 de sacos, porque trazia os porões cheios de garrafas vazias para cerveja. Ainda para atender à necessidade de transporte marítimo, bem poderia o govêrno, enquanto durar a guerra, permitir que navios estrangeiros façam o serviço de cabotagem sem ser preciso solicitar uma licença para cada caso, pois essa licença, além de tomar muito tempo, que é da máxima importancia, obriga a estar-se dizendo o lugar em que se acham os vapores, numa época em que o silencio vale ouro.



Um flagrante muito comum na capital pernambucana: carregadores transportam para os armazens, à margem do Capibaribe, os sacos de açucar que as barcaças trouxeram das usinas

Julgo oportuno salientar que, ao lado dos transportes marítimos, não é para se desprezar o transporte terrestre do Ceará à Baía por via férrea, continuando com caminhões e das mesmas regiões até às margens navegaveis do alto São Francisco, providenciando-se urgentemente para dotar aquele rio das embarcações de emergencia que o momento exige.

Conhecedor de todos os detalhes relativos à produção açucareira do Nordeste, onde é também antigo e adiantado usineiro, o sr. Joaquim Bandeira faz em tôrno do problema dos transportes e do emprêgo do alcool como combustivel, as considerações que se seguem :

— A propósito do transporte em caminhões, é conveniente dizer que para isso poderemos ter o combustivel necessario no alcool. Pernambuco e

---

todos os decisivos da vida de nossas classes, voltamo-nos para vossencia como à instancia onde sempre temos recebido o apoio e justiça, confiantes em que mais uma vez os banguezeiros e plantadores de cana de Alagoas e de todo o nordeste encontrarão a certeza de que poderão continuar a produzir e trabalhar pelo Brasil. Respeitosas saudações.

Ormindo Monte, presidente do Sindicato dos Banguezeiros de Alagoas.

Mario Gomes, presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas."

Alagoas devem produzir, dentro dos limites de sua fábricação normal de açucar, cerca de 42.000.000 de litros de alcool residual. Com os aumentos das plantações de cana feitas o ano passado, em virtude do decreto do govêrno dando ao alcool um preço não de sacrificio, aqueles Estados produzirão mais cêrca de 18.000.000 de litros, e ainda o o Instittuo do Açucar e do Alcool, transformando em alcool 600.000 sacos de açucar demerara, poderão produzir mais cerca de 20 milhões de litros, quantidades que, somadas dão 80.000.000 de litros, o suficiente para um consumo, sem restrição nos motores de caminhões empregados no trabalho aludido, que se estima em 6.000.000 mensais, ou sejam 72.000.000 no ano, o que ainda permite uma sobra de 8.000.000 para outras aplicações.

Os Estados do Nordeste deixariam de receebr gasolina que não fosse para ser empregada pura nos aviões e máquinas de guerra e tudo mais que hoje recebe deveria ser remetido aos mercados do Distrito Federal e Estados do Sul, onde a carencia de combustivel é também premente. Forçoso é dizer que essa providencia encareceria um pouco o alcool, como se encarece toda produção que se força para aumentar o seu volume, mas em época de guerra o maior mal não é o preço, e sim a falta do produto.

E' claro que ao govêrno cabe evitar abusos, mas deve reconhecer como legítimo um certo encarecimento na produção e, portanto, uma equivalente elevação de preco de um artigo produzido num ambiente em que tudo encarece, e quando é impossivel controlar os preços de todas as demais utilidades.

Convém salientar que já poderiamos produzir o alcool que precisamos, não só do Nordeste, mas de todo o pas. O alcool, para atender Ys nossas necessidades como combustivel, deveria já não precisar de providencias de emergencia, pois de há muito se vem pensando na sua aplicação para tal fim.

O Instituto do Acucar e do Alcool, a principio, orientando-se para a fundação das distilarias centrais, relutou em favorecer as distilarias ao lado das usinas, pretendendo que os usineiros remetessem o mel residual para as suas distilarias.

Por outro lado, a Comissão de Petroleo obstinava-se em não permitir a elevacão de um preço para o alcool que estimulasse a criação da industria diretamente do caldo da cana.

Ainda agora — acentua — para uma mistura de vinte de gasolina e oitenta de alcool, que se vende como gasolina pelo preco de Cr$ 1,80, é obrigado o produtor a entregar o alcool, esfôrco do trabalho brasileiro, pelo preço de Cr$ 1,30. Esta orientação deu o resultado atual, pois ninguem encontrará capital para invertê-lo em uma industria cujo resultado seja duvidoso.

TELEGRAMAS RECEBIDOS PELO PRESIDENTE DO I.A.A.

Campos, Estado do Rio, 8-5-43.

Tenho a satisfação de comunicar que a Usina do Outeiro iniciou, no dia cinco, a moagem da safra de 1943, já tendo requisitado vagões para iniciar os embarques de açucar para o Distrito Federal. Atenciosas saudações. Guilherme Pessoa de Queiroz.

São Luiz do Quitunde, Alagoas, 8-5-43.

Os Banguezeiros de São Luiz do Quitunde, tomando conhecimento da admiravel exposição que Vossencia fez perante a Comissão Executiva, exprimem seu regozijo pela atitude do Instituto, cuja política tem sido a salvadora dos produtores do Nordeste, que lhe entregam seu destino. Saudações. Elpidio Cavalcanti, Aladio Lima, Almeida, Olimpio Lamenha Lins, Teotonio Pereira Melo Junior, Geraldo Lins Sarmento, Antonio Fragoso Almeida, José Francisco Oliveira, José Cândido Lamenha, Alfredo Fragoso Melo, Austeclinio Lopes Farias, José Lourenço Monte, Climerio Sarmento, Maia Nobre Irmão. José Fragoso Melo, Crebilon Lopes Farias, Manuel Marinho Lamenha, Pedro Gomes Lamenha, Augusto Aguiar, Manuel Fragoso Melo, José Rufino Reis Lins, Benjamin Lopes Vieira, Ormindo Monte, Aurelio Uchoa Lins, José Guedes Lima Cavalcanti, Antonio Fragoso Almeida, Luiz Fragoso Almeida, João Lins Uchoa, Amaro Cavalcanti Albuquerque.

Palmeiras, Minas Gerais, 8-5-43.

O Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova vem apresentar a v. ex. sinceras felicitações pela brilhante exposição feita à Comissão Executiva dêsse Instituto e publicada na imprensa, relativa à atual situação açucareira do país. A exposição veio tranquilizar nossa classe, pois que demonstra desejos de salvaguardar os interesses e necessidades de todos os brasileiros. Cordiais Saudações. Helder de Aquino, presidente.

Camaragibe, Alagoas, 9-5-43.

Os banguezeiros dos municipios de Camaragibe e Porto Pedras, regozijados pela sua exposição perante a Comissão Executiva do I.A.A., reafirmam sua confiança no Instituto que sob a esclarecida direção de Vossencia mais uma vez salvará a industria açucareira nordestina da ameaça que sôbre ela pesa, da montagem de engenhos no Sul. Atenciosas saudações. Levino Acioli Pimentel, Josefa Gomes Silva Melo, João Batista do Rego Barros, José Luiz Calheiros, Pedro Monteiro Silva, Francisco Soares Silva, Antonio Francisco Rego, Leocadio Neto, Afonso José Mendonça, João Mauricio Silva, Bárbara Albuquerque Braga, Amerino Alves Albuquerque, Aurino Alves Albuquerque,, Maria Gomes Moura, Abel Pereira Miranda, Teotonio Augusto Araujo, Laurentino Gomes Barros, João Beda Mendonça, Joaquim Gomes Silva Rego, Manuel Lamenha Lins, Luiz Moreira Mendonça, Silvestre Vasconceols, Possidonio Barbosa Oliveira, Carlos Procopio Silva, João Aquino Silva, Ernesto Ferreira Barros, José Falcão Lima, Manuel Caldas Gusmão, Naziazeno Alves Saldanha.

DEVE SER MANTIDA A POLITICA AÇUCAREIRA, -- DECLARA O SR. LUIZ GUARANA'

Em entrevista publicada em "A Noite", desta Capital, edição de 28 de abril último, o sr. Luiz Guaraná, diretor da Usina de Cambaiba, fez as seguintes declarações:

— Vários fatores concorreram e concorrem para o desequilibrio entre a produção e consumo de açucar brasileiro, no momento atual, e por isso não deve ser aceita a fórmula simplista dos que acusam o comércio grosso ou os produtores pela suposta escassez dêsse gênero de primeira necessidade. Mau grado as perturbações existentes no mundo dos nossos transportes marítimos, mercê da ferocidade sanguinária de traiçoeiros submarinos inmigos que os valentes aviadores do Brasil e dos seus aliados vão felizmente afundando, pode-se afirmar não haver diferença sensivel entre o escoamento dos dois últimos anos e o da última safra, isto é, daquela que está neste momento suprindo os nossos mercados.

Com efeito, segundo os dados do próprio Instituto do Açucar e do Alcool, a produção brasileira de açucar, até 30 de março último, atingiu a 14.226.749 sacas, contra uma produção anterior de apenas 13.706.031 sacas. Houve, como se vê, um acréscimo de cêrca de 500.000 sacas. Se recuarmos mais um ano, isto é, se consultarmos as estatísticas referentes à safra açucareira de 1940-1941, encontraremos uma diferença bem maior, pois que a produção foi, então, de 13.204.000. E é quanto basta para demonstrar que o volume de produção não decresceu no triênio, tendo, ao contrário, aumentando de forma bastante apreciavel.

OS "STOCKS" DISPONIVEIS

Analisando os "stocks" do gênero nos centros produtores, observam-se os seguintes dados: 1941, 4.830.449; 1942, 4.297.878; 1943, 4.974.972. Isso quer dizer que produzimos mais e temos maiores "stocks".

Se examinarmos, por outro lado, a situação da produção e consumo dos nossos diversos centros de produção, verificaremos que apenas Sergipe sofreu sensivel crise de escoamento dos seus produtos. Tendo produzido, em 1940-41, 803.000 sacas, o seu "stock" era de 381.000 sacas; em 1942-43, tendo produzido apenas 713.000, tem, em igual época, um "stock" de 645.000 sacas. E', como se verificou, uma situação bastante mais grave que a anterior.

Em relação a Pernambuco, verifica-se o seguinte: produção: 1940-41, 4.913.000 sacas; 1942-43, 4.762.052 sacas de 60 kilos; 1941-42: 2.239.000; 1942-43: 2.565.264. Isso significa que o seu escoamento em 1942-43 foi inferior ao de 1940-41 em 362.000 sacas, mas como produziu mais 151.000 sacas nesse último período, teve, de fato, uma diferença, no escoamento dos seus produtos, em relação ao primeiro período, de apenas 175.000 sacas.

Em compensação, São Paulo, centro que se abastece sobretudo nos Estados exportadores do norte, tendo produzido em 1940-41 apenas 2.330.000 sacas, em 1942-43 aumentou a sua producão para 2.920.000 sacas, oferecendo assim uma folga de quasi 600.000 sacas às demais praças consumidoras do sul.

Pilar, Alagoas, 9-5-43.

Os Banguezeiros de Pilar e Marechal Deodoro estão reanimados pela atitude de Vossencia perante a Comissão Executiva do I.A.A. Confiamos que o Instituto, que assegurou tantas vantagens à nossa classe, tudo fará para que não percamos diante a errada política de montagem de engenhos no Sul do país. Saudações. Modesto Lins & Cia., Artur Pereira Morais, Luiza Sandesmet, Afranio Lages, José Machado. Pontes de Miranda, Manuel Acioli Cavalcanti, Luiz Medeiros, Jovino Pinto de Campos. Alfredo Tenorio de Albuquerque Lins. Orlando Moura Cavalcanti, Antonio Cavalcanti, Alfredo Vieira da Costa, Domingos Correia, Antonio Pantaleão Morais, José Durão, Hosano Damazo. José Cavalcanti de Albuquerque.

Recife, Pernambuco, 4-5-43.

O Conselho de Administração da Cooperativa Central dos Banguezeiros de Pernambuco, em sua sessão semanal, hoje, deliberou inserir em ata vossa entrevista acerca da momentosa questão do açucar, publicada aquí na "Folha da Manhã", considerando judiciosos e precisos os termos em que colocastes o assunto. Apraz-nos, na oportunidade que mais uma vez se oferece, declarar nossa confiança na ação do I.A.A., conhecedor perfeito do panorama açucareiro, da produção e consumo, ao qual certas medidas poderiam servir de remedio a males passageiros, criando entretanto crises futuras, permanentes e mais graves. Neto Campelo Junior, presidente.

São Paulo, 5-5-43.

Envio ao ilustre presidente do I.A.A. calorosas felicitações pela magnífica entrevista concedida à "Folha da Manhã", valiosa contribuição para desfazer mal entendidos e incompreensões do verdadeiro sentido da política açucareira do Instituto. Cordialmente, Cassiano Maciel.

O Instituto do Açucar e do Alcool, por sua vez, ao defrontar-se com a ameaça da diminuição dos transportes, impediu as exportações para o exterior dos excessos da produção fluminense, canalizando-os para os mercados internos e isso sem sacrifício de sua exigência de maior volume de produção alcooleira, salvaguardando o carburante indispensavel ao consumo nacional. Não se pode portanto atribuir a escassez de açucar: a) à diminuição de produção; b) à retenção de "stocks" pelos produtores; c) às exportações para o estrangeiro.

Verdade seja que, antes do Brasil entrar na guerra, a orientação do Instituto do Açucar e do Alcool era decididamente contrária ao aumento das plantações canavieiras e da produção açucareira, criando restrições à expansão dessas atividades e até mesmo ao desenvolvimento intensivo da industria alcooleira. Era ponto de vista considerado intangivel por toda gente o evitar-se qualquer ameaça de super-produção. E não se poderia, por isso, de um momento para outro, conseguir aumento de produção sensivel numa industria agrícola cuja matéria prima está sujeita a um ciclo inevitavel que varia entre 18 e 24 meses para se apresentar um estado de maturidade e aproveitamento industrial racional.



Vista externa da Distilaria da Fazenda Amalia, no Estado de São Paulo

ALGUNS FATORES DA ESCASSEZ

— As causas, pois, da crise atual, residem em fatores mais trancendentes, alguns até de ordem psicológica. Citarei alguns.

O Rio Grande do Sul, por exemplo mercado respeitavel pelo seu grande consumo, ao sentir a possibilidade de uma qualquer diminuição nos transportes marítimos, passou a disputar as praças diretas dos vapores. Abasteceu-se, assim, enquanto lhe foi possivel, sucedendo que atendia, concomitantemente, aos justos interesses das companhias de navegação, pagando-lhes fretes diretos para percursos mais longos. E isso concorreu, segundo nos informam, para evitar a passagem e permanencia de não pequeno volume dêsse gênero do Rio de Janeiro.

Por outro lado, certas declarações e insinuações pouco oportunas sôbre a possibilidade de faltas totais, ou de requisições e racionamento de diversos artigos de consumo obrigatório, entre os quais o açucar, levaram muitas pessas de recursos a correr aos depósitos de gêneros de toda natureza, adquirindo reservas apreciaveis para a eventualidade da falta absoluta. Ora, se os particulares assim agiram, era natural que pequenos e grandes comerciantes, procurassem prevenir os seus estabelecimentos com "stocks" maiores do que os habituais. Esses pequenos "stocks", constituindo os chamados "stocks" invisiveis", justificavam em parte o desequilibrio momentaneo.

A PRODUÇÃO FLUMINENSE

— O fenômeno, aliás, entrará em colapso dentro de poucos dias. Não tardará talvez um mês, o Estado do Rio estará em franca produção e, assim, o açucar dêsse Estado promoverá o desejado equilibrio e, ainda por cima, forçará o reaparecimento dêsses preciosos sacos, ora ocultos como verdadeiros "tatús" da produção. E' porém indispensavel que seja mantida, sem nenhuma dúvida, a orientação inicial do Instituto do Açucar e do Alcool que é a defesa da industria pelo equilibrio entre o consumo e a produção, merecendo os produtores o maior respeito às suas possibilidades de prosperidade, sem as quais não se conseguirá o desenvolvimento util e inteligente de qualquer atividade humana. No momento não é de discutir detalhes, mas de produzir, produzir muito, cada vez mais e melhor, assegurando os consumidores internos contra surpresas remotas de faltas improvaveis, mas possiveis, e obtendo sobras para serem encaminhadas aos nossos aliados. Ora, isso sòmente poderá ser conseguido num regime de saldos, isto é, de lucros para quem trabalha. O produtor necessita da certeza de lucro para trabalhar com confiança e é indispensavel, por outro lado, pensar no dia de amanhã, quando o

abandono puro e simples do princípio defendido pelo Instituto do Açucar e do Alcool, de não permitir a fabricação de excessos, pode ocasionar desequilibrio definitivo das nossas usinas, arruinando-as de uma vez para sempre e assim ocasionando crises gravissimas para o próprio consumo. Equivaleria ao começo de destruição de uma das maiores e melhores realizações do govêrno atual, alterar a orientação uniforme do Instituto do Açucar e do Alcool, nesse particular de limitação de produção açucareira, quando é sabido que essa limitação é feita com margem suficiente para tornar impossivel a falta de gênero para o consumo. E não seria justo que um acidente inevitavel, mas transitorio, bastasse para expôr a uma crise definitiva, os centros produtores do norte, por exemplo, cujos "stocks", em futuro próximo, tornar-se-iam um motivo da ruina infalivel dos seus fabricantes. O Instituto do Açucar e do Alcool e o ministro João Alberto não podem nem devem ceder a falsos argumentos e ainda mais falsos nervosismos, para destruir uma obra grandiosa, alicerce de economia organizada de milhões de bons patricios. Seria, a meu ver, correr ao encontro dos desejos dos nossos inimigos que espreitam os nossos movimentos e aguardam quaisquer oportunidades para, por intermédio dos seus quintacolunistas, fomentarem em nossa gente que trabalha e produz, o desânimo e o desgôsto, na esperança de diminuir-nos a capacidade de produção.

Que o Brasil trabalhe e produza tranquilo, são os nossos votos, sofrendo embora, aqui e acolá, pequenos reveses que, de resto, servirão para alertar-nos e alentar-nos, na luta em que nos empenhamos para defesa das liberdades humanas. O sacrificio é pequeno em relação à grandiosidade da obra e com um pouco de boa vontade todos os justos interesses se conciliarão.

Haja, porém, o que houver, é da maior convenienica deixar bastante claro o seguinte: — os produtores de açucar não especulam e vêm remetendo normal e constantemente tudo quanto fabricam aos centros de consumo, só deixando de fazê-lo, e, isso mesmo, durante pequenos periodos, àqueles que são privados de transportes por motivos com fundamento na guerra em que estamos empenhados.

ESTUDOS SOBRE A EXTRAÇÃO DA CERA DA CANA NOS ESTADOS UNIDOS

Escrevendo para o "Sugar Bulletin", R. T. Balch e C. B. Broeg fazem uma síntese dos estudos realizados nos Estados Unidos, em 1941-42, sôbre o aproveitamento da cera da cana de açucar.

Informam os autores que as análises feitas nos produtos de seis usinas da Luisiana mostram que a cera recuperada representou 0,147 a 0,230 por cento do total da cana moida. Quasi metade dessa eera foi encontrada na torta do filtro prensa, que contém 6,31 a 16,49 libras de cera por 100 libras de torta sêca, ficando o resto no bagaço.

Para estudar os processos de extrair cera da torta sêca de filtros prensas Oliver fez-se na estação experimental de Houma uma instalação de experiencia. Os trabalhos realizados podem ser assim resumidos: o toluene é o melhor dissolvente para extrair a cera, sendo agora dificil de obter; vem, em seguina, o benzol, podendo-se também empregar um solvente mais leve, como a nafta. Para facilitar a extração convém formar bolas com a torta úmida, as quais se põem a secar; nessa forma o material torna-se suficientemente poroso para o dissolvente.

A cera bruta, que contém 3,57 a 12,89 libras de cera comercial dura e 1,81 a 4,10 de materias godurosas por 100 libras de torta seca, deve ser refinada, o que se consegue tratando-a com acetona. Esta dissolve as gorduras e deixa a cera dura.

Há grande interesse, dizem os citados técnicos, pela cera de cana, afirmando-se que ela poderá ter muitas aplicações industriais, desde que seja produzida em escala comercial. Os aspectos financeiros da extração da cera da torta do filtro prensa ainda não foram perfeitamente esclarecidos. Os autores observam ainda que os métodos de extração por meio de dissolventes estão sendo empregados, com êxito, em materias que contêm, em alguns casos, uma menor proporção de produtos recuperaveis e de menor valor comercial do que a cera da cana. A variedade que produziu maior quantidade de cera foi a Co. 290.

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açucar, Manganês e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Rua da Candelaria Ns. 42 e 44

TELEFONES: 23-2539 / 23-5006 / 23-2447

CAIXA POSTAL 3

Telegramas AFONTES - RIO

RIO DE JANEIRO

A INSTALAÇÃO DE NOVOS ENGENHOS NO PAÍS, SEGUNDO O SR. JOÃO PALMEIRA

"O Jornal", desta capital, na edição de 6 de maio, publicou uma entrevista do dr. João Soares Palmeira, suplente dos representantes dos fornecedores na Comissão Executiva do I.A.A. sôbre a questão da instalação de novos engenhos. Transcrevemos abaixo as declarações do entrevistado com as palavras que a precederam naquele órgão da imprensa carioca:

O problema do açucar está na ordem do dia. Vários têm sido os técnicos e pessoas ouvidos sôbre o assunto. O caso do abastecimento já está bem esclarecido. Entretanto, há outros aspectos que também interessam à opinião pública, como o da instalação de novos engenhos no país. A êste respeito, procuramos ouvir o sr. João Soares Palmeira, secretario geral da Federação de Plantadores de Cana do Brasil, órgão dirigente da classe, com sede nesta capital. O sr. Palmeira, que tambem faz parte da Comissão de Elaboração do Código Rural e da Comissão Redatora da Lei sôbre o Cooperativismo, fez-nos as seguintes declarações.



Vivenda do engenho Timbòzinho, em Muricí, Alagoas

O ABASTECIMENTO DE AÇUCAR

"Não resta a menor dúvida que as providencias oficiais encaminharam os fatos para uma solução do muito discutido problema do açucar.

A ampla divulgação da exposição do sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do I.A.A., mostrando em detalhes as condições do mercado de açucar, esclareceu suficientemente a opinião pública quanto à verdadeira situação dos estoques nacionais de açucar e às providências tomadas dento da alçada daquele órgão autárquico.

O MOVIMENTO DE OPINIÃO NO NORDESTE

A permissão indiscriminada de novas fábricas de açucar — disse o sr. João Soares Palmeira — provocou um justificado movimento de opinião nos meios por ela atingidos no sentido da defesa do futuro social e econômico de vasta região do país. Precisamos vêr nessa atitude dos plantadores de cana nordestinos, dos pequenos e médios produtores de açucar, não apenas a defesa comum de interesses profissionais. Vai mais longe, pois exprime essa atitude a necessidade de pugnar pela sobrevivência da economia regional organizada e mantida secularmente através de pesados sacrificios.

Justa, portanto, é a atitude dêsses produtores relativamente a novas instalações de engenhos no sul do país. E' que a montagem de novas fábricas e as novas culturas no sul do país não produzirão efeito imediato. — As safras, por exemplo, só aparecerão, na melhor hipótese, daqui para 18 ou 24 meses. Dentro dêsse prazo, outra safra nordestina se acumulará e os centros importadores permanecerão em falta de açucar, com consequencias econômicas as mais desastradas.

Do plano social resta-nos prever que, sendo a lavoura canavieira o principal meio de vida de milhares de familias e de enorme massa de trabalhadores nordestinos, grave será o problema que o govêrno terá de enfrentar, quando o norte começar a sofrer as consequencias da produção irrestrita do sul. Onde se vem fazendo a tão mal compreendida e mal estudada monocultura da cana de açucar, outras culturas têm fracassado porque não são economicamente exploraveis, em virtude, principalmente, das atuais condições do meio físico.

Além disso, o parque industrial de S. Paulo, que absorve vultoso contingente de mão de obra, mantida em nivel de salários elevados, não poderá desenvolver sua produção de açucar nas mesmas condições do nordeste. Mas — admitindo-se seja esta observação um simples argumento, resta o problema do melhor aproveitamento regional das condições naturais da exploração agrícola, facultando a cada região o meio de sobrevivencia. De acôrdo com a melhor política agraria, o nordeste deverá permanecer sobretudo açucareiro, sabido como é que S. Paulo dispõe de condi-

APROVEITEMOS BEM OS NAVIOS!

Costa Rego

A carencia de açucar para o consumo do Rio de Janeiro não é tão alarmante quanto se imagina, pois dela conhecemos a causa única e provada : falta-nos o transporte, ou, mais precisamente, o senso da ordem na distribuição da tonelagem marítima necessaria aos suprimentos regulares. Conhecida essa causa, e não havendo outra, as providências devem ser consequentes: haverão sempre de encarar os meios de removê-la.

Sucede que a tonelagem não é por si mesma bastante, por que foi sacrificada em parte nos torpedeamentos, mas pode ainda, bem utilizada, assegurar um desafôgo relativo à situação.

O problema não é só de consumo; é tambem de escoamento pronto de riquezas acumuladas em certa zona do país.

Aparentemente, o Rio e São Paulo sofrem de uma crise não existente nas cidades próximas dos centros produtores de açucar. Em verdade, a crise é completa e geral, pois o mal daquí, por haver pouco açucar, é idêntico ao mal dalí, por haver açucar em demasia, impossivel de transformar, no regime habitual das trocas, em outras utilidades, visto como os núcleos açucareiros não produzem açucar exclusivamente para consumí-lo, senão para entregá-lo com o fim de receberem por compensação mercadorias diversas, no jogo do intercambio econômico.

Assim, o que sobra de açucar nos centros produtores mais distantes, ou seja em Pernambuco, em Sergipe, nas Alagoas e na Baía, não é índice de prosperidade; é sintôma de pobreza: primeiro, porque não rende a mercadoria estagnada; segundo, porque a mercadoria estagnada não é substituida pela de importação, indispensavel à vida local.

O problema torna-se, portanto, mais angustioso. Trata-se de garantir o consumo de açucar ao Rio e São Paulo e simultaneamente a entrada na região açucareira dos gêneros por ela reclamados, e reclamados com urgência igual ou talvez maior, estando ela atualmente sobrecarregada pela presença de fôrças militares em operações de guerra.

A providência do racionamento do açucar no Rio e em São Paulo é compreensivel, na previsão da ausência de suas reservas; mas alcança uma só face da questão, deixando a outra, certamente mais grave, a pedir medidas rápidas. Não basta assegurar um minimo de açucar onde êle esteja faltando: cumpre também proporcionar um mínimo de satisfação às necessidades óbvias de quem as suporta hoje em maior escala, e as suporta recebendo o contrapeso do esfôrço no combate. Se as condições de vida são más no Rio e em São Paulo quanto ao consumo de alguns gêneros, muito peores se têm revelado, por exemplo, no Ceará, e desde aí até à Baía, seguindo o litoral de norte a sul.

Volvendo à causa única apurada — quer dizer à distribuição da tonelagem marítima em nosso tráfego de cabotagem —, veremos crescer o problema no aspecto geral do intercâmbio econômico. Precisamos, em suma, de navios. Não os tendo bastantes, cabe ao poder público articular um sistema de emergência dentro do qual aproveitemos os disponiveis em operações de melhor rendimento, não unicamente para que haja açucar em quantidade no Rio e em São Paulo, mas

---

ções excepcionais para a exploração de várias lavouras proprias dos climas de transição.

Em tais condições, o aproveitamento do solo, do clima e do homem se faria, então, com a máxima eficiencia. Esses os aspectos econômico e social. Haveria também a considerar o político, que manteria o norte e o sul em proveitosa inter-dependencia baseada nas permutas e em favor da comunhão nacional.

CONGRESSO CANAVIEIRO

Os plantadores de cana, continua o nosso entrevistado, estão congregados em associações da classe espalhadas pelas varias zonas produtoras do país e, por sua vez, êsses organismos se reunem em uma federação nacional. Desta maneira, sente-se formada uma verdadeira e conciente articulação destinada à defesa dos interesses comuns. O produtor, principalmente o pequeno, tem o seu órgão de classe que o ampara e tem a sua cooperativa que se interessa pela boa colocação do seu produto, financiando-o quando necessario.

Nesta emergencia foi convocado um gongresso canavieiro que traçará o plano de defesa da lavoura canavieira desde os problemas relativos à produção até a entrega do produto ao consumidor.

Sabemos que essas associações se dirigiram ao presidente do I.A.A. e ao Coordenador da Mobilização Econômica, fazendo-lhes caloroso apêlo no sentido de livrá-las da grande ameaça que pressentem".

APÊLO AO PRESIDENTE GETULIO VARGAS

Posta a situação neste ponto, o sr. João Palmeira conclue suas considerações informando que as associações de plantadores de cana, as sociedades de agricultura e outras entidades do nordeste se dirigiram ao presidente Vargas — a cuja antevisão devem os plantadores de cana a sua sobrevivencia com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira — apelando para o chefe da Nação no sentido de evitar que a instalação de novos engenhos no sul venha concorrer para o aniquilamento da economia do norte.

UMA AMEAÇA PESA SÔBRE TODA A INDUSTRIA AÇUCAREIRA -- DIZ O SR. MANUEL DE BRITO

O "Jornal Pequeno", do Recife publicou, em 29 de abril último, uma entrevista que lhe concedeu o industrial pernambucano sr. Manuel de Brito, superintendente geral das "Grandes Fábricas Peixe" e co-proprietario da "Usina Central Barreiros".

São as seguintes as suas declarações:

"A noticia, já veiculada através de despachos telegráficos e do noticiario da imprensa, de que se pretende autorizar a montagem de novos banguês nos Estados de Minas e de S. Paulo veio trazer justificada inquitação aos centros açucareiros de Pernambuco e dos demais Estados nordestinos.

De fato, concretizada que seja esta medida, uma grave ameaça pesará sôbre toda a estrutura da industria açucareira: deixariam de funcionar as travas do aumento limitado da produção do açucar no país, desviando os rumos da sabia orientação do Instituto do Açucar e do Alcool e provocando uma crise econômica sem precedente em toda a economia do Nordeste. O problema, apenas esboçado, assume tal gravidade que todas as classes produtoras do Estado já se agitam num movimento de espectativa e de serio interesse em tôrno do assunto. Estão convencidos todos — — tal é a verdade — que o perigo que pesa sôbre a industria açucareira iria repercutir fundamente em todos os demais setores da economia pernambucana. Na verdade, apesar de tudo quanto se tem escrito, de quanto se tem posto em prática, em experiências ou tentativas arrojadas, continua a ser a lavoura canavieira a viga mestra da economia do Estado.



Uma vista da Usina Central Barreiros

Assim, qualquer iniciativa ou medida que, sobretudo no grave momento que atravessamos, venha embaraçar ou prejudicar o esforço dos plantadores e dos industriais do açucar em nosso Estado, redundará num golpe desfechado nas próprias fontes de trabalho de toda a coletividade pernambucana.

Sou inteiramente solidário com o movimento que se processa entre os banguezeiros no sentido de se dirigirem ao grande presidente Vargas afim de não ser posta em prática a medida que visa conceder a instalação de novos banguês. Como todos sabem, o próprio presidente Getulio Vargas se tornou, de há muito, o maior defensor da economia nordestina criando o Instituto do Açucar e do Alcool, resolvendo os nossos mais angustiantes problemas e entregando a direção daquela autarquia ao pernambucano ilustre por todos os títulos que é o sr. Barbosa Lima Sobrinho. Assim, tenho a plena convicção de que ao proprio presi-

---

para que se mantenha a circulação das mercadorias em nossas rotas marítimas com prioridade garantida às mais uteis.

Os Estados brasileiros, no interêsse da própria unidade nacional, acham-se organizados fora de qualquer regime, como hoje se diz, de auto-suficiencia: compensam-se por meio de comércio. Não vale discutir a política do açucar, nem por conseguinte imaginar como nos encontraríamos agora se o açucar fôsse livremente produzido em todo o país. Teríamos de prolongar o debate com respeito à soma imensa de todos os gêneros peculiares a cada região. O fato é um apenas: é que o transporte marítimo, instrumento de nossa grandeza e até de nossa independência, recebeu um golpe na guerra. A represália será uma só, também: acomodar às circunstancias êsse transporte e fortalecê-lo com a aplicação ao mesmo de todas as espécies de embarcações que pudermos aproveitar ou construir.

("Correio da Manhã", Rio, 5-5-43).

dente Vargas repugnará qualquer medida que venha prejudicar os legítimos interesses da lavoura canavieira, como seria o caso, sendo posta em execução a medida em foco. O proprio sr. Barbosa Lima Sobrinho, cuja aguda inteligencia e profundo conhecimento dos nossos problemas econômicos constituem um penhor de segurança, saberá encontrar solução adequada para que possamos sair airosamente e sem prejuizo da situação atual.

A CRISE DO TRANSPORTE, COMO RAZÃO PARA A INSTALAÇÃO DE NOVOS ENGENHOS BANGUÊS

Indagamos, então, do industrial pernambucano quais as supostas razões para a instalação de novos engenhos banguês e êle esclarece :

— Talvez suprir, em futuro remoto, os mercados consumidores do Sul, cuja produção é insuficiente para atendê-los e que se acham atualmente sentindo falta do produto pelas dificuldades de transporte. Dificuldades que nos afetam também, a nós proprios, no Norte do país, em tantos produtos essenciais e de primeira necessidade. Não estamos sentindo a deficiencia de artigos importados do Sul, como o charque, a banha, couros, vinho, artigos de pecuaria e da industria de laticinios? O problema deverá ser resolvido no sentido geral, amplo e patriótico, atendendo a todas as necessidades, por meio de transportes.

— Mas as dificuldades de transporte, observamos...

— As dificuldades aparecem para ser resolvidas, interrompeu o sr. Manuel de Brito. Assim é que o problema deve ser posto em equação: necessitamos transportar os produtos de uma região a outra e vice-versa. Arranjemos transportes. Devemos salientar que hoje em dia o nosso mercado é puramente interno. Perdemos o mercado exterior. Assim só poderemos sobreviver e progredir ampliando as nossas possibilidades comerciais dentro do proprio territorio nacional e os govêrnos têm de vir em auxilio de nosso esfôrço industrial, fornecendo de qualquer maneira os meios de transporte de que temos necessidade. Outra coisa: de que serviria no momento a instalação de novas fábricas de açucar ? Só daquí a dois anos, possivelmente, é que o produto das novas fábricas iria alcançar os mercados que pretendem servir.

A HORA QUE ESTAMOS VIVENDO

— A hora que estamos vivendo — continua o ser Manuel de Brito — é a hora dos problemas serios e angustiantes e por isso mesmo as soluções devem ser imediatas e drásticas, quando necessario. O caso do açucar afeta a vida de toda uma extensa região do país; e um problema de tal magnitude, como estamos figurando, oferece aspectos curiosos e às vezes estranhas complexidades. Não basta dizer que tal medida virá afetar a classe de produtores ou industriais. Resta o aspecto social que é profundo. Quando o presidente Vargas com a sua sábia política trabalhista encara a situação de vida do operariado rural, aumentando os salários e projetando a sindicalização da classe, é que a industria açucareira deverá repousar em bases econômicas sólidas e duradouras. Uma crise que afeta a lavoura canavieira e aos produtores de açucar irá se fazer sentir agudamente no seio da massa trabalhadora. Serão êstes, por certo, males muito mais serios e profundos que a eventual falta de um produto em determinado mercado sulista. A hora em que estamos vivendo é tambem a das soluções de sentido geral e não das soluções intermitentes e parciais.

OUTROS PROBLEMAS

O sr. Manuel de Brito continua :

— Aliás o govêrno vem encarando, tanto no âmbito regional como entre nós o eminente sr. Agamenon Magalhães, como na esfera nacional, o magno problema dos transportes.

Estradas rodoviarias cortando o interior, ferrovias, intensificação do tráfego aéreo, aumento da pequena cabotagem, poderão nos conduzir à solução almejada. Quanto à dificuldade mais seria, a falta de combustivel, aí temos a política de incentivo à produção do alcool, já iniciada pelo I.A.A. E' do conhecimento geral que o I.A.A. vai equiparar o preço do alcool ao do açucar extra-limite e assim será possivel incrementar em alta escala a produção do carburante nacional. Como se vê, o problema do combustivel está intimamente ligado à estabilidade e ao progresso da industria açucareira.

SOLIDARIEDADE INTEGRAL

— Estou assim solidario, como salientei a principio, com os banguezeiros, fornecedores e demais interessados na lavoura canavieira do meu Estado e do Nordeste, e com o apêlo que já foi feito pelo digno presidente da Sociedade de Agricultura, sr. Francisco Lira, ao sr. Getulio Vargas, para examinar o assunto e providenciar quanto ao aumento de volume de transportes marítimos. Estou informado ainda que, no mesmo sentido, vão se dirigir ao presidente da República os banguezeiros pernambucanos. Minha solidariedade é integral como todos êles como costuma ser, aliás, em pról de todos os movimentos que visam defender os legitimos interesses de Pernambuco, cujo progresso econômico e social vive sempre nas minhas cogitações e ao qual estou ligado por interesse de ordem material e, mais do que isso, por motivos patrióticos e sentimentais".

A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA FLUMINENSE

O sr. Tarcisio Miranda, representante dos usineiros na Comissão Executiva do I.A.A., fez ao "Correio da Noite", do Rio, edição de 5 de maio, as seguintes declarações:

Nos últimos quatro anos, segundo nos informou o sr. Tarcicio Miranda, usineiro em Campos e membro do Instituto do Açucar e do Alcool, a população fluminense, cumprindo a palavra de ordem do interventor Amaral Peixoto, tem plantado cana em proporções crescentes, sem contrariar, é claro, a política nacional de limitação sabiamente instuida pelo presidente Vargas. Dêsse modo, o Estado do Rio, graças à orientação do seu interventor, não obstante as últimas cheias do Rio Paraíba, tem matéria prima para fabricar nada menos de .... 2.600.000 sacos de açucar, sem prejuizo de lotação integral das suas distilarias, cuja capacidade vai a mais de 200 mil litros de alcool diários.



Usina São José, em Campos

MOAGEM ANTECIPADA

Desde o mês passado, informou-nos ainda, o sr. Tarcisio Miranda, o Instituto do Açucar e do Alcool, percebendo a dificuldade da vinda de açucar do norte do país, permitiu e pediu aos usineiros de Campos que iniciassem a moagem da cana em maio. Os produtores fluminenses, numa compreensão dos propósitos do Govêrno, apressaram os aprontos de sua safra e vão iniciar a moagem, em muitas usinas, dentro de poucos dias. quando, então, já se poderá contar com a produção de 80 a 100 mil sacos de açucar, produção essa que em junho ascenderá a mais de 200.000 e num crescente até outubro, quando então, alcançará a cifra de 300 a 400 mil sacos por mês, O consumo atual do Rio é de 120 mil sacos mensais, devendo baixar, com o racionamento, a menos de 60.000. Dêsse modo, o Estado do Rio, com a sua produção, garantirá perfeitamente o consumo da capital, sobrando, ainda, o necessário para o devido armazenamento, como medida de precaução.

NÃO HA' POSSIBILIDADE DE UMA FALTA COMPLETA DE AÇUCAR

Após realçar por mais uma vez, a elevada visão do interventor Amaral Peixoto, incentivando a plantação de cana no Estado e estimulando os produtores, sem deixar de seguir a política nacional de limitação, informou-nos por fim o conhecido usineiro que a produção de alcool não sofrerá diminuição. De junho em diante, as distilarias trabalharão completamente lotadas, produzindo ainda mais do que nos anos anteriores. Igualmente em São Paulo, a safra de açucar do corrente ano é bastante satisfatoria, sendo calculada em cêrca de .... 3.500.000 sacos, número êsse superior ao do ano passado. A produção do norte, também não diminuiu, sendo elevados os estoques de açucar existentes nos portos de embarque a espera de navios para os transportar até os grandes centros consumidores. Como se pode concluir da nota acima, não há possibilidade da concretização da ameaça de uma falta completa do saboroso produto. Com as medidas da Coordenação, será garantido um eficiente abastecimento da população, evitando, assim, futuro desequilibrio do mercado, fatos êsses comuns na época anormal porque estamos passando."

S.s. enviou ao sr. Amaral Peixoto, interventor no Estado do Rio, o seguinte telegrama :

"Comunico prazeirosamente a v. ex. que industriais e lavradores canavieiros, no patriótico propósito de colaborar eficientemente com o govêrno na solução do problema da escassez do açucar no Distrito Federal, criado pela falta de transporte marítimo, resolveram antecipar o inicio da safra. O Instituto do Açucar e do Alcool, como compensação da moagem em época de baixo ren-

COMO SE MANIFESTA A IMPRENSA DO PAÍS SÔBRE A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA

A CANA DE AÇUCAR

Não plantamos cana apenas por gôsto. Plantamos por necessidade. Foi o que explicou numa entrevista concedida a êste jornal o dr. Pedro Rocha, presidente da Cooperativa dos Banguezeiros. Na realidade isto poderia até constituir um argumento: os nossos avós plantaram, logo nós também devemos plantar cana. Mas seria um argumento que poderia facilmente ser destruido. E' aí então que o entrevistado do "Jornal de Alagoas explica porque a lavoura canavieira absorve o tempo dos homens do campo.

Muitas vezes já a policultura foi tentada em Alagoas. E os seus resultados não foram satisfatorios. Há uma serie de fatores contribuindo para isto. Temos a terra, em muitos pontos árida. Temos o clima quente contribuindo para que não vinguem em nossas terras outras especies de lavoura. A fertilidade está nas baixadas e é aí que se fazem as grandes plantações de cana. Outra cultura qualquer não resistiria, pois quando chega o inverno os rios transbordam e alagam as baixadas. A cana resiste. Resiste e compensa os sacrificios amplamente. Vale a pena o seu plantio. Sem a cultura da cana o nosso Estado teria de entrar num período de estacionamento. Seriamos obrigados a ficar de braços cruzados ou então nos dedicarmos a trabalhos de importancia secundaria.

Grandes e pequenos seriam prejudicados, em Alagoas, com a criação de engenhos no sul do país. E' justamente sôbre a lavoura da cana que repousa a nossa economia. Agora, se surgem concorrentes em outros pontos do territorio nacional, sob a alegação de que não existem navios para transportar o nosso açucar, na certa isto vai gerar uma crise sem precedentes no nosso Estado.

Os banguezeiros se dirigiram num longo telegrama coletivo ao presidente da República, que como conhecedor das nossas necessidades e igualmente da necessidade de se manter sem grandes oscilações a economia nacional, certamente se dedicará a favor da lavoura canavieira do nordeste, tão seriamente ameaçada.

Principalmente num tempo, como o nosso, em que a unidade nacional precisa de ser mantida, a criação de engenhos no sul, gerando uma crise colossal e determinando o sacrificio de milhares de homens que empregam as suas atividades no trabalho da cana, ficaria como uma dificuldade, um problema para o país. E neste momento a nossa obrigação é justamente afastar a todo o transe as dificuldades, eliminar os embaraços que se apresentam ante o nosso esfôrço de guerra.

("Jornal de Alagoas", Maceió, 9-4-43.)

EFEITOS INTERNOS DA GUERRA

Embora determinado por uma causa suscetivel de ser atenuada, mesmo durante a guerra, como é a deficiencia de transportes, o racionamento do açucar produzido no espírito público uma forte impressão, até certo ponto benéfica, sôbre a nossa verdadeira situação de país beligerante. E' que foi o maior caso concreto, tanto mais sensivel quando ocorreu com um gênero de primeira necessidade, das restrições impostas ao consumo dos povos em luta pelas contingencias da situação internacional.

De fato, até aquí mal experimentaramos as consequencias econômicas do conflito, através não só da escassez e encarecimento de muitos artigos e materias primas, como da queda ou mesmo falta de exportação de alguns produtos básicos. A propria crise de combustiveis líquidos, que provocou a providencia espetacular da paralização dos automoveis particulares, está sendo remediada, a pouco e pouco, pelo fornecimento crescente de alcool, pela montagem de gasogenios em numerosos carros e por outros recursos de emergencia

O racionamento do açucar, porém, repercutiu mais fundo na vida íntima de todas as camadas sociais que os anteriores reflexos e medidas de guerra. Em primeiro lugar, pelos seus resultados imediatos e generalizados, atingindo todas as casas de familias, tanto de ricos e poderosos, como de remediados e pobres, e ainda os botequins, confeitarias, restaurantes, hoteis e fábricas de doces. Depois, por ser o Brasil um dos paises maiores produtores dessa mercadoria no mundo, o que torna mais chocante a sua falta na capital da República, quando sobra nos estoques de alguns Estados.

Mas foi precisamente o choque dessa realidade brutal que despertou mais a atenção dos brasileiros para as suas responsabilidades em face da guerra. Passamos a sentir mais de perto o pêso da catástrofe em que estamos envolvidos, não por vontade espontanea do povo ou compromissos políticos do govêrno, mas por provocações reiteradas e ataques repetidos de um inimigo prepotente e deshumano.

---

dimento, considerou liberado o consumo de toda a produção fluminense até 20 de junho. Esperamos uma produção de 80.000 a 100.000 sacos neste mês de maio, o que garantirá o consumo do Distrito Federal, hoje, amparado pelas medidas adotadas pela Coordenação. Com a liberação do inicio da safra e os aumentos da limitação anteriormente aprovados, o Estado do Rio terá escoamento facil para toda a sua produção, estimada em 2.000.000 de sacos, sem prejuizo do eficiente trabalho das suas distilarias de alcool anidro. Cordiais saudações. — **Tarcisio Miranda".**

Efetivamente, se estamos privados de produtos e utilidades indispensaveis a todas as classes, a culpa disso é apenas da pirataria eixista, que tem afundado tantos navios de nossa Marinha Mercante, reduzindo a sua tonelagem e forçando precaução no tráfego da restante, e que continua a rondar o nosso imenso litoral, não obstante a vigilancia e a repressão das fôrças aéreas e navais do Brasil e dos Aliados. Por isso mesmo, devemos levar o nosso espírito de sacrificio até onde for preciso e possivel, não só suportando estoicamente os efeitos internos da guerra, como preparando-nos para enfrentar também os externos nos proprios campos de batalha.

Não basta varrer dos nossos mares os corsarios desalmados que assassinam perversamente velhos, mulheres e crianças. Temos que estender a nossa cooperação com as Nações Livres a todos os setores em que lutem para o esmagamento do Eixo e salvação da humanidade. Já agora, nada nos deterá na marcha para a vitoria.

("O Jornal", Rio, 23-4-43.)

O PROBLEMA DO AÇUCAR

Por mais prementes que sejam os problemas econômicos, não se deve jamais permitir que a visão unilateral de determinada questão possa comprometer o equilibrio do conjunto, assegurado depois de varios anos de repetidos e penosos trabalhos.

Com o problema do açucar atualmente em foco devido à carencia do produto no Rio e outras grandes cidades sulinas, é tanto mais imperativo êste cuidado, pois quaisquer medidas precipitadas e menos sensatas, tomadas de afogadilho, ao imperio das circunstancias transitorias, comprometeriam irremediavelmente todo o futuro da industria açucareira. Numa entrevista concedida aos jornais cariocas, o precidente do Instituto do Açucar e do Alcool deixou definitivamente esclarecido este ponto. "Há, como é sabido, esclarece o entrevistado, relativa carencia de açucar no mercado do Rio, embora a mesma não decorra duma queda na produção brasileira. Pelo contrario, nos três últimos anos, a produção de açucar vem aumentando regularmente e o seu volume é suficiente para cobrir com apreciavel margem tódo o consumo nacional. O açucar faltou no Sul do país em virtude da crise ocasionada no transporte marítimo pela arma submarina. Não fôra a sensivel redução da tonelagem mercante disponivel entre os portos do Nordeste e do Sul e nada de anormal teria ocorrido com o abastecimento de açucar, uma vez que a produção se manteve dentro dos limites necessarios. A melhor orientação para o caso, e esta tem sido, aliás, a seguida pelos órgãos do Governo chamados a intervir na materia, consiste em assegurar novos meios de transporte, quer mediante o melhor aproveitamento da tonelagem disponivel, dando preferencia aos artigos de primeira necessidade, quer mediante a utilização do transporte terrestre para trazer açucar de Pernambuco, Alagoas e Baía até o Rio, Minas e S. Paulo. Tais medidas assegurariam a chegada de maiores "stocks" às praças do Sul, estoques que, conjugados como os das safras fluminense e paulista, antecipadas por determinação do I.A.A., bastariam ao consumo mantido dentro de normas de relativa redução aconselhadas em tempo de guerra. Sendo assim, nada justifica a adoção das medidas que alguns sugerem e destinadas a incrementar a produção de açucar no Sul do país sem qualquer limitação. Se tal acontecesse, o resultado certo seria a condenação irremediavel da industria açucareira no Nordeste que, privada dos mercados consumidores do Sul, abastecidos pela produção local, teria que restringir consideravelmente a sua capacidade de produção, com prejuizos imensos para grandes setores da população. Seria um golpe terrivel contra a economia do Nordeste em geral, a qual repousa, sobretudo, na industria do açucar." O que se deve fazer, como bem aconselha o sr. Barbosa Lima Sobrinho, é mobilizar novos e mais amplos meios de transporte para trazer açucar do Norte para o Sul, cuidando, ao mesmo tempo, que o principio fundamental da política açucareira do Presidente Getulio Vargas — o equilibrio entre a produção e o consumo — não se veja defintivamente comprometido pela produção desordenada.

("Jornal do Brasil", Rio, 1-5-43.)

O AÇUCAR E O INSTITUTO

Alguns comentadores da questão do abastecimento de açucar do país têm procurado ver na situação criada para o Rio e outras cidades uma prova da desatenção do Instituto do Açucar e do Alcool. Outros críticos vão mais longe e chegam a afirmar que a carência do produto, decorrente de fatores transitórios, serviu para comprovar o desacerto da política açucareira. Que falta completamente à razão para tais comentários se evidencia das últimas declarações do sr. Barbosa Lima Sobrinho. Com referência ao suposto descaso do I.A.A. no tocante ao abastecimento do Rio, o sr. Barbosa Lima Sobrinho mostra que, desde que começaram a se fazer sentir os efeitos da campanha submarina, o abastecimento dos mercados consumidores do sul se tornou dificilimo, exigindo do I.A.A. grandes esforços para desfazer a crise que se apresentava. A certa altura a autarquia compreendeu que, dada a anormalidade do transporte, se impunha o racionamento do açucar como medida acauteladora de maiores inconvenientes futuros. Como não lhe cabe a função distribuidora, o Instituto oficiou à Coordenação aconselhando o racionamento. Acatou-se a sugestão e os técnicos da Coordenação têm recebido toda a colaboração dos técnicos do I.A.A. Injustiça, também, é atribuir à orientação do I.A.A. a falta de açucar no sul. Em primeiro lugar, a crise não se origina na falta do produto e, sim, na falta de transportes para escoá-lo. Em segundo lugar, o I.A.A. não restringiu a produção açucareira em nosso país; limitou-a, apenas. Não fôra a

O BRASIL NA "HISTORIA DO AÇUCAR", DE E. O. VON LIPPMANN

José Honorio Rodrigues

III

A indecisão demonstrada pelos holandeses na escolha do ponto do Brasil a atacar foi motivada, talvez, não pelo desconhecimento das excelencias de Pernambuco e Baía, mas, provavelmente, pela consideração de que o assalto ao centro político-administrativo do país determinaria a queda, mais tarde, das demais regiões, por falta de direção organizada de defesa.

Isto parece claro, pois desde a época de D. Diogo de Menezes já se possuia uma noção clara de que Pernambuco era o mais ameaçado.

Em sua correspondencia, D. Diogo Botelho (1602-1608) começa a manifestar o receio de que os holandeses tentassem atacar o Brasil. Em 30 de agosto de 1606, em carta dirigida a el-rei, anunciava que soubera do apresto de uma armada holandesa e comentava tal noticia nestes termos : "... posto que publicam que são para outra parte, se tem por certo que as armam com intento de as enviar ao Brazil, para fazerem presas de assucar e tornarem carregadas com ele à Hollanda, entendendo essa gente que desembarcar em certa paragem de Pernambuco e entrando pelo matto podem facilmente saltar e roubar aquela povoação." (72)

Em outros documentos da época se deixa ver claramente que Pernambuco era mais rico do que a Baía. Assim, por exemplo, nos "Diálogos das Grandesas do Brasil", Brandonio apregoa os louvores das três capitanias do norte, a saber, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, nas quais "sem o adjutorio de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portuguezes das entranhas dela, à custa de seu trabalho e industria, tanto assucar que basta para carregar, todos os annos, cento e trinta ou cento e quarenta naus." (73) Logo a seguir, Brandonio compara os lucros que tirava a fazenda real destas capitanias com os obtidos nas capitanias do Sul, ou na India, e concluida que o rendimento das primeiras sobrepujava, com excesso, o da India. (74)

Pernambuco era, sem dúvida, desde o inicio do setecentos, o centro econômico do Brasil. Que os holandeses não desconheciam êste fato provam-no dois documentos conhecidos de Lippmann : um através de J.J. Reese, outro através de Wätjen, e prova-o, ainda, um terceiro documento inteiramente desconhecido tanto de Lippmann quanto de Wätjen, ou até do proprio Reese, que fez estudo especial sôbre o comercio açucareiro de Amsterdam desde o principio do século 17 até 1813.

O documento desconhecido por historiadores do periodo holandês como Varnhagen, Netscher e Wätjen, de historiadores do açucar como Reese — monográfico e especializado, ou de Lippmann — de carater universal, traz uma nova luz à compreensão dêste problema, que resistiu por tanto tempo a

(72) — Cf. Correspondencia de Diogo Botelho (Governador do Estado do Brasil, 1602-1608). Copia extraida da Torre do Tombo e publicada na Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, Tomo 73, 1910, p. 1-258.

(73) — Cf. Dialogos, op. cit., p. 129 .Há uma nota correspondente às cifras de cento e trinta ou cento e quarenta naus, dizendo que as mesmas foram riscadas, tendo-se escrito oitenta e duzentas.

(74) — Id., p. 130. E' curioso acentuar que o apógrafo foi encontrado por Varnhagen, em 1874, na Biblioteca de Leide.

---

existência do equilibrio estatístico, que jamais deixou em falta o consumidor, nos tempos normais, e teriamos assistido à ruina integral da indústria açucareira, entregues os industriais à produção desenfreada. A limitação da produção do açucar salvou a indústria açucareira da ruina, garantiu ao consumidor os abastecimentos e permitiu a montagem, no Brasil, de uma indústria do álcool-motor, de tantos beneficios para todos.

("Correio da Noite", Rio, 6-5-43).

uma solução fiel. Trata-se da "Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente", na qual se faz menção do número de engenhos existentes entre o Rio Grande e o Rio São Francisco em 1623. (75) E dela resulta à evidencia que nas vésperas da invasão da Baía eram os holandeses conhecedores da fôrça econômica da zona pernambucana e especialmente se preocupavam com o açucar por ela produzido.

O outro documento a que nos referimos, e que Lippmann cita através de J. J. Reese, é o relatorio apresentado por Jan Andries Moerbeeck a S. Alteza Mauricio de Oranje, propondo a conquista imediata do Brasil. (76) Aí se observa que o Brasil se reduzia, então, às duas "cidades" de Pernambuco e Baía, e se avalia a produção do açucar, considerado o principal produto desta terra.

Lippmann não cita êste documento no capítulo da conquista, como seria lógico, mas em outro capítulo em que trata do consumo do açucar na Europa, no século XVII. (77)

Enfim, o documento que Lippmann conheceu através de Wätjen é a Dissertação feita por Usselincx em 1608, (78) na qual este escrevia: "Para provar isto (que as minas de ouro e prata dão grande proveito ao rei, mas não à comunidade geral) não farei uma descrição das riquezas que vêm das Indias Ocidentais, mas citarei sòmente como exemplo o Brasil, onde não existem minas de ouro e prata e que não tem nada a não ser açucar, algodão, pau brasil, confeitos e gengibre, acrescentando-se que o gengibre, não pode ser levado do Brasil para a Espanha afim de não prejudicar o de São Domingos. Contudo, o comercio do Brasil é mais proveitoso do que o de toda a India e a ele deve Portugal sua existencia." Logo a seguir vem a sua avaliação da produção total do açucar brasileiro.

G. Usselincx foi, sem dúvida, um dos maiores homens dos fins do século XVI e um dos primeiros artesãos da grandeza de Amsterdam no século XVII. (79)

Parece-nos que Lippmann não se aproveitou do relatorio de Moerbeeck na medida que êste o merecia. No capítulo que dedica ao fabrico do açucar na América, por exemplo, as informações dêsse relatorio poderiam ter-lhe sido uteis, quando estuda o período holandês no Brasil e trata da conquista. Isso lhe possibilitaria explicar os motivos da mesma, uma vez que o folheto de Moerbeeck é, antes de tudo, o catecismo político da expansão holandesa para o Brasil.

Convém frizar que Lippmann declara ter Moerbeeck calculado que, a partir de 1620, o Brasil poderia produzir 60.000 caixas de açúcar anualmente. (80) Ora, os motivos da conquista foram lidos nas reuniões de 4, 5 e 6 de abril de 1623 e publicados em folheto em 1624. Não sabemos em que se baseia Lippmann para afirmar que ditos cálculos se referem ao ano de 1620 em diante, quando nenhuma afirmativa nesse sentido é encontrada no folheto. Quando o autor escreveu o prefacio, datado de 6 de setembro de 1624, já a Baía estava conquistada.

Com esta explanação, quisemos mostrar que Lippmann se esqueceu de encarar dois fatos de grande valor na compreensão da expansão holandesa para a América.

Em primeiro lugar, não estudou a fase que vai de 1600 a 1624, onde se processa um grande desenvolvimento açucareiro no Brasil. E, em segundo lugar, deixou de examinar a influencia que êste desenvolvimento pudesse ter sobre a referida expansão.

Já tentamos mostrar que Pernambuco e a Baía eram os dois centros principiais da economia colonial brasileira no inicio do século XVII e que Pernambuco era reconhecido pelos proprios holandeses, (81) da mesma forma que pelos brasileiros, como a mais rica zona onde exercer influencia imperialista. A preferencia dada à Baía decorreu, possivelmente, do fato de que esta, sendo também

(75) — Cf. Os Holandeses no Brasil. Serie de Documentos Históricos do Instituto do Açucar e do Alcool, tradução de P. Frei Agostinho Keyjzers e José Honorio Rodrigues, com prefacio notas e bibliografia por José Honorio Rodrigues, 1942, p. 48-49.

(76) — Id. p. 25-43.

(77) — Cf. Lippmann, op. cit. p. 162.

(78) — Cf. Vertoogh, hoe nootwendich, nut ende profijtelick het sy voor de Vereenighde Nederlanden te behouden de Vryheyt vande handelen op West-Inden, inden vrede metten Coninck van Spaignen, 1608, 20 p. Este folheto teve duas edições e foi em resumo publicada pelo historiador holandês Van Meteren. Em apêndice a êste estudo publicaremos a tradução de toda a parte referente ao Brasil.

(79) — Cf. H. Pirenne, op. cit. pp. 21 e 22.

(80) — Lippmann, op. cit., p. 162.

(81) — Cf. a Dissertação de Usselincx, de 1608, e a Lista dos produtos que o Brasil pode produzir anualmente, ambas citadas.

rica, constituia o centro político do Brasil.

Enquanto não for descoberto documento que possa elucidar definitivamente esta questão, temos de ficar no campo conjectural. O que parece fora de dúvida é que o açucar exerceu influencia talvez decisiva. E Lippmann, como historiador do açucar, não podia ter negligenciado este aspecto e deixado de pôr em foco esta mais que provavel influencia. Nem se aproveito êle da Dissertação de Usselincx, de 1608, apesar de citar o trecho em que êste último declara que não seriam as minas mas os produtos da terra, especialmente o açucar, que deveriam ser explorados, para estabelecer o papel quiçá preponderante do açucar na escolha do Brasil.

Sôbre a época holandesa na Baía pouco ou quasi nada sabemos no que toca ao açucar. Afora os dados de Wätjen, que Lippmann reproduz, cabe apenas lembrar que em 1626, devido às lutas com os holandeses, pediram os moradores varias providencias regias e, entre elas, a isenção de impostos por dois anos.

Explicavam os moradores ao rei que devido à morte de negros e à perda de safra, à guerra e ao fogo que os inimigos puseram nos canaviais, seria justo que se tomassem as seguintes providencias :

1) ordem ao governador do Rio de Janeiro para que enviasse indios vindos de São Paulo;

2) permissão para "caçar indio no sertão";

3) permissão para acrescentar dois vintens a cada pataca, para que, assim, se não leve deste estado o dinheiro que é causa de abater muito os preços dos frutos da terra;

4) permissão para bater 50.000 cruzados de moedas de cobre;

5) proibição no sentido de que se não "cozem melles brancos, nem se despachem";

6) não pagar direitos dos frutos, durante dois anos, visto, em primeiro lugar, a perda de meia safra dos açucares do ano de 1623, toda a de 1624 e meia parte da de 1625. (82)

E' curioso que êste documento fale sempre em espanhois. Como se trata da época da invasão holandesa, parece não haver dúvida de que seja engano. De qualquer forma, sabemos que meia safra de 1623, toda a de 1624 e meia de 1625 perderam-se no fogo das lutas.

Ao escrever Lippmann que em 1629 contava Pernambuco 166 engenhos reporta-se a Wätjen e êste, ao dar a mesma informação, cita Lippmann da primeira edição de 1890. Infelizmente, não possuimos essa primeira edição; mas, de qualquer forma, se Lippmann, em 1890, havia afirmado que Pernambuco possuia, em 1629, 166 engenhos, não devia, em 1929, para repetir tal afirmação, apoiar-se em quem se tinha fundamentado nele em 1921 (primeira edição da obra de Wätjen).

E' certo, porém, que Wätjen, no trecho onde historia a administração de João Mauricio, diz que dos 166 engenhos apenas 120 voltaram a trabalhar. Aquí baseava-se, então, no relatorio de Adriaen van der Dussen, de 1640 — fonte de primeira ordem. E Lippmann, quando cita Wätjen, se refere primeiro à página 264, que é aquela em que Wätjen cita Lippmann, e depois à de número 115, que é aquela em que Wätjen se fundamenta em Adriaen van der Dussen. Ora, temos, assim, que nossa crítica fica de pé. Em primeiro lugar, porque a página que realmente se refere ao número de engenhos em Pernambuco, na época da invasão holandesa, é a p. 215, onde Wätjen, estudando a vida econômica da colonia, resume a historia do açucar no Brasil e se baseia, então, em Lippmann. Em segundo lugar, porque na página 115, onde Wätjen se fundamenta em Adriaen van der Dussen, refere-se apenas de passagem ao número de engenhos e para isso serve-se do documento de 1640, redigido, portanto, dez anos após a conquista. Neste caso, poder-se-iam citar outros documentos anteriores, inclusivè um importantíssimo, assinado, entre outros, pelo proprio Adriaen van der Dussen, no qual se declara que dos 150 engenhos existentes nas quatro capitanias 99 moeriam. Pernambuco contava, segundo esta fonte, com 108 engenhos, dos quais 40 não moeriam. (83)

(82) — Cf. Inventario dos Documentos Relativos ao Brasil existente no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa, organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida. Vol. I. Bahia (1613-1762). Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1913. Documentos 2-5, p. 1-2.

(83) — Cf. Lippmann, op. cit., p. 101 e 102. Aliás, na nota 7, a que nos estamos referindo, cita-se a p. 262 da edição alemã de Wätjen, quando se trata da p. 264 (Wätjen, primeira edição alemã, p. 264 e 115; edição brasileira, p. 418 e 197). O relatorio a que aludimos, assinado por João Mauricio de Nassau, Mathias van Ceulen e

Este documento não é, também, da época da invasão. No entanto, além de ser tão valioso quanto o citado por Wätjen, antecede-o de dois anos. Wätjen tomou-se de um vivo entusiasmo pelo Rapport van de staet der geconquesteerde Landen in Brasil, de que hoje existe copia no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, trazida da Holanda por José Higino. Mas o Sommier Discours é documento também importantíssimo sôbre o açucar no Brasil, relatando minuciosamente o número de engenhos de cada distrito, dando o nome de seus proprietarios, a informação de ser moente ou não, suas rendas, dízimos, etc. etc.

Por conseguinte, se Lippmann mereceu crítica de Wätjen por ter desconhecido, na primeira edição, o relatorio de 1640, cabe perguntar por que Wätjen, ao escrever sôbre bre êste último folheto, disse, apenas: "Um registo organizado pelo govêrno em 1638 assinala apenas 150 engenhos, dos quais 85 funcionavam: Sommier Discours over de staet...", quando êste Breve Discurso foi pelo proprio Van der Dussen assinado ?

E' preciso notar que não se trata, absolutamente, de documento de segunda ordem, mas de escrito oficial e valiosíssimo pelas informações que presta.

Provavelmente, o motivo porque Wätjen desconheceu a co-autoria de Van der Dussen neste documento foi o seguinte : o "Breve Discurso" não finda com assinaturas, mas é acompanhado de uma relação das imposições, arrematações, etc. Antes da transcrição dessa Relação, encontram-se as assinaturas de João Mauricio de Nassau, Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen, com a explicação de que esta lista seguia o Discurso citado. (84)

Adriaen van der Dussen, tem o seguinte título : Sommier discurs over den staet de vier geconquesteerde capitanias Pernambuco, Itamaracá, Parahyba ende Rio Grande inde Noorder deelen van Brazil, 1638. Foi traduzido por José Higino Duarte Pereira e publicado na Revista do Instituto, Arqueológico de Pernambuco, vol. 6, n. 34, 1887, p. 139-194.

(84) — Cf. Wätjen, op. cit.; ed. alemã, p. 269; ed. brasileira, p. 425. Sôbre o documento, cf. nota 83, especialmente as p. 195-196, onde se encontra a "Relação das imposições e arrematações das passagens, pescarias, corte de gado, balança, vinhos e outros líquidos e molhados, dízimos e miunças, que no Brasil são arrematados por um ano. Os que são arrematados por um prazo maior ou menor estão reduzidos ao tempo de um ano. Assinado, Recife, 14 de janeiro de 1638, J. Mauricio de Nassau, Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen. De ordem de S. Excia. S. Carpentier. Para que não haja dúvida sobre a autoria desta Relação e de que ela seja a mesma do Breve Discurso, basta comparar as p. 196 e 139 com as notas do tradutor. Vide, também, sôbre isso, Alfredo de Carvalho, "Um Intérprete dos Tapuias", **in** Aventuras e Aventureiros no Brasil", Pongetti, Rio, 1930, p. 165, onde ele diz: "No relatorio coletivo de 6 de outubro de 1638, assinado por Mauricio de Nassau, João Ghijselin (sic) e Adrian van der Dussen..."

Aliás, ou Wätjen não o leu, ou o consultou realmente muito por cima, porquanto não eram 85 engenhos os que deixaram de funcionar em 1638, mas sim 51.

Cabe ainda frizar que nem antes, nem por esta época, possuiu Pernambuco 166 engenhos. Lippmann foi pouco claro ao escrever que era Pernambuco, então, muito próspero, "pois contava 166 engenhos em 1629". O que ele queria dizer é que as quatro capitanias de Pernambuco, Paraiba, Itamaracá e Rio Grande possuiam 166 engenhos, como, aliás, afirmou o seu guia da segunda edição — Wätjen. Isto se torna bem claro quando, pouco adiante, êle declara que com as devastações da guerra o número caiu de 166 para 120, e dos 121 de Pernambuco restaram 87 engenhos. (85)

A informação de que sòmente 87 engenhos continuavam moendo é baseada não mais em Wätjen, mas em Handelmann. (86)

A fonte de todos êsses dados, com exceção do último de que Handelmann não cita a origem, continua sendo o relatorio de 1640 de Adriaen van der Dussen. O que dizem outras fontes documentais do mesmo valor dêste relatorio e a êle anteriores ? Eis o que rapidamente procuraremos expor.

No "Vivo Discurso sôbre a prosperidade do país decorrente outrora da Campanha das Indias Orientais e agora da Companhia das Indias Ocidentais", publicado em 1622, se estimavam os diversos e valiosos frutos como algodão, açucar, gengibre, indigo, madeira, que produziam as referidas Indias Ocidentais. E dizia o autor que daí eram trazidas diversas manufaturas e mercadorias, informando, ainda, que o Brasil fornecia aos portugueses cerca de 40 a 50.000 caixas de açucar que, calculadas à razão de 20 libras de "groote vlaes" valiam 48 toneladas de ouro. Nesse cálculo

(85) — Cf. Lippmann, op. cit. p. 102.

(86) — Cf. H. Handelmann, Historia do Brasil, op. cit., p. 209.

não eram computados nem o pau brasil, nem o algodão, gengibre e confeitos. (87)

Em 1624, uma descrição do "reinado do Brasil" era publicada por Ian Canin. Nela se narra a costa do Brasil, situando-se suas cidades e suas riquezas. Assinala engenhos de açucar em S. Vicente, Santos, Angra dos Reis (boa qualidade), Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Baía, no Rio Real, Rio Vasabarris (onde se começara a plantar a cana), Rio S. Francisco, Cabo de S. Agostinho, Pernambuco (grande tráfico), S. Maria de Farinha e Paraíba, e em trecho especial sôbre o açucar nada acrescenta de importante. (88)

Sabemos pela "Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente" que, em 1623, era "notorio" que entre o Rio S. Francisco e o Rio Grande havia cerca de 137 engenhos. (89)

Apesar das incursões de estrangeiros inimigos, é certo que continuamos o processo de desenvolvimento e, por isso, não é de surpreender que, por volta de 1629, tivéssemos acrescido êste número.

Um pouco antes da invasão holandesa, um documento precioso, cheio de considerações e motivos sôbre a tregua com a Espanha, referia-se algumas vezes ao açucar. Este documento, que é assinado por varios diretores da Companhia das Indias Ocidentais, entre os quais o nosso conhecido Johannes de Laet, depois de afirmar que, em 1629, foram levadas do Brasil 4.000 caixas de açucar, assinalava a diminuição diaria do comercio e navegação de Portugal e Espanha; e acrescentava que uma "excessiva quantidade de açucar ficava sem colocação por falta de navios e pelo temor de que a nossa frota lhes causasse prejuizos excessivos". (90)

Como se vê, tudo era minuciosamente observado. O comercio, a navegação e a situação do açucar eram analisados em folhetos que discutiam nosso destino.

Não era uma aventura como a dos portugueses nas descobertas. Era, antes, um "empreendimento metódico e coordenado, denunciando capacidade de trabalho e coesão social", conforme observou Sergio Buarque de Holanda. (91)

Aliás, antes ainda da época do relatorio de Adriaen van der Dussen (1640), temos outros dados, e dados tão valiosos quanto os daquele.

Logo depois da invasão holandesa, em maio de 1630, apresentava Adriano Verdonck uma valiosa memoria geográfico-econômica sôbre as quatro capitanias de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte. Através dela podemos conhecer o número aproximado de engenhos que se estendiam pela região. As cifras estimadas por Verdonck apresentam sôbre as de van der Dussen inúmeras vantagens. Em primeiro lugar, trata-se de personagem que residia no país desde 1618 ou 1620, (92) conhecendo-o em período de paz e florescimento. Em segundo lugar, a memoria foi escrita três meses e

(87) — Cf. Levendich Discours vant ghemeyne Lants welvaert voor desen de Oost ende nu ook de West-Indische generale Compaignie aenghevanghen seer notabel om lesen. Door een Lief-Hebber des Vaderlandts. Ghedruckt by Broer Iansz int Jaer ons heeren 1622. À p. 11, inumerada, o autor escreve: "20 ponden groote vlaes". Trata-se de antiga moeda flamenga, cujo valor nos foi impossivel verificar agora.

(88) — Cf. Reys-boeck van het rijcke Brasilien, Rio de la Plata ende Magallanes, etc. Ghedruckt int Jaer onses heeren Anno 1624, By Ian Canin. p. 28-45. Nova edição deste trabalho, sob outro título e só alcançando até o Ceará, é a a "Beschrij-vinghe vande Landen van Brasilien ende het veroveren van Bahia de Todos los Santos. t'Amstelredam, voor de Weduwe van Zalig : Cornelis Lodewijcksz vander Plasse, Boeckvercoopster by de Beurs. Anno 1644." Trata-se do mesmo livro editado de novo por outro editor, o mesmo de Moerbeeck. Nenhum bibliógrafo, porém, assinalou este fato, registando sempre as duas edições como constituindo obras diferentes, devido ao título, editor e ano. O conteudo é o mesmo, as palavras são as mesmas.

(89) — Cf. Documentos Históricos, ed. do Instituto do Açucar e do Alcool, p. 47.

(90) — Cf. Consideratien ende Redenen der E. Heren Bewind-hebberen vande Geoctrojeerde West-Indische Compagnie inde Vergaederinghe vande Ed. Hoog-Moghende Heren Staten Generael deser Vereenigde Vrye Nederlanden overgelevert nopende de teghenwoordige deliberatie over den Treves met den Coning van Hispanien etc. Ghedruckt te Haerlem, by Adriaen Rooman, Boeckdrucker inde Jacobyne Straet inde vergulde Parsze, 1629, p. 5, 6, 7.

(91) — Cf. Raizes do Brasil. Coleção Documentos Brasileiros. Rio, José Olympio, 1936, p. 33.

(92) — Cf. Nota de Alfredo de Carvalho à Memoria de Verdonck, in Revista do Instituto Arq. e Geog. de Pernambuco, n. 55, 1901, p. 215. Esta Memoria, que fazia parte dos Brieven en papieren uit Brasilien trazidos da Holanda por José Higino, foi traduzida por Alfredo de Carvalho.

quatro dias após a conquista de Olinda, antes, portanto, que a luta e o fogo destruissem alguns engenhos. Em terceiro lugar, Verdonck parece ter mantido boas relações no país, o que lhe serviria para a fidedignidade das informações. Deduz-se que mantinha boas relações no país do fato de que, em 22 de janeiro de 1631, antes de passado um ano da apresentação desta memoria, foi acusado de traição, por manter correspondencia com Matias de Albuquerque. Foi prêso e torturado. Em 5 de fevereiro tentou suicidar-se e mormorreu a 10, na hora marcada de ser supliciado (93).

Verdonck foi preciso e exato, preocupando-se, especialmente, em frizar os recursos econômicos das regiões que descreveu. Avalia em 146 os engenhos existentes em 1630, nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Este número distancia-se um pouco do referido por Lippmann e Wätjen, pois, como vimos, êles falam em 166 engenhos. Tirando-se os 20 engenhos de Itamaracá, 19 da Paraíba e 1 do Rio Grande, temos 105 para Pernambuco.

Wätjen e Lippmann desprezaram esta memoria escrita em plena luta pela posse de Pernambuco, para apoiar-se em documento de 1640, quando as devastações da guerra tinham destruido ou arruinado, muitos engenhos. O autor de 1640 não deve ser tão exato escrevendo sôbre 1630 quanto o de 1630, especialmente considerando-se que êste vivia desde 1618 ou 1620 na região que descreve.

No entanto, Lippmann confia demasiado na informação de Wätjen e repete o número varias vezes, como se êle fosse indiscutivel.

Ora, procurando determinar se era exato êsse número, o que verificamos é que os autores variam em extremo, sendo realmente dificil dizer com segurança quantos eram os engenhos de Pernambuco ou os das quatro capitanias conquistadas. E é justamente essa falta de concordancia entre os autores, conforme mostraremos no próximo artigo, que nos induz a suspeitar da cifra apresentada por van der Dussen, a que Wätjen e Lippmann dão crédito absoluto.

(Continua)

(93) — Cf. a nota anterior e Ambrosio Richshoffer, Diario de um Soldado da Companhia das Indias Ocidentais (1629-1632), traduzido por Alfredo de Carvalho, Recife, Laemmert, 1897, p. p. 95-98, 102-104.

A ASSISTENCIA SOCIAL NA INDUSTRIA AÇUCAREIRA ARGENTINA EM 1942

"La Industria Azucarera", de Buenos Aires, publicou, no seu número de fevereiro último, em página destacada, a nota abaixo, que merece, realmente, o relêvo dado, por envolver fato honroso para a industria açucareira da República Argentina:

"A estatística divulgada pelo Conselho de Higiene de Tucuman, correspondente ao ano de 1942, consigna que os pacientes registados nos consultorios externos das 28 usinas açucareiras da Provincia, entre adultos e menores, foram:

237.738 consultas e 135.799 enfermos, tendo-se verificado 319 óbitos.

Pelo que se refere às despesas, as usinas da Provincia, em cumprimento da Lei de Assistencia Médica obrigatoria, de 12 de maio de 1925, investiram por ano cerca de 750.000 pesos. Esta Lei não obriga as usinas a ter hospitais, senão enfermaria e sala de primeiros socorros.

Ampliando êsses benefícios, as usinas gastam ainda em outras modalidades de assistencia social, que não são obrigatorias, 562.000 pesos, aproximadamente, o que perfaz um total de 1.312.000 pesos por ano.

Igualmente as usinas de Salta e Jujuy contam com amplos serviços de assistencia social, investindo neles importantes somas anualmente.

A assistencia social das usinas aumenta constantemente com iniciativas novas, que se destacam pela sua espontaneidade e importancia."

Léxico Açucareiro Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do "Dicionario Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende termos técnicos ingleses, usualmente empregados na lavoura da cana e na industria do açucar com os seus equivalentes em português. Volume em formato portatil, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cart.... Cr$ 12,00
Pelo Correio. . ... Cr$ 14,00

—:—

A' VENDA NA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42
(9.º pav.)

Caixa Postal 420 RIO

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO

Processos azeotrópicos de deshidratação

Fabricação direta do alcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amalia	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumatí	22.000
Queimada	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luiza	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000 litros de capacidade diaria

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

FERMENTAÇÃO

MELLE — BOINOT

Processo de recuperação das leveduras

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amalia	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lidia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraiso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumatí	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luiza	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Baía	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000 litros de capacidade diaria

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASI AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:

açucar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais...

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Rua General Câmara, 19 — 9.° andar — salas 17/18 — Tel. 23-0381

OS HOLANDESES NO BRASIL

A respeito dos dois velhos documentos traduzidos especialmente para "Brasil Açucareiro" pelo sr. José Honorio Rodrigues e frei Agostinho Keijzers e que publicamos sob o título "Os holandeses no Brasil", o sr. Francisco Monterde, em publicação do Instituto Panamericano de Geografia e Historia, do México, escreveu as seguintes observações que traduzimos para o nosso idioma :

"Instituto do Açucar e do Alcool: Documentos Históricos. I: Os holandeses no Brasil. Rio de Janeiro, 1942, 55 págs.

Contém esta separata de "Brasil Açucareiro" dois documentos históricos, traduzidos por frei Agostinho Keijzers e José Honorio Rodrigues, com prefacio, notas e bibliografia dêste último. O primeiro, cujo autor é Jan Andries Moerbeeck, recebeu o seguinte título, na tradução: "Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei de Espanha a terra do Brasil". Foi publicado em Amsterdam no ano de 1624.

O segundo documento é uma "Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente", impressa depois de 1623. Sôbre o primeiro documento, José Honorio Rodrigues informa não ter sido, até o presente, aproveitado pelos historiadores do período holandês do Brasil. Ninguem se valeu "de suas preciosas informações sôbre os planos e motivos da emprêsa e conquista do Brasil pelos holandeses". E se alguem o teve sob as vistas, como Duarte de Albuquerque Coelho, não se referiu ao nome de Moerbeeck.

O grande interesse do documento reside "no fato de nos ajudar a reconstituir, em poucas páginas, não só as causas da escolha do Brasil para a sede do esfôrço colonial da Holanda, como, também, os fatores políticos" que influiram em tal emprêsa.

"As consequencias econômicas ou políticas da conquista do Brasil, os prejuizos e a ruina que adviriam para a Espanha são demonstrados em poucas linhas. O autor é notavel pelo espírito de síntese", salienta o prefaciador.

Entre os motivos, que o autor enumera, figuram: a inexperiencia dos habitantes do Brasil em assuntos militares; o fato de os portugueses serem inimigos secretos do rei de Espanha; que bastaria tomar duas cidades para apoderar-se de todo o país; que essas duas praças não eram muito fortes; estarem situadas na costa; poderem ser defendidas e abandonadas facilmente se se fizesse necessario; que a Companhia podia conquistar um tesouro, em navios e mercadorias; que os soldados e tripulantes dos navios também obteriam grandes lucros; que as despesas seriam pequenas; conviria para "desanimar a todos os inimigos e dar ânimo a todos os patriotas".

Com relação ao documento n.º 2, adverte o mesmo prefaciador que se trata de um folio raríssimo, visto que as maiores autoridades em bibliografia holandesa não o mencionam. No Catálogo da Exposição de Historia do Brasil, é-lhe atribuida a data de 1625; contudo, a aludida lista não se encontra datada nem traz o local de impressão.

Como nela se alude ao número de engenhos, que existiam nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba, em 1623, é lógico que sua impressão é posterior àquela data.

A lista principia com as seguintes palavras, traduzidas da versão portuguesa: "O principal negocio de todo o Brasil consiste na cultura da terra e no estabelecimento de engenhos. E' notorio que, no ano de 1623, havia entre o Rio S. Francisco e o Rio Grande, nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba, cerca de 137 engenhos..."

Ambos os documentos contribuiram, indubitavelmente, para aguçar a cobiça dos homens de emprêsa estrangeiros".

O AÇUCAR RESTAURA O ESFÔRÇO MENTAL

Dorothy Thompson, a famosa colunista norte-americana, considera o açucar um alimento essencial e não pode passar sem êle, principalmente quando está trabalhando. Para compensar o esfôrço mental, diz ela, nada melhor do que o açucar.

E' o que nos informa o escritor W. Drawbell, no seu livro "Dorothy Thompson's English Journey", segundo se lê no "Australian Sugar Journal", número de dezembro.

O referido autor acrescenta estas palavras textuais da conhecida jornalista: "Uma vez tentei trabalhar sem comer açucar. Faltou-me o ânimo e nada pude fazer. Desisti da experiencia e resolvi voltar ao açucar. Um pedaço de chocolate, alguns bonbons e, em três tempos, escrevi o meu artigo".

LEGISLAÇÃO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Instituto do Açucar e do Alcool

DECRETOS DE 30 DE ABRIL DE 1943

O Presidente da República resolve nomear: nos termos do artigo 162, do decreto-lei n.º 3.855, de 21 de novembro de 1941 :

Aderbal Carneiro Novais, para exercer as funções de representante dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Alfredo de Maia, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Arnaldo Pereira de Oliveira, para exercer as funções de suplente dos representantes dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Cassiano Pinheiro Maciel, para exercer as funções de representante dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Gustavo Fernandes Lima, para exercer as funções de suplente dos representantes dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

João Soares Palmeira, para exercer as funções de suplente dos representantes dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

João de Lima Teixeira, para exercer as funções de suplente dos representantes dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

João Carlos Belo Lisboa, para exercer as funções de suplente dos representantes dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

José Pinheiro Brandão, para exercer as funções de suplente dos representantes dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

José Rufino Bezerra Cavalcanti Filho, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

José Inácio Monteiro de Barros, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Luiz Dias Rollemberg, para exercer as funções de suplente dos representantes dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Manuel Francisco Pinto, para exercer as funções de representante dos fornecedores na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior, para exercer as funções de suplente do representante dos banguezeiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool ;

Moacir Soares Pereira, para exercer as funções de representante dos banguezeiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool; e

Tarcisio de Almeida Miranda, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool.

("D.O.", Rio, 4-5-43.)

Alcoometria, esterecmetria e análise do alcool

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . Cr$ 15,00
Pelo Correio. .... Cr$ 17,00

Na Secção de Publicidade do

Instituto do Açucar e do Alcool

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, despachou os seguintes processos :

ESTADO DE ALAGOAS :

5.489/42 — Alberto Pereira Pinto — Maceió — Renuncia de incorporação provisoria de quota — Aprovado, em 24-3-43.

5.202/40 — José Firmino Teixeira de Vasconcelos — Viçosa — Limitação de engenho rapadureiro. — Arquive-se, em 31-3-1943.

1.316/38 — Alfredo de Mendonça Uchoa — S. Luiz do Quitunde — Transferencia de inscrição — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DA BAIA :

636/42 — Juliana Maria Costa Almeida — Nazaré — Transferencia de engenho de rapadura — Aprovado, em 31-3-43.

1.719/41 — Apio Francisco dos Santos — Paramirim — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.847/39 — Rômulo de Sousa Barreto — Nazaré — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.899/40 — Tomé Dantas da Costa — Itapicurú — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 31-3-43.

2.293/38 — João José da Silva — Paramirim — Inscrição de engenho — Anexo — 8.577/35, do mesmo — Arquive-se, em 31-4-43.

723/36 — Hermelino Rodrigues da Mata — Paramirim — Baixa de engenho — Arquive-se, em 6-4-43.

6.555/41 — José Cândido Domingues — Paramirim — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

5.446/40 — Pedro Leão Sampaio — Boa Nova — Inscrição de engenho — Transferencia do engenho — Deferido, em 14-4-43.

8.734/35 — José Marques dos Santos — Minas do Rio de Contas — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 14-4-43.

ESTADO DO CEARA':

3.830/41 — João Martins Filho — São Benedito — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

5.563/41 — João Ribeiro de Aguiar — Crato — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

3.827/41 — Vicencia Holanda Sá — São Benedito — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

5.852/40 — Aristides Vicente Ferreira —Aracatí — Transferencia de engenho — Arquive-se,

5.174/42 — Fedro Pompeu de Sousa — S. Benedito — Solicita isenção de taxa no corrente ano — Arquive-se, em 14-4-43.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO :

5.337/41 — José Ramos Machado — Muniz Freire — Transferencia de engenho de aguardente — Deferido, em 31-3-43.

3.184/40 — Francisco Alves de Assis Calçado — Transferencia de engenho — Anexo — 1.664/40 — João Ferreira Diniz — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DE GOIAZ :

458/42 — Alexandre Nunes de Sousa — Formosa — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 19-3-43.

1.509/42 — Alonso Marques Gomes — Pilar — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

811/42 — Pedro Vieira Machado — Campo Formoso — Transferencia de engenho de açucar — Deferido, em 19-3-43.

1.538/42 — Arlindo Ferreira Guimarães — Rio Verde — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

1.977/36 — Vicente Paula Ferreira — Campinas — Registo de engenho — Arquive-se, em 19-3-43.

2.603/40 — Randolfo Vaz dos Reis — Catalão — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

6.250/41 — Roberto Ferreira da Costa — Formosa — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

3.904/39 — Antonio Martins Filho — Rio Verde — Transferencia de engenho — Deferido, em 22-3-43.

253/40 — Manuel José Cabral Quito — Rio Verde — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

888/42 — Claudino Vigilato Pereira — Catalão — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

897/39 — Joviano Pinto Ferreira — Bela Vista — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.510/41 — Dario Mendonça — Pirenópolis — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.872/42 — João Pontes Vieira — Bela Vista — Baixa de inscrição de engenho de açucar — Deferido, em 31-3-43.

3.116/40 — Francisco Assis Ferreira e Sousa — Santa Cruz — Transferencia de engenho — Anexo — 2.579/38 — do mesmo — Arquive-se em 31-3-43.

5.822/40 — Januario Garcia Daví — Jataí — Transferencia de engenho — Deferido em 31-3-43.

6.606/41 — Antonio Gomes de Ataides — Rio Verde — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-1943.

6.847/41 — Antonio Alves de Almeida — Corumbaíba — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.537/42 — Lindolfo Luiz Cruvinel — Rio

Verde — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

645/38 — Ildemar de Paiva Sampaio — Corumbaíba — Transferencia de inscrinão — Deferido, em 14-4-43.

2.020/40 — Sebastião de Rezende — Pires do Rio — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

5.420/40 — Francisco da Costa Pinto — Formosa — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

6.585/40 — Francisco Moreira Gonçalves — Cristalina — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DO MARANHÃO:

980/41 — Tolentino Serra Ferreira — S. Vicente Ferrer — Transferencia e remoção de engenho — Deferido, em 19-3-43.

6.966/40 — Sátiro Soares de Sousa — Brejo — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DE MATO GROSSO:

413/37 — Francisco Pinto de Oliveira — Sto. Antonio do Rio Abaixo — Transferencia de engenho. — Arquive-se, em 14-4-43.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

549/42 — José Pereira dos Reis — Dores do Indaiá — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

569/40 — Antonio Anjo Ferreira — Viçosa — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

4.101/41 — Pedro Alves de Sousa Irmão — Ponte Nova — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

6.456/40 — Helena Temponi do Vale — Mar de Espanha — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 19-3-43.

94/41 — Maria Luiza de Oliveira — Viuva — Cassia — Transferencia de engenho — Anexo — LR. 4.100/40 — Antonio Luiz Gonçalves Sobr. (Herds.) — Deferido, em 19-3-43.

679/42 — José Raposo Simões — Sto Antonio do Monte — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 19-3-43.

1.557/41 — Teodoro Gonçalves Mendes — Minas Novas — Instalação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 19-3-43.

1.778/41 — José Ferreira de Sousa — Minas Novas — Instalação de engenho de rapadura — Deferido, em 19-3-43.

2.155/41 — Joaquim Alves Macedo — Minas Novas — Instalação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 19-3-43.

2.361/41 — Randolfo de Araujo Pimenta — Nova Rezende — Transferencia de engenho — Anexo — L.R. 11.191/41, Isolino Ribeiro da Cunha. — Deferido, em 19-3-43.

2.414/41 — Nerval Montalvão Leite — Muriaé — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

2.683/41 — Joaquim de Araujo Pichinho — Minas Novas — Montagem de engenho de rapadura. — Deferido, em 19-3-43.

2.991/42 — Antonio Alves Batista — Dom Joaquim — Modificação de inscrição de açucar para rapadura — Anexos — 1.136/40 e 7.338/35, do mesmo — Infereido, em 19-3-43.

3.247/42 — José Bueno da Silva — Jacuí — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 19-3-43.

4.181/41 — Onofre Luiz Vieira — Estrêla do Sul — Transferencia de engerho — Deferido, em 19-3-43.

4.190/41 — Otavio Amaro Ribeiro — Serra Negra — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

5.177/41 — Manuel Messias de Melo — Estrêla do Sul — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

5.600/41 — Manuel Rodrigues da Costa — Raul Soares — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 19-3-43.

5.949/41 — Pedro Calixto Teixeira — Pitanguí — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

6.242/40 —Pedro Sibio Carminate — Leopoldina — Modificação fôrça motriz — Deferido, em 19-3-43.

6.574/40 — Francisco Rodrigues da Costa — Pirapetinga — Modificação de inscrição — Arquive-se, em 19-3-43.

6.771/41 — José Rodrigues Parreiras — Bonfim — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

4.739/39 — Adelina Ribeiro de Santana, Vva. — Bonfim — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 22-3-43.

4.526/41 — Sebastião Vieira Martins — Ponte Nova — Aumento de limite de açucar — Anexo — 1.478/35, do mesmo — Aprovado, em 22-3-43.

199/38 — Cassiano José Campos Sobrinho — Uberaba — Transferencia de engenho — Deferido, em 22-3-43.

1.331/42 — Antonio Vicente Ferreira — Bom Despacho — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 24-3-43.

581/43 — Geraldo Starling Soares — Muriaé — Consulta sôbre transferencia de quota de um Estado para outro — Aprovado, em 31-3-43.

668/42 — José Gontijo da Fonseca Sobrinho — Pitanguí — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se, em 31-3-43.

730/42 — José de Sousa Morais — Oliveira — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 31-3-43.

774/42 — Miguel de Oliveira Carmo — Leopoldina — Transferencia de engenho de açucar — Deferido, em 31-3-43.

1.880/40 — Antonio Batista dos Santos — Conceição — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

2.236/38 — Plinio Moreira de Novais — Carangola — Modificação de inscrição — Arquive-se, em 31-3-43.

2.573/42 — Eliseu Gomes Moreira — Pará de Minas — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

2.579/40 — Antonio Alcides de Moura — Sete Lagoas — Transferencia de engenho — Anexo — 1.387/38 de Cristiano Teixeira de Melo — Arquive-se, em 31-3-43.

2.778/42 — Inocêncio Felix do Nascimento — Araguarí — Transferencia de engenho de açucar — Deferido, em 31-3-43.

2.824/40 — Vicentina de Oliveira — Rio Novo — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

2.942/41 — João Antonio Venuto — Corinto — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

3.110/41 — Maria José da Cruz — Ubá — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

3.514/41 — Teobaldo Joaquim Martins — Itapecerica — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

3.553/41 — Américo Fajardo de Campos — Leopoldina — Modificação de inscrição — Arquive-se, em 31-3-43.

3.790/41 — Sebastião Garcia Azevedo — Bambuí — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

5.110/41 — João Pereira de Freitas — Cordisburgo — Inscrição de engenho de rapadura, — Deferido — em 31-3-43.

5.278/42 — Gercino José da Silva — Uberaba — Transferencia de engenho de açucar — Deferido, em 31-3-43.

5.721/41 — Salvador Vital — Ubá — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 31-3-43.

5.834/41 — Procopio Luiz de Faria — Dôres do Indaiá — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

5.880/41 — José Rodrigues da Silva — Pedra Branca — Transferencia de engenho de açucar e aguardente — Deferido, em 31-3-43.

6.715/40 — Raul Joaquim Ferreira — Mar de Espanha — Transferencia de engenho — Deferido — em 31-3-43.

4.485/35 — Paulino de Sena Leite — Viçosa — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 6-4-43.

127/42 — José Rita da Silva — Ferros — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

2.576/42 — Maria do Carmo Fernandes — Piranga — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

2.582/42 — Jacinto Pereira Sobrinho — Pará de Minas — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

2.586/42 — Jacinto Bernardo de Melo — Ubá — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

3.026/41 — Emilio Tomaz Gomes Bastos — Rio Piracicaba — Isenção de pagamento de taxa. Deferido, em 14-4-43.

3.120/41 — Miguel Nassif & Cia. — Viçosa — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

3.348/42 — João Alvarenga da Costa — Boa Esperança — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

4.684/41 — Sebastião de Paula Almeida — Muriaé — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

4.704/41 — Severino Leandro de Oliveira — Piûí — Transferencia de engenho de rapadura Deferido, em 14-4-43.

5.033/41 — Sebastião José de Sousa — Muriaé — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

5.159/42 — Vitor Henrique Galhardo — Tombos — Transferencia de engenho de açucar — Deferido, em 14-4-43.

5.192/42 — José Gonzaga Alves — Serrania — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

5.238/41 — Valentim Alves de Mendonça — Pirapora — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

5.239/41 — Péricles Garcia de Moura — Dôres do Indaiá — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

5.601/41 — Zacarias da Costa Faria — Guia Lopes — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

6.566/41 — Vigiano Antonio de Sousa — Piûí — Transferencia de engenho de rapadura — Deferido, em 14-4-43.

1.372/39 — Joaquim Gonçalves da Fonseca Filho — Patos — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

2.248/40 — Quintino Vargas — Paracatú — Transferencia de engenho — Anexo — 1.277/38, do mesmo — Arquive-se, em 14-4-43.

2.421/39 — João Moreira de Sousa — Leopoldina — Remessa de talões de imposto — Anexo — 1.057/41, do mesmo — Arquive-se, em 14-4-43.

3.850/39 — Julio Venancio Cordeiro — S. João Nepomuceno — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

6.350/40 — Miguel de Oliveira Carmo — S. João Nepomuceno — Transf. de engenho — Arquive-se, em 14-4-43.

6.373/40 — Odilio Rodrigues Monteiro — Uberaba — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DO PARA':

2.515/41 — Severino Leão — Cametá — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

ESTADO DA PARAIBA:

2.909/39 — Miguel Serafim da Silva — Mamanguape — Inscrição de engenho — Aprovado, em 22-3-43.

6.748/41 — Avelino Patricio de Araujo — Taperoá — Transferencia de engenho de rapadura. — Anexos — 2.061/42 e 1.333/40, do mesmo — Arquive-se, em 31-3-43.

4.315/42 — Arnaldo Maroja — Itabaiana — Consulta sôbre transferencia de limite — Aprovado, em 14-4-43.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

375/43 — José C. Machado & Irmãos — Ribeirão — Dilatação de prazo para ensacamento de açucar — Arquive-se, em 19-3-43.

820/42 — Francisco Barbosa da Silva — Ipo-

juca — Transferencia de engenho — Deferido, em 19-3-43.

5.502/41 — José Francisco de Morais Vasconcelos — Timbaúba — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

1.607/42 — Antonio Correia de Oliveira Andrade — Goiana — Paralização do engenho na safra 1941/42 — Arquive-se, em 14-4-43.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

3.248/40 — Luiz de Miranda Henriques — Ceará-Mirim — Alteração de inscrição — Arquive-se, em 31-3-43.

6.124/35 — Dr. Antonio Pinto de Oliveira — Luiz Gomes — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 6-4-43.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

6.277/41 — Calil Metre — Itaocara — Inscrição de engenho de açucar — Indeferido, em 19-3-43.

7.585/35 — João Inácio Câmara — Itaocara — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 22-3-43.

2.611/42 — Perlingeiro, Zanelo & Cia. — Miracema — Modificação de maquinário — Indeferido, em 22-3-43.

1.988/38 — José Correia de Paula — Cambucí — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 22-3-43.

401/38 — Ricarte Silveira Costa — Itaperuna — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 31-3-43.

1.652/39 — Leonides Romualdo Pereira — Itaperuna — Transferencia de engenho — Aprovado, em 31-3-43.

4.650/39 — Cândido Ferreira Brandão — Itaperuna — Transferencia de engenho — Arquive-se, em 31-3-43.

6.332/40 — Claudina Carvalhais de Sousa — Cantagalo — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 31-3-43.

7.834/35 — Manuel Feliciano da Silva — Itaocara — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 6-4-43.

7.898/35 — Fernando Ferreira de Carvalho — Itaocara — Inscrição de engenho — Indeferido, em 6-4-43.

1.297/43 — Cia. Agrícola e Industrial Magalhães — S. João da Barra — Importação de material para distilaria de alcool-anidro — Restitua-se, em 6-4-43.

5.818/41 — Catarina Cardinot Schuwenck — Sumidouro — Transferencia de engenho de açucar. — Aprovado, em 14-4-43.

484/38 — Procopio da Silveira Goulart — Itaperuna — Inscrição de engenho — Deferido, em 14-4-43.

762/38 — Manuel de Oliveira Leite — Itaperuna — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 14-4-43.

2.474/36 — José Augusto Pereira — Herds. — Cambucí — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

4.327/39 — José Jorge Sobrinho — S. Fidelis — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 14-4-43.

4.338/40 — Horacio Fontes — Sumidouro — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

137/39 — Francisco Turnes — Palhoça — Redução de limite — Arquive-se, em 31-3-43.

368/40 — Cesário Regis — Brusque — Cancelamento de inscrição — Deferido, em 31-3-43.

2.956/38 — Rodolfo Witte — Itajaí — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

4.390/39 — João Fortunato Pereira — Tubarão — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

ESTADO DE SÃO PAULO:

2.377/42 — Pedro Rafa — Itápolis — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 19-3-43.

3.225/42 — Mamédio Rodrigues — Pindamonhangaba — Inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 19-3-43.

6.774/40 — José Pires de Araujo — Cajurú — Transferencia de engenho — Anexo 3.194/35, do mesmo — Deferido, em 19-3-43.

4.789/39 — José Laurindo de Sousa — S. Luiz do Paratinga — Transferencia de engenho — Deferido, em 22-3-43.

3.548/39 — João Lazaro dos Santos — Piracicaba — Permissão p/remover maquinário — Deferido, em 22-3-43.

267/37 — Irmãos Azanha — Santa Bárbara — Permissão para montagem de moenda — Anexo — 1 livro Ficha de Tombamento — Arquive-se, em 24-3-43.

3.500/36 — Abraão Brisco — Pedregulho — Cancelamento de inscrição — Deferido, em 24-3-43.

3.506/36 — Domingos Giolo — Pedregulho — Transferencia de engenho — Deferido, em 24-3-43.

824/42 — Irmãos Quilicci — Juanópolis — Transferencia de engenho de aguardente — Deferido, em 31-3-43.

2.040/42 — Francisco Gonçalves Veloso — Guaratinguetá — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 31-3-43.

2.318/41 — Paulino Alves dos Santos — Natividade — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

3.056/39 — Januario Salvador & Filhos — Itapira — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

3.452/41 — Claro José de Oliveira — Parnaiba — Transferencia de fábrica — Deferido, em 31-3-43.

3.616/42 — João José Tosta — Ituverava — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 31-3-43.

4.821/40 — Irmãos Abdalla Ltda. — Biriguí — Inscrição de fábrica de aguardente — Anexos — 1.790/40, do mesmo — 4.448/39, Carmo P. Campanela — Arquive-se, em 31-3-43.

5.805/40 — Benjamim Pedro Rodrigues — S. Pedro do Turvo — Transferencia de engenho — Deferido, em 31-3-43.

6.562/40 — José Januario de Magalhães — Caconde — Transferencia de engenho — Indeferido, em 31-3-43.

3.505/36 — José Fernandes — Natividade — Transferencia de engenho — Deferido, em 6-4-43.

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

12.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1943

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, J. I. Monteiro de Barros, Otavio Milanez, Tarcisio d'Almeida Miranda, Cassiano Pinheiro Maciel, Aderbal Novais, Moacir Soares Pereira, J. Bezerra Filho, João Soares Palmeira e Belo Lisboa.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Quota do Distrito Federal — Aprova-se a proposta do sr. presidente no sentido de ser paga aos produtores baianos a bonificação de Cr$ 5,00, por saco, sôbre a quota de abastecimento do Distrito Federal nos meses de novembro e dezembro.

Restituição de taxa — Aprova-se o parecer da Gerencia para o fim de se mandar restituir às usinas de S. Paulo a importancia relativa à taxa de 21 centavos por litro de alcool.

Diaria corrida — Resolve-se admitir a diaria corrida para os fiscais tributarios com exercicio nos Estados de Baía, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Prova de nacionalidade — Em complemento à Resolução tomada em 26-8-42, resolve-se o seguinte :

"Art. 1.º — Os processos, contendo pedidos de inscrição de fábricas de alcool e de aguardente, apresentados de acôrdo com as disposições da Resolução tomada pela Comissão Executiva, em sessão de 26-8-42, serão submetidos ao despacho da Comissão Executiva, independentemente da apresentação da prova de nacionalidade.

§ 1.º — Quando o I.A.A. expedir a comunicação do despacho, esclarecerá à Coletoria Federal competente que o interessado deverá apresentar, previamente, a prova de nacionalidade, sob pena de cancelamento ex-oficio da inscrição concedida.

§ 2.º — Para obtenção da prova referida no parágrafo anterior, os srs. Exatores Federais deverão notificar os interessados para que apresentem dentro do prazo improrrogavel de trinta dias, preenchendo o modelo aprovado."

Usina Cinco Rios — De acôrdo com o parecer da Gerencia, autoriza-se a Usina Cinco Rios, Baía, a fabricar e vender aguardente, até que tenha feito os necessarios reparos na sua distilaria.

Liberação de açucar — Aprova-se o parecer da Gerencia, contrario ao pedido formulado pela Usina Barcelos, no sentido de serem consideradas como produção de açucar 1.387 toneladas de cana moida para alcool.

Bonificação — De acôrdo com o parecer da Gerencia, resolve-se indeferir o pedido da Usina

---

3.906/35 — Pedro Renzi — Assis — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 6-4-43.

822/42 — José Gomes da Silva Filho — Guaratinguetá — Transferencia de engenho de aguardente — Deferido, em 14-4-43.

3.292/42 — Reinaldi Sordi — Santa Rosa — Inscrição de engenho de açucar — Arquive-se, em 14-4-43.

4.232/39 — Eugenio Fabri & Irmão — Ribeirão Bonito — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

4.444/39 — João Batista Clemente — Redenção — Transferencia de engenho — Anexo — 8.904/35, Augusto Alves dos Santos — Deferido, em 14-4-43.

4.753/39 — José Lopes Rodrigues — Presidente Prudente — Transfeerncia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

6.804/40 — Bento Monteiro de Faria — Natividade — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

6.823/40 — Bento Antonio de Oliveira — Natividade — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

8.917/35 — Vicente Campagnoli — Guararema — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 14-4-43.

3.595/38 — Manuel Frutuoso da Silveira Glicerio — Transferencia de engenho — Deferido, em 14-4-43.

ESTADO DE SERGIPE :

4.220/40 — Alfredo Vieira Machado — Sirirí — Baixa de inscrição — Arquive-se, em 19-3-43.

1.394/42 — João Gomes Mendonça e outros — Capela — Isenção de taxa — Aprovado, em 31-3-1943.

494/37 — Francisco Mendes Rodrigues (Col. Fed.) — Espirito Santo — Consulta — Arquive-se, em 6-4-43.

TERRITORIO DO ACRE :

6 460/41 — Domingos do Rego Leite — Seabra — Isenção da taxa — Arquive-se, em 31-3-43.

Barcelos, relativo à bonificação sôbre 14.631 sacos de açucar demerara extra-limite da safra 1941-42.

Financiamento de Distilarias — Proc. número 3.879/42 — Minas Gerais. No processo originado pelo requerimento em que Nelson Pinto Coelho solicita o financiamento, pelo Instituto, de uma distilaria para alcool, a ser instalada anexa à fábrica de aguardente que já possue, a Comissão Executiva resolve aprovar o parecer da Gerencia que, reconhecendo a utilidade da iniciativa, sugere o encaminhamento do pedido à Carteira Industrial e Agrícola do Banco do Brasil, por onde poderá ser processado o financiamento requerido.

Incorporação provisoria de quota — Proc. n.º 834/43 — Sergipe. Em registo que deu origem ao processo em epígrafe, solicita o proprietario da Usina Tôpo, ante a impossibilidade de prosseguir com a moagem de canas e fabricação de açucar, devido à explosão de uma caldeira, lhe seja permitido encaminhar, na presente safra 1942/43, as canas restantes, cêrca de 1.850 toneladas, para a Usina Santa Clara, situada em Capela, no citado Estado, pela adjudicação provisória do saldo do limite da Usina requerente, ou sejam 2.178 sacos de açucar. Reconhecendo os justos fundamentos do pedido constante da inicial, resolve a Comissão Executiva autorizar a incorporação provisoria, no decorrer da safra 1942/43.

13.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1943

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, J. I. Monteiro de Barros, J. Bezerra Filho, Otavio Milanez, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Moacir Soares Pereira, João João Soares Palmeira e Belo Lisboa.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — O expediente constou do seguinte: relatorio do gerente da Delegacia Regional de Pernambuco sôbre a situação da safra corrente naquele Estado; relação fornecida pela Secção de Fiscalização dando o número de engenhos que possuem ou possuiram turbinas; relatorio da mesma Secção sôbre o seu movimento durante o ano de 1942; telegrama do sr. Paulo Belo sôbre o tabelamento de cana na Baía.

Estocagem de açucar — Aprova-se o plano apresentado pelo engenheiro Anibal Matos de construção de armazens destinados à estocagem de açucar.

Estocagem de alcool — Solucionando uma consulta da Delegacia Regional de Pernambuco, autoriza-se a estocagem de 500 mil litros de alcool na Distilaria do Cabo e a entrega de 300 mil litros à D.P.P.

Plano do alcool — Depois de discutida a exposição do sr. Gileno Dé Carli sôbre a distribuição de bonificações da caixa de alcool, aprova-se, por proposta do sr. presidente, a seguinte tabela:

		CrS
1) —	Alcool anidro, diretamente de cana	1,60
	Idem residual	1,40
	Alcool hidratado diretamente de cana	1,50
	Idem residual	1,30

2) — São aprovadas ainda as seguintes medidas:

a) — Onde houver caixa estadual, só poderá ser distribuida qualquer bonificação depois da liquidação dos resultados da caixa estadual;

b) — A bonificação será paga, em primeiro lugar, à produção entregue ao I.A.A., ou distribuida por seu intermedio, ou com sua autorização;

c) — A Secção de Estudos Econômicos levantará o mapa das vendas de alcool e dos preços medios obtidos pelas usinas nesta última safra.

3) — Por proposta dos representantes dos fornecedores de cana, é aprovada a seguinte emenda:

"Participação dos fornecedores que entregaram canas para alcool, nas bonificações ora distribuidas."

4) — Para se apurar a situação do preço do alcool entregue às Cias. de Petroleo, será interpelada a Delegacia Regional do Recife sôbre as vendas de alcool às mesmas, afim de se verificar se está sendo excedida a margem de CrS 0,30, destinada à distribuição de alcool pelas Cias. de Petroleo, bem como verificar qual a quota de alcool na distribuição atual de carburante.

Extra-limite — De acôrdo com o parecer da Gerencia, resolve-se que todo o açucar das usinas paulista, de produção extra-limite, está sujeito à sobretaxa de 17 cruzeiros por saco.

— E' indeferido o requerimento do proprietario da Usina Mendonça, M. Gerais, solicitando dispensa de sobretaxa para o açucar extra-limite, produzido na safra 1942-43

Montagem de novas usinas — Aprova-se a conduta do sr. presidente com referencia ao pedido de autorização para montagem de novas fábricas no Paraná.

— E' encaminhado ao sr. Castro Azevedo um telegrama do interventor federal em Goiaz, relativo à instalação de uma fábrica de açucar no referido Estado.

Abastecimento — Com referencia ao abastecimento de açucar da capital de S. Paulo, resolve-se que o I.A.A. deixará o problema do racionamento para os varejistas à Secretaria da Agricultura daquele Estado.

Financiamento — Examinada uma exposição da Gerencia sôbre o escoamento da safra açucareira de Sergipe pelo porto da Baía, resolve-se o seguinte:

1) — Aprovar a proposta da Gerencia, no sentido de se conceder aos usineiros de Sergipe a bonificação de 7 ou 9 cruzeiros, por saco de açucar transportado de Aracajú para a Baía, conforme seja o transporte feito por via marítima ou terrestre.

2) — Conceder um crédito especial de 3 milhões de cruzeiros, para o financiamento de açucar de Sergipe que tiver sido transportado para

a Baía, aguardando, alí, embarque para os mercados de consumo.

Inscrição de fábricas — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registo das fábricas dos interessados abaixo relacionados :

Fábricas de rapadura de Raimundo Teixeira do Lago. Antônio Ferreira de Souza, Pedro Fortunado de Lacerda, Adriano da Cunha, Gonçalves de Sousa Lima, João Francisco de Carvalho, José Pedro Lelis, Joaquim José de Azevedo, Porfiria Maria de Jesus, Hermano José Trindade, José Antônio da Silva, Leoniz Gaspar de Sousa, Quintino Barbosa de Novais, José Francisco de Abreu, Madalena dos Santos Domingues, João José da Trindade, Maria da Cunha Leite, Olinto Magalhães, José Henrique de Lima, Martiniano Pedro Mullei, Manoel Luciano da Silva, Maria José da Conceição, Ramiro José Pimenta, Antônio Figueira Ferraz Sobrinho, Luiz Verdadeiro de Sousa João Ezequiel do Nascimento, Eugenio Hertal Sobrinho, Deodata Fernandes, João Batista Daflon, Francisco Lourenço Alves, João Didimo Cozendey, João Estebanez Ximenes, Pedro Pereira Porto, Vigilato Pereira de Freitas Filho, João Batista Melegari, João Alves Moreira, Egino Fernandes Porto, João Rodrigues, João Gonçalves Henrique, Joaquim Vieira de Matos, João Ortega Junior, João Hentzy, Cipriano Vidales, João Antonio dos Santos Franco, João de Sousa Ismerio, João José Leal, Hildebrando Tomaz Fernando, Joaquim Dias da Silva, Henrique José Marques, Jacinto Silva, Pedro Fernandes Moreira, Antônio de Melo, Vicente Pereira de Miranda, Santos Silva e Costa, Matias José Pereira, Adotivo Machado Ribeiro, Manuel Torres da Mota, Manuel Teixeira dos Santos, Silverio Antonio dos Santos, José dos Reis Silva Menezes, José Alves Ribeiro de Araujo, Joaquim Alves da Anunciação, Cândido Vieira Rodrigues, Julia Viana Barbosa, Pequeno Queiroz, José Joaquim Dias, Severino Batista de Sousa, Leonor Auta Saldanha, Francisco José de Freitas, José Bernardino da Silva, Joaquim Alves Ferreira, Herminio Sales de Mendonça, Alcides de Sousa Lima, Manuel de Freitas Lima, José Pereira Ibiapina, José Batista Moura, Lidio Nascimento Andrade, Raimundo Alves de Queiroz, Colonia Agrícola Raul Soares, Joaquim Duarte Pinheiro, Hermenegildo Nunes, José Marques de Albuquerque, Otavio Queiroz, Segundo Meneguele, Romualdo Soares Peixoto, Manuel Correia Dias, João Gomes da Rocha, Clementina Ferreira do Amaral, Samuel Alves Anuda, Lauro José dos Santos, Francisco Fratannio, José Silverio Dutra, Otaviano Damasceno Pereira de Carvalho, Joaquim Alves Tostes, Laurentino Pedroso, Manuel de Mesquita, Benedito Correia Dias, João Soares da Silva, Henrique da Silva Lessa, Manuel Ferreira Pires, Manuel de Sousa Coelho Sobrinho, José Luciano Wincler, Manuel Pinto.

Fábricas de açucar de Manuel Felicio da Costa, Pedrosa Gondim & Cia., sucessor de Pedroso & Irmãos, Otaviano da Silva Pereira, Juvencio Francisco de Oliveira, Juvenal José de Sousa.

Fábricas de aguardente: — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução 38/42, de 5 de agosto de 1942, resolve autorizar o registo das fábricas de aguardente dos interessados a seguir relacionados : Manuel Gonçalves de Abrantes, M. Pereira & Cia., José Augusto da Rocha, Giacomo Treu & Filhos, Osvaldo Monteiro da Silva, Filipe Rodrigues Siqueira Neto, Gumercindo da Silva Barreto, Silvio Alves da Silveira, Colonia Agrícola Raul Soares.

Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos dos interessados abaixo relacionados, resolve-se conceder os seguintes despachos :

Fábricas de açucar — Recursos providos — Majoração de 20% — Olinto Ferreira de Sousa Azevedo, José Cândido de Oliveira, José Vieira de Vasconcelos, Francisco de Queiroz Pinto.

Fábricas de rapadura — Recursos providos — Celestino Assis de Albuquerque, Luiz Alves Nojosa, Josefa E. Medeiros Barbosa, Luiz Arão da Silveira, Felinto Holanda de Vasconcelos, Otoniel Pereira da Silva, João Moreira Barros, Norberto Castelo Branco, João Holanda, Luiz Pinto do Carmo, Francisco Maciel da Silveira, Francisco A. Linhares Filho, Francisco Nepomuceno da Silva, Manuel Domingos de Sousa.

Retificação de despacho — Com fundamento no voto do relator, sr. Castro Azevedo, resolve-se ratificar a decisão tomada em 8 de fevereiro p. passado, para o fim de ser levada a efeito a correição administrativa, sugerida pela Secção Jurídica, no processo fiscal originado de auto lavrado contra a Usina São Manuel, do Estado de S. Paulo.

Processo n.º 3.122/42 — S. Paulo — Aprovando o parecer da Gerencia, resolve-se retificar a decisão tomada em sessão de 14-12-42., que aprovou o parecer da Secção Jurídica no sentido de autorizar a transferencia do engenho turbinador "Otomana", de Mamud Ali Murad & Irmão, para Cesar Calib Tanuri.

14.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1943

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, J. Bezerra Filho, Moacir Soares Pereira, J. C. Belo Lisboa, Alvaro Simões Lopes, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte : telegrama da Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro, comunicando ter iniciado a distilação no dia 22 do mês corrente, trabalhando as caldeiras com lenha, com resultados os mais satisfatorios possiveis.

Tabela de canas da Baía — A propósito do cumprimento da tabela de preços de canas da Baía, recebeu o sr. Soares Palmeira, do sr. Rodrigues Teixeira, o seguinte telegrama : "Usineiros intuito prejudicar fornecedores interpretam nova tabela sob designação despesas frete até trapiche descontos outros como estiva, previdencia, quota suprimento Distrito Federal, seguros, impostos

etc., reduzindo pagamento cana preço inferior anteriormente pagavam, infringindo decreto-lei 4.733, que uniformizou tabelas canas país, sendo que Baía era onde vigorava mais baixo preço. Sindicato pergunta prezado amigo se tem cabimento tais descontos ou se frete representa tão sòmente pagamento trânsito açucar estrada, barco até trapiche sem descontar outros. Responda urgente".

Ao telegrama em questão, depois de lhe fazer os devidos comentarios. declara o sr. Soares Palmeira que pretende dar a seguinte resposta, desde que com ela concorde a Comissão Executiva: "Resposta seu telegrama informo despesa frete compreende apenas onus transporte fábrica ao trapiche, não se incluindo demais descontos referidos, que são ilegais. Quanto abastecimento Distrito Federal preço vigorante será computado fob, não cabendo assim despesas seguros, impostos etc. Instituto sòmente poderá agir comprovada infração tabela, convindo Sindicato entender-se procurador Paulo Belo. Saudações. João Palmeira". A Comissão Executiva concorda com o teor da resposta proposta pelo sr. Soares Palmeira.

Liberação de extra-limite — De Pernambuco e Alagoas recebeu o Instituto telegramas requerendo a liberação de açucar extra-limite de usinas daqueles Estados, por conta dos saldos das demais usinas. Em ambos os Estados, segundo informam os competentes Orgãos de Classe, a produção ficará abaixo dos respectivos limites.

Depois de examinadas todas as faces do problema, resolve a Comissão Executiva, com restrição de voto por parte do sr. Bezerra Filho: Autorizar a liberação de mais 100.000 sacos de açucar extra-limite das usinas de Pernambuco e 70.000 sacos das de Alagoas, por conta do saldo da produção de cada Estado, sujeita a autorização às seguintes condições: a) que seja verificada a possibilidade do armazenamento, em Recife e Maceió, do açucar a liberar, sem prejuizo do armazenamento de açucar extra-limite; b) o açucar a ser liberado, não será incluido no financiamento realizado por conta do Instituto; c) o açucar em questão só poderá ser escoado depois de garantidos a colocação e o escoamento do açucar intra-limite das usinas dos dois Estados em apreço.

Safra da Paraiba — Tomando conhecimento da relação apresentada pela Secção de Fiscalização sôbre a posição da safra finda das usinas da Paraiba, a Comissão Executiva aprova as medidas relativas à liberação integral da safra do referido Estado.

Bonificação sôbre quota do Distrito Federal — Safra 1941/42 — Estado de Alagoas — Na safra de 1941/42, foram bonificadas as parcelas da quota do Distrito Federal, relativas aos meses de novembro e dezembro, dos Estados do Norte, à razão de Cr$ 5,00.

Bonificação — Aprova-se a proposta do sr. presidente no sentido de ser concedida uma bonificação de Cr$ 32.190,00 à Usina Brasileiro, Alagoas, mediante crédito da respectiva importancia à mesma fábrica junto à Cia. Usinas Nacionais.

Estação Experimental em Curado — Resolve-se estabelecer a contribuição anual de 150.000 cruzeiros como auxilio do I.A.A. à manutenção da Estação Experimental em Curado.

Requisição de aguardente — Aprova-se a sugestão da Secção de Estudos Econômicos, no sentido de ser baixada uma resolução relativa à liberação da aguardente em poder dos intermediarios e atacadistas de S. Paulo.

Financiamento — Aprovam-se as minutas de contrato de financiamento a fornecedores de cana de Alagoas e Pernambuco.

Limitação — A Comissão Executiva concorda com a proposta do sr. presidente, resolvendo que seja dado vista ao sr. J. Bezerra Filho dos processos de pedido de revisão de sub-limitação das usinas Capibaribe, Vassununga e Cinco Rios, respectivamente de Pernambuco, S. Paulo e Baía.

Incorporação de quotas — Com fundamento nos votos relatados pelo sr. Castro Azevedo, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

1.º — **Processos deferidos**

À Usina Altamira — Baía — Engenho de Alceu Vila Nova, situado em Rio Real, limitado em 600 sacos de açucar bruto.

À Usina Pedrão — Minas Gerais — Engenho de Francisco Mendes de Morais, situado em Paraisópolis, limitado em 100 sacos de açucar bruto.

À Usina São José — Santa Catarina — Engenho de João Jacinto de Sousa, situado em Itajaí, limitado em 50 sacos de açucar bruto; engenho de José Bernardino Gomes, situado em Itajaí e liimtado em 200 sacos.

À Usina Pedra Lisa — Estado do Rio — Engenho de João Batista Monnerat Lutterbach, situado em Carmo e limitado em 373 sacos de açucar bruto.

2.º — Processos indeferidos:

De João Quintino dos Santos, Francisco Cavalier, Nelson José Coelho, Sebastiana Tolentino de Amorim, Pascoal Lombardo, Alfredo Rodrigues Gomes, Antonia Rubio Latorre, Francisco Borges Pereira, José Riendas Moraleida, Vitorino Selani, José Evangelista Ferreira, Antonio Justino de Godoy, Sequeto & Irmão.

3.º — **Julgamentos sustados**

À Usina Itaquerê — São Paulo — A Comissão Executiva, com fundamento no voto do sr. relator, resolve aprovar os pareceres da Secção Jurídica, no sentido de ser sustado o andamento respectivo, até à solução judiciaria do caso:

Processo n.º 1.323/42, de Justino Machado Diniz
" " 1.301/42, de Geraldo Cândido Pereira.
" " 1.299/42, de Franco José da Silveira.
" " 1.322/42, de Godofredo Ferreidos Santos
" " 1.306/42, de José Querubim de Barros.

4.º — Incorporação provisoria de quota

Usinas São João e Santa Helena — Paraiba — Diante das informações prestadas no processo n.º 485/43, de interesse da Cia. Usinas São João e

CIRCULARES DO I. A. A.

CIRCULAR N.º 4/43 — Em 5 de abril de 1943

Tendo em vista a decisão da Comissão Executiva, em sessão de 22 de fevereiro do corrente ano, aprovando o parecer n.º 782/43 da Secção Jurídica no processo n.º 2.052/42, recomendo que, em relação aos processos de averbação de transferência de inscrição de engenhos banguês ou turbinadores, cujos pedidos tenham sido protocolados em data posterior ao Estatuto da Lavoura Canavieira, seja aos mesmos aplicado o regime da lei anterior àquele diploma legal, até que por Resolução da Comissão Executiva o assunto seja devidamente regulamentado.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

Santa Helena S.A., autoriza a Comissão Executiva o aproveitamento de mil sacas do limite da Usina São João, pela Usina Santa Helena, com o respectivo aproveitamento das canas de uma pela outra, resguardados os direitos de possiveis fornecedores.

5.º — Processo distribuido:

Processo n.º 512/35 — S. Paulo — Louvando-se na informação prestada pela Secção de Fiscalização, resolve a Comissão Executiva manter o despacho de fls. 53 do processo em epígrafe, retificando, porém, o limite do engenho turbinador de José Di Sordi & Irmão para cem sacas anuais, mínimo legal para as fábricas dessa categoria.

Reconsideração de despacho — De 20-9-38 do sr. presidente do I.A.A. no processo n.º 596/37 de interesse de Agnelo de Melo, em Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, para o fim de manter inscrita a fábrica em causa, cujo cancelamento voluntario fôra deferido. De 23-2-43 do sr. Presidente do I.A.A. no processo n.º 703/37 de interesse de Jorge Fernandes Câmara, Estado do R. G. do Norte, para o fim de reformar a decisão proferida e deferir o pedido constante da incial do processo acima referido.

Averbações — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

1.º — Inscrição e Remoção de Fábrica de Aguardente — Processo n.º 3.185/40 — de Arnaldo Vieira Sobral — do Municipio de Murici para o de São Luiz do Quitunde, no Estado de Alagoas.

2.º — **Inscrição e Transferencia de proprietario — Processo n.º 93/41** — de Joaquim André Rodrigues, procedendo-se em seguida à transferencia para o nome de Manuel Rodrigues Pereira — limitado e engenho em 50 cargas de rapadura — Minas Gerais.

Processo n.º 2.608/39 — de Antonio Augusto Paulo, procedendo-se em seguida à transferencia, para o nome de Heitor Vitor Machado — limitado o engenho em 50 cargas de rapadura — E. do Rio.

Processo n.º 6.211/41 — de Domingos Ciríaco, procedendo-se em seguida à transferencia para o nome de Francisco Chagas Campos — limitado o engenho em 50 cargas de rapadura — Goiaz.

Processo n.º 3.912/41 — de João Faustino da Rocha, procedendo-se em seguida à transferencia para o nome de Vicente Gonçalves de Melo — limitado o engenho em 100 cargas de rapadura. — Ceará.

3.º — **Transferencia de proprietario** — Processo n.º 4.261/41 — de Teófilo Antonio de Melo para Alexandre Homem de Faria. Minas Gerais.

4.º — **Remoção de Fábrica** — Processo n.º 185/39 — de Benedito Dominici — de Olho Dagua para Orlandia, no mesmo Estado do Maranhão.

5.º — **Remoção de maquinario e transferencia de proprietario** — Processo n.º 5.582/41 — de Sebastião Andró Mendes (Vva.) — em Piranga, para Manuel José da Cruz — em Ponte Nova — Minas Gerais.

Processo n.º 2.190/38 — de Ovidio Gonzaga Peres para Pedro de Sousa Bastos — em Goiaz.

Processos para arquivar — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva concorda com o arquivamento dos seguintes processos: 1.368/39, João Brasil de Gois, Sergipe — 8.031/35, Joaquim Pedro Ximenes, Pernambuco — 1.418/41, Isaias Franco de Sá, Maranhão — 869/37, Hipólito Pereira Neves, E. do Rio — 3.163/41, Luiz de Mendonça Uchoa, Alagoas — 5.424/40, Severino Teixeira de Vasconcelos, Alagoas — 599/38, Albino Danna, Santa Catarina — 2.264/38, João Anselmo Sobrinho, Santa Catarina — 6.830/40, Mariano Giordini, São Paulo — 1.581/42, Narciso Salvadori & Filhos, São Paulo — 1.055/42, Irmãos Bin, S. Paulo — 935/42, João Cândido de Oliveira, S. Paulo — 3.729/40, Raimundo Soares de Figueiredo, Ceará — 3.839/40, José Garcia Filho, Ceará — 616/41, João Wilson Barroso, Ceará — 7.128/40, Vicente Ferreira de Miranda, Ceará — 242/42, Antonio Belém de Figueiredo, Ceará — 4.462/40, Antonio Martins da Paixão, Ceará — 6.165/40, Joaquim Martins Tosta, Minas Gerais — 1.632/38, Joaquim Andrade, Minas Gerais — 6.059/41, José Horacio Ferreira, Minas Gerais — 5.135/40, José Lopes de Oliveira, Minas Gerais — 5.758/40, Zemilon Guimarães — 5.280/40, Aurelio José Vieira — 3.090/41, Valentim Dias da Costa.

AÇUCAR, VITAMINAS E ALIMENTAÇÃO

As medidas de racionamento do açucar nos Estados Unidos provocaram uma verdadeira campanha de descredito contra êsse produto. Campanha que se alastrou de tal modo que causou alarme entre os produtores cubanos, principais abastecedores do mercado norte-americano. Também uma autoridade em assuntos açucareiros, como o dr. Willcox, sentiu necessidade de esclarecer a opinião do país em tôrno do assunto, escrevendo na revista "Sugar" oportuno artigo que reproduzimos em nosso número de dezembro. Para os nossos leitores resumimos ainda as notas da firma cubana Luis G. Mendoza em tôrno da campanha contra o açucar, nas quais se cogitava de um amplo esfôrço de publicidade, pela imprensa e pelo radio, destinado a defender o açucar. A revista especializada "Sugar", número de dezembro último, aqui chegado com atrazo, em vista das dificuldades de transporte, dedica o seu habitual comentario ao assunto, dando-lhe êste titulo — "A quinta coluna ataca o açucar". E' o editorial de "Sugar", estruturado em sólidos argumentos que a seguir traduzimos para os nossos leitores.

"O racionamento do açucar foi instituido como uma medida de guerra; e com ela se tinha em mente, visto como as dificuldades de transporte não permitiam um abastecimento normal, assegurar ao país uma quantidade de açucar bastante para atender às necessidades das fôrças armadas e à população civil uma justa distribuição. Nessa base, foi o racionamento aceito de boa vontade pelo povo norte-americano, que está sempre pronto a submeter-se a qualquer privação, desde que isso possa contribuir para a vitoria. E nada mais foi preciso acrescentar para que o público alegremente recebesse a regulamentação do consumo do açucar.

Houve, porém, quem se não satisfizesse — inclusivè algumas pessoas de responsabilidades públicas — com essa maneira simples de apresentar o problema. Parece a essas pessoas que se não deve confiar em que os americanos se disponham a fazer êsse pequeno mas necessario sacrificio como contribuição ao esfôrço de guerra; entendem que o povo deve ser induzido a acreditar, por intermedio de uma argumentação mistificadora, que o racionamento se fez em seu beneficio. Daí vermos o proprio ministro da Agricultura fazer afirmações como esta: "A escassez de açucar tem as suas compensações. Comendo menos açucar ganharemos em elegancia, evitando a gordura, e ainda melhoraremos a saúde". O Departamento de Economia Interna contribuiu com essa gema de sabedoria: "Os nutricionistas afirmam que não é necessario comer açucar. O organismo humano precisa da energia alimentar que o açucar fornece. Ora, essa energia pode ser obtida dos cereais, do pão, das batatas, das gorduras e de outros alimentos bem conhecidos".

Recentemente, uma comunicação feita à Associação Médica Americana foi divulgada na imprensa de forma a fazer crêr que o seu objetivo era por em dúvida o valor alimentar do açucar, quando, na verdade, não era essa a intenção do autor. O que se dizia na comunicação era que a redução de açucar "em produtos que não contêm outros alimentos em consideraveis quantidades, tais como bonbons e bebidas doces, certamente não pode ser nocivo à saúde do público". Pois bem, essa afirmativa, de alcance claramente limitado, foi acompanhada de uma explicação, segundo a qual a finalidade da comunicação era indicar aos fabricantes e distribuidores de bonbons que se pode consumir açucar em grande quantidade e que seria do interesse do público levar isso em consideração ao preparar os seus anuncios. Mas a impressão transmitida ao leitor desprevenido era, sem dúvida, a de que uma sociedade médica responsavel se manifestava de maneira favoravel a uma redução substancial no uso do açucar em certos produtos alimenticios.

O povo norte-americano — um povo impregnado da mística das vitaminas — leu em varios jornais, divulgada com destaque, a informação de que apenas traços das vitaminas existentes no caldo da cana sobrevi-

vem ao processo de refinação. E críticos menos escrupulosos não hesitaram em afirmar que o açucar em grande quantidade é prejudicial a saúde e por isso a redução do consumo, mesmo abaixo das rações permitidas, melhoraria as condições físicas de muitos.

Convém assinalar que muitos dos ataques dirigidos contra o açucar não passam de ousadas assertivas, desacompanhadas da mais insignificante prova científica. Alguns deles podem ser incluidos na classe das meias verdades, muito mais perigosas, já se disse, do que as mentiras completas.

Tome-se a questão das vitaminas, por exemplo. Tanta confusão se criou no espírito público em tôrno dêsse assunto que a afirmativa de que um produto é deficiente em vitaminas importa na sua condenação inapelavel como alimento. A importancia das vitaminas na nutrição está provada fora de qualquer dúvida. A necessidade da vitamina B-1 para o adequado metabolismo do açucar está perfeitamente estabelecida. Mas a verdade é que não se vive sòmente com vitaminas. Em si mesmas as vitaminas não alimentam. Se centenas de barrís de vitamina A, B, C e do resto do alfabeto dessem à praia da ilha deserta juntamente com Robinson Crusoè, êste teria morrido de fome, se não encontrasse alimento. As vitaminas poderiam ajudá-lo a utilizar integralmente os alimentos, mas não o conservariam vivo sòzinhas. As vitaminas estão presentes no alimento em quantidades muito pequenas. E' verdade que o caldo da cana é rico em vitaminas, em grande parte eliminadas durante o processo de refinação. Mas, se todas as vitaminas do caldo fossem conservadas no açucar refinado, o total não seria superior a uma onça por tonelada de açucar. Positivamente não é sensato desprezar uma tonelada de alimento porque lhe falta uma onça de vitamina. Seria o mesmo que jogar fora a criança juntamente com a agua do banho.

Dizer que açucar em demasia faz mal é um evidente truismo. O importante é fixar a quantidade a partir da qual o açucar começa a fazer mal. Sabe-se, por intermedio de pesquisas científicas, que metade das necessidades de hidrocarbonados de um adulto normal pode ser satisfeita pela ingestão de açucar granulado, na proporção de pouco mais de meia libra por dia. Essa quantidade é 80 por cento superior à que os americanos usam quando podem obter açucar livremente e está muito acima do consumo medio de qualquer país; e pode não representar um equilibrio ideal, mas indica que nos Estados Unidos não se abusa do açucar.

Já se disse uma porção de vezes que os povos mais enérgicos, ativos e progressistas são os maiores consumidores de açucar. E' o caso dos australianos, americanos do norte, dinamarqueses, canadenses, britânicos. O consumo medio anual "per capita" dêsses povos é de 100 libras, ou seja quasi o triplo do consumo medio de todo o mundo. Aos soldados, quando em manobras, aos atletas que competem em jogos a exigir dispendio de energia e aos trabalhadores submetidos a esfôrço físico pesado, é comum conceder-se uma ração adicional de açucar, em vista de ter êsse alimento um alto poder calórico e ser facilmente assimilavel para transformar-se em energia. Em nossa última edição, nestas mesmas páginas, chamamos atenção para o fato de que as tropas americanas, cujas necessidades alimentares devem merecer todo o cuidado, recebem uma ração diaria de açucar, que corresponde a cêrca de 2 e meia libras por semana. Mesmo com uma provisão liberal, sabe-se que nos acampamentos os alimentos e bebidas que contêm açucar são sempre bem recebidos.

Nos tempos de hoje, quando os homens trabalham intensamente, o açucar tem um alto valor. E se não se pode fornecer açucar nas quantidades que seriam de desejar, estamos diante de um fato sòmente digno de ser lamentado. E' de toda conveniencia que os agentes do govêrno expliquem os motivos reais dessa situação e indiquem a melhor maneira de adaptar a dieta para enfrentar a escassez do açucar. O que não é conveniente — reafirmamos — e sobretudo para aqueles que detêm cargos públicos, é procurar diminuir o valor do açucar como alimento ou tentar persuadir o público de que poderá perfeitamente passar sem açucar".

A SITUAÇÃO DO AÇUCAR NO MUNDO DEPOIS DA GUERRA

Ody H. Lamborn

Os srs. Lamborn & Co. Inc., divulgaram no começo dêste ano um magnífico trabalho do sr. Ody H. Lamborn sôbre a situação do açucar no mundo depois da guerra. Encontramos êsse trabalho no "Diario de la Marina", de Cuba, que o publicou sob a sugestiva epígrafe: "Quando chegar a paz, não haverá uma libra de açucar em nenhum dos paises ocupados pela Alemanha. Em tempos normais, a produção mundial é de .... 29.478.000 toneladas; as nações invadidas produzem 5.481.000. Há que estudar o problema açucareiro de modo absolutamente global". Interessante como é o estudo em questão para todos os paises produtores de açucar, resolvemos reproduzi-lo, por nossa vez, em nossas colunas, como se segue.

Sempre nos encantou o conto do homem medieval que anunciou sua intenção de escrever uma obra intitulada "De todo o conhecido e varias coisas". Chegou o momento em que julgamos conveniente tratar de coisas conhecidas e "varias coisas mais" com relação ao açucar.

Até o presente, não temos podido publicar o "Boletim Anual de Estatística Açucareira de Lamborn" sôbre a situação estatística açucareira mundial. Achando-se em trevas a metade do mundo, é obvio que temos de andar às tontas em busca de dados. Hoje em dia, as estatísticas açucareiras da Europa, Asia, Oceania e muitas outras regiões estão dominadas pelo segrêdo; mas, ainda assim, as cifras do passado, mais um fragmento aqui e ali e a aplicação das leis da probabilidade, nos dão indicios suficientes das coisas futuras. Por isso, vamos pintar o quadro a grandes traços e fornecer as interpretações indicadas.

Ao considerar o açucar de um ponto de vista global, é conveniente fixar uns quantos fatos básicos incontroversiveis, fatos que são aplicaveis a todos os paises e a todos os idiomas.

1 — O açucar é um alimento essencial.

2 — O açucar é um dos alimentos mais **concentrados.**

3 — O açucar é um alimento que proporciona **energia** e **fortaleza** à humanidade.

4 — O açucar é um dos alimentos culminantes em valor de **calorias.**

5 — O açucar é um dos alimentos mais **baratos.**

6 — O açucar é um dos poucos alimentos que podem ser transportados com maior economia de espaço. O açucar é um alimento absolutamente sêco. E atualmente é posto o maior empenho na importancia da deshidratação dos alimentos para facilitar seu transporte.

7 — O açucar refinado é um alimento tão próximo da **pureza** e **perfeição** absolutas como possa sê-lo qualquer outro. Polariza 99 — 9 — 10 % de pureza.

8 — O açucar, numa e outra forma, encabeça todos os alimentos em gôsto agradavel. E' **universalmente** procurado e consumido.

Todos esses fatores devem ser cuidadosamente ponderados em toda consideração que façamos dos períodos pre-paz e pós-guerra. A quantidade que terão de fornecer os paises produtores de açucar do mundo será tremenda, porque o açucar é o alimento perfeito para reconstituir a fortaleza e energia dos povos empobrecidos nas nações conquistadas

e para manter a vida e saúde daqueles cujo consumo normal de açucar tem sido reduzido por motivos de transporte e outros.

Nesse sentido é nossa crença firme que, quando se abrirem, uma por uma, as nações conquistadas e famintas, o governador Wehman, atual diretor da Rehabilitação e Socorro ao Estrangeiro, vai achar conveniente levar-lhes primeiro, e com rapidez, três alimentos básicos, a saber: açucar, cereais e gorduras. As necessidades dêsses víveres e sua absorção vão ser prementes. Qualquer exame da situação açucareira, do ponto de vista global, seria defeituoso se não se considerassem êsses fatos.

O HOMEM NA EUROPA

Com o fim de ilustrar a situação que existe em alguns paises europeus, os quais nos dão a chave do que provavelmente está sucedendo em outros, copiamos da revista "Vogue" o seguinte :

"Em Atenas um bom cardapio hoje em dia consiste na primeira refeição de ervas e uma rabanada de pão sêco; almoço de plantas de jardim, cozidas em algumas gotas de azeite, e jantar de sopa vegetal, engrossada com uma colherinha de farinha de trigo, e um figo ou duas azeitonas de sobremesa. A única carne disponível é a de cães, gatos e ratos: três libras de carne de burro, que sabe a sabão preto, custam dez pesos".

A revista "Newsweek" publicou recentemente o seguinte: "A terrivel falta de víveres na Finlandia contribuiu para a morte, pelo menos, de 17.000 prisioneiros russos, segundo deram a conhecer, na semana passada, fontes de informações suiças. A Legação Finlandesa em Berna admitiu que até 1.º de julho haviam falecido 12.000. (Um funcionario da Cruz Vermelha disse que outros cinco mil tinham falecido desde então). 70 % dessas mortes se atribuem a "desordens digestivas e epidêmicas" e o resto a ferimentos recebidos antes da captura. Dizem que o marechal Mannerhein apelou para o auxilio da Cruz Vermelha em Genebra".

EMPRESTIMOS — ARRENDAMENTOS E REHABILITAÇÃO

Na sua última informação trimestral sôbre operações de Empréstimos — Arrendamentos, disse o Presidente Roosevelt : "Temos que fazer cair sôbre o inimigo todas as fôrças das Nações Unidas diretamente". E acrescentou: "Temos que coordenar toda nossa capacidade produtiva e nossos recursos materiais, nossas munições bélicas e nosso poder combativo, e temos que fazê-lo de acôrdo com uma estratégia mundial única. Que estamos fazendo bons adiantamentos nessa direção, creio que está demonstrado pelos recentes acontecimentos e por esta informação sôbre o papel desempenhado pelos empréstimos e arrendamentos". E disse ainda que, "à medida que os golpes desfechados pelos Aliados aumentam de fôrça e ficam libertados novos territorios, inicia-se uma nova tarefa: a de fornecer medicamentos, víveres e roupas aos povos que foram saqueados, despojados e depauperados. As fôrças das Nações Unidas levarão alimentos aos famintos e remedios aos enfermos. Dar-se-á toda ajuda possivel para restabelecer a saúde e a robustez dos paises libertados".

Com a nomeação do secretario Wickard para Administrador de Alimentos, os periódicos vêm repletos de noticias sôbre a escassez de víveres neste país para atender de modo cabal às necessidades de nossa população civil. Essas noticias refletem as terriveis disputas sôbre nossos abastecimentos de víveres pelas fôrças armadas. Tal situação, é obvio, se tornará mais intensa em 1943 e 1944, à proporção que lograrmos novos êxitos militares com a libertação de outros povos. Não é preciso forçar a imaginação para compreender que cada vez será maior a procura de víveres, particularmente alimentos "vitais" como o açucar.

Pois que o açucar é ideal como alimento indispensavel para todas as classes de gente em todas as partes do mundo, o açucar será o preferido e os depósitos mundiais serão esgotados até o fim, para abastecer a procura que sobrevirá nos períodos de pre-paz e pósguerra.

RUSSIA

Podemos formar certa idéia da magnitude dêsse problema se consideramos que nossa aliada Russia tem uma população de....... 170.000.000 de almas, aproximadamente. A revista "Newsweek", de 21 de dezembro, traz um artigo sôbre a Russia do qual extraimos o seguinte :

"Temos agora à mão algumas informações fidedignas sôbre a situação interna da Russia. Contra a impressão geral, a Russia retém ainda as regiões produtoras de trigo, que podem dar 60 % da produção total antes da guerra, e fez grandes avanços, em outras classes de plantações nos Urais. Não obstante, o problema está na colheita. Esse trabalho terá de ser feito principalmente por mulheres, carecendo com frequencia de equipamentos agrícolas. Muitos dos tratores e outras máquinas de mão estão imobilizadas por falta de peças de reparo. Isso tem provocado uma grande escassez de víveres para a população civil. Na realidade, segundo a opinião dos observadores, a situação civil, em geral, é precaria".

A industria açucareira da Russia, situada em sua maior parte na Ucrania, acha-se naturalmente em mãos dos nossos inimigos, e grande parte da mesma provavelmente foi destruida, consoante a politica de arrazar tudo. Durante o período anterior à guerra, a Russia produzia entre 2.000.000 e 2.500.000 toneladas largas de açucar anualmente, o qual era consumido quasi todo internamente. Temos aqui, em verdade, um grande vasio a encher. Podemos formar alguma idéia do tamanho dêsse vasio, se pensarmos que nos obrigamos a enviar à Russia êste ano cêrca de 1.000.000 de toneladas, por conta de Empréstimos — Arrendamentos, e unicamente por falta de barcos não conseguimos cumprir êsse compromisso. Se a Russia esperava de nós durante a guerra essa quantidade de açucar, não é preciso forçar a imaginação para antecipar o que pedirá, quando as hostilidades tiverem cessado e melhorado a situação marítima.

A ALEMANHA E OS PAISES POR ELA OCUPADOS

A produção e consumo de açucar na Alemanha e nos paises por ela dominados atualmente, durante o último ano de paz (1938-1939), foi o seguinte (toneladas de 2.240 libras valor bruto) :

	Produção	Consumo
Alemanha (inclusivè Austria)	2.099.000	2.250.000
Albania	——	5.000
Bélgica	190.000	277.000
Bulgaria	20.000	30.000
Dantzig	13.000	9.000
Dinamarca	188.000	219.000
Estonia	——	28.000
Finlandia	15.000	116.000
França	——	86.000
Grecia	——	86.000
Holanda	209.000	350.000
Hungria	126.000	140.000
Italia	397.000	416.000
Letonia	35.000	46.000
Lituania	23.000	28.000
Noruega	——	101.000
Polonia	537.000	462.000
Rumania	153.000	129.000
Tchecoslovaquia, Boêmia e Moravia	522.000	325.000
Iugoslavia	85.000	96.000
	5.448.000	6.183.000

Informações que reputamos fidedignas nos dizem que, na Alemanha e paises por ela controlados, uma parte importante das regiões beterrabeiras tem sido dedicada ao plantio de trigo, milho e outros produtos alimenticios. Quando vier a paz, poderemos encontrar a existencia de açucar em todos êsses paises reduzida virtualmente a zero, e a industria do açucar de beterraba não poderá funcionar normalmente, por um período consideravel de tempo, devido a

a) falta de adubos ;
b) falta de cultura intensa normal ;
c) falta de braços ;
d) danificação das fábricas.

Na realidade, com relação ao item "d", não há maneira de saber até que grau os alemães estão desmantelando as fábricas de açucar nos seus materiais vitais, tais como instalações elétricas, materias primas estratégicas, etc., no decorrer da guerra. Demais, como nos achamos numa guerra de represalia, é de crer que muitas das fábricas de alimentos na Alemanha e paises por ela ocupados tenham sido ou serão destruidas pelos bombardeios aereos.

Num artigo publicado por Charles Lanius na edição de 26 de dezembro da revista "Saturday Evening Post", encontramos um indicio de que não há super-abundancia de açucar dentro da Alemanha. Diz o autor: "E' certo que êles (os alemães) têm escassez de açucar,

chá, ovos, creme, chocolate e de quasi tudo que não se produz na Alemanha. Mas, ainda em momentos em que as gorduras são necessarias para fins militares, os alemães estão obtendo manteiguilha".

De modo que, ante o que temos à nossa vista, podemos concluir razoavelmente que o restabelecimento da Europa, incluindo os paises que em tempos de paz eram grandes produtores de açucar, precisará do açucar do Hemisferio Ocidental.

FILIPINAS E JAVA

As Filipinas e Java, duas das grandes regiões açucareiras do mundo, produziram em 1938-39, aproximadamente, 2.400.000 toneladas de açucar. Não se sabe com absoluta certeza o que está ocorrendo atualmente nesses dois paises. Temos ouvido de fontes fidedignas que os japoneses estão desmantelando os engenhos de açucar nas Filipinas para aproveitar os metais, e particularmente ansiosos de arrecadar as instalações de fôrça motriz dos ditos engenhos para utilizá-las em fins bélicos. E' obvio que os japoneses não necessitam da capacidade produtora normal de açucar das fábricas das Filipinas e Java, já que obtêm a maior parte de seus abastecimentos açucareiros em Formosa, e não têm agora mercados internacionais para revender-lhes a produção de Filipinas e Java.

Demais, os japoneses precisam de todos os barcos à sua disposição para o transporte de homens e materiais de guerra às suas longinquas frentes de batalha. Se a guerra durar outro ano mais, pelo menos, não poderemos certamente encontrar grandes reservas de açucar nesses dois paises.

AUSTRALIA E ILHAS FIJI

As grandes safras dêsses dois paises (cêrca de 1.000.000 de toneladas), não estão sendo repetidas. Os recrutamentos militares e a falta de barcos estão restringindo parte de sua produção de açucar. Ainda que possam ter algum açucar para abastecer outras regiões, quando houver barcos disponiveis, isso será muito inferior ao normal.

INDIA

A India é um dos paises maiores produtores de açucar do mundo, mas consome em media, como é sabido, todo açucar que produz. Diz-se que a India não quer continuar tomando parte no Convenio Açucareiro Internacional. Pode ser que tenha em vista um comercio de exportação açucareira, quando os mares estiverem novamente livres. Não obstante, a quantidade que possa ter disponivel para outros mercados é questão a discutir.

AFRICA

Recentemente chegaram noticias de que, ao normalizar-se a Africa Ocidental, Tunis, Marrocos, etc., o Hemisferio Ocidental terá que abastecer essas regiões com umas 200.000 toneladas de açucar. Normalmente, essas regiões obtêm o açucar sobretudo da França, em forma de açucar refinado produzido com crús de beterraba dêsse país e açúcares de cana das colonias francesas. Por outro lado, a União Sul Africana, em tempos normais um país de relativa importancia como produtor de açucar, e que abastecia o Reino Unido com mais de 200.000 toneladas dêsse artigo, terá alguns açúcares disponiveis para embarque quando cessarem as hostilidades.

HEMISFERIO OCIDENTAL

Em 1941-42 a produção obtida nesse Hemisferio era de mais de 11.000.000 toneladas, e o seu consumo normal oscila entre 3.500.000 e 9.500.000 toneladas. Atualmente se estão efetuando negociações de Cuba e de Porto Rico com o govêrno dos Estados Unidos — e, sem dúvida, haverá negociações com outros produtores das Antilhas — com o fim de restringir a produção das próximas safras nessas regiões.

FERTILIZANTES

Deve ser observado cuidadosamente que em muitos paises produtores de açucar os fertilizantes são essenciais, afim de que se possam alcançar rendimentos satisfatorios. Os fertilizantes são em extremo escassos ou inobtiveis, atualmente, na maior parte da Europa e da Asia. No Hemisferio Ocidental a situação marítima tem impedido o transporte de fertilizantes para muitas ilhas produtoras de cana. Porto Rico tem nos campos uma safra que, segundo estimativas, chegará a 1.000.000 de toneladas; entretanto, por não poder efetuar-se novos embarques de fertilizantes para a safra de 1944, espera-se que os respectivos rendimentos sofram uma queda drástica no

próximo ano. O mesmo pode dizer-se de muitas outras regiões do Caribe. Por iso, não podemos utilizar as capacidades produtoras normais de 1939, como medida para avaliar a produção potencial de 1944.

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL EM TEMPOS DE PAZ

Como guia, seria conveniente recordar e revisar o ano açucareiro que terminou a 31 de agosto de 1939, um dia exatamente antes de romperem as hostilidades na Europa. Nesse ano o mundo produziu 29.478.00 toneladas largas de açucar, valor bruto, e consumiu 29.406.000 toneladas. A produção mundial ficou assim distribuida: o Hemisferio Ocidental produziu 10.326.000 toneladas; Europa e Asia, 16.924.000; Africa e Oceania, 2.228.000.

Cumpre observar nesse sentido que em tempos de paz há cerca de 500.000 toneladas de açucar em trânsito nos mares. Durante uma guerra como esta, a quantidade fica naturalmente reduzida. Nos primeiros dias do período pós-guerra, terá necessariamente que haver uma quantidade de açucar ainda maior em trânsito para atender à procura anormal.

Devemos assinalar, igualmente, que, em regra geral, as nações em tempo de guerra consomem mais do que se produz, criando assim a absorção dos excessos. Em outras palavras, podemos muito bem esperar que as existencias normais nas nações em guerra não serão mantidas, ao contrario serão grandemente reduzidas ou esgotadas de todo.

FATOR TEMPO

A duração da guerra tornar-se-á um fator importante quanto ao abastecimento deficiente ou super-abundante de açucar no período pós-guerra. Se a guerra terminar em dezembro de qualquer ano, em vésperas de começar a safra em muitos paises produtores de açucar de cana, deve-se admitir que as canas nos campos poderão ser cortadas em sua totalidade para cobrir a deficiencia da produção mundial. Por outro lado, se a guerra terminar em julho de qualquer ano, quando tiver começado a época das chuvas em muitas das regiões tropicais, então é obvio que haverá um retardamento de cinco ou seis meses na nova produção.

Demais, se a guerra terminar primeiro na Europa, como muito bem pode suceder, e os japoneses continuarem de posse de Java e das Filipinas por um tempo maior, teremos uma situação em que o açucar, durante um ano ou mais depois de concluida a luta, estará saindo do Hemisferio Ocidental para a Europa, inclusivè Russia, sem podermos obter fornecimentos de uma nova e recuperada produção das Filipinas e Java.

Esperamos que, em qualquer caso, a situação açucareira global será considerada e resolvida de tal forma que não seja necessario, para o públco americano e suas industrias, sofrer o racionamento do açucar por um minuto siquer e muito menos depois de cessadas as hostilidades na Europa. O racionamento do açucar após o fim da guerra, quando estamos abastecendo o mundo mediante Empréstimos e Arrendamentos, seria objeto, a nosso vêr, de forte oposição, da parte do público americano. Manejando agora judiciosamente o problema, poderemos eliminar a necessidade do racionamento açucareiro, uma vez terminada a guerra.

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
ASSUCAR
TODOS OS TIPOS
"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

CHILE

O Ministerio da Agricultura do Chile anunciou que pretende executar um plano no sentido de promover a cultura da cana de açucar no país.

O açucar é um dos produtos agrícolas que o Chile importa em grande escala, abastecendo-se normalmente no Perú.

Em 1939, o Chile importou 150.932 toneladas curtas de açucar granulado; em 1940, as importações do produto se elevaram a 153.732 toneladas e em 1941 a 151.982.

O Departamento de Genética do Ministerio da Agricultura vem realizando com êxito experiencias para introduzir a cultura da cana nas provincias de Coquimbo, Atacama, Antofogasta e Tarapaca.

HAITÍ

A produção açucareira do Haití no ano agrícola 1941-42 elevou-se a 38.265 toneladas curtas contra 34.725 toneladas em 1940-41. O consumo local foi de 7.744 toneladas, ligeiramente inferior ao do ano precedente, que se elevou a 7.784 toneladas.

A safra dêste ano refletirá, em larga escala, as disponibilidades de praça e de estocagem. Entre 44 e 51 mil toneladas poderão ser produzidas, mas o volume total da produção depende do movimento dos estoques. Atualmente o Haití dispõe de uma capacidade de estocagem de 28 mil toneladas.

PORTO RICO

Segundo declarações do sr. José A. Ferré, vice-presidente da Companhia Siderúrgica de Porto Rico, a vida econômica da ilha está gravemente perturbada pela falta de transportes. O programa econômico do governador Tugwell é tambem apontado pelo referido industrial como uma das causas das dificuldades presentes, lê-se em "Sugar", número de dezembro do ano passado.

Referindo-se à industria açucareira, o sr. Ferré disse o seguinte :

"Os produtores de açucar de Porto Rico estão enfrentando condições de incerteza que jamais se verificaram na historia moderna da industria. Embora tenha havido um ligeiro aumento nos embarques de açucar para o continente, parece provavel que cerca de 400 mil toneladas de açucar da safra passada não encontrarão escoamento. Espera-se que a próxima safra apresente uma redução de 33 por cento, o que se deve a varias causas, principalmente à impossibilidade de adquirir adubos. As perspectivas desanimadoras determinaram uma grande redução no plantio de canas de "gran cultura", não sendo de admirar que êsse fato, juntamente com a falta de adubos, reduza a produção da próxima safra a menos de metade da normal. Por enquanto nada se sabe ao certo quanto ao transporte do açucar a ser fabricado na futura safra. Diz-se que o govêrno comprará a safra nas mesmas condições em que comprou a de Cuba, mas resta a resolver o problema da estocagem.

Recentemente, a maior distilaria da ilha foi obrigada a fechar as portas pela impossibilidade de transportar sua produção. Se houvesse meios de transporte, as distilarias de Porto Rico poderiam fabricar grandes quantidades de alcool, agora tão necessario para fins de guerra. Mas sem transporte, é de se prever que a produção de melaços da próxima safra ficará perdida, uma vez que não é possivel estocá-la. Essas são apenas algumas das dificuldades da industria do açucar. Mais fundamentais são a elevação dos preços de custo e os encargos impostos à industria pela legislação do governador Tugwell. Essas medidas, combinadas com a elevação dos custos unitarios, resultante de uma pequena safra, ameaçam o trabalho das centrais, permanentemente anti-econômico. Uma das causas básicas das presentes dificuldades é o movimento tendente a dividir as grandes propriedades, o que significa menor eficiencia de trabalho e lucros menores para os agricultores e operarios. Outra ameaça, esta mais imediata e mais seria é a recente lei que declarou as centrais de utilidade pública e, portanto, sujeitas à comissão do serviço público.

No passado, os salarios dos trabalhadores eram fixados mediante acôrdo entre a união local da Federação Americana do Trabalho e as emprêsas açucareiras, acôrdo que dependia da aprovação do ministro da Agricultura. Todavia, foi criada, há pouco, uma comissão de trabalho da ilha, a qual ordenou um aumento

de um terço nos salarios, determinando ainda que a medida vigorasse desde o ano de 1941. Essa providencia foi tomada a despeito de um aumento de salarios de cerca de 40 por cento, nos últimos dois anos. Se a Justiça apoiar essa ordem, as emprêsas açucareiras terão de desembolsar milhões de dólares que jamais poderão recuperar. A tendencia sacialista da legislação insular e as medidas tomadas contra a industria açucareira estão provocando uma verdadeira fuga de capitais, procurando os homens de negocios transferir os seus interesses para o continente. Esse movimento acentuar-se, sem dúvida, se o programa socialista do governo continuar".

SUECIA

Segundo o relatorio da Companhia Açucareira Sueca, que controla a produção de açucar no país, as vendas de refinados durante o ano fiscal que se encerrou em 31 de julho de 1942 se elevaram a 271.115 toneladas curtas contra 277.805 toneladas em 1941, 359.350 em 1940 e 321.872 em 1939. O consumo diminuiu em consequencia do racionamento iniciado em abril de 1940. O consumo normal é de cerca de 300.000 toneladas.

A companhia está aproveitando os residuos da fabricação, entre outros a polpa de beterraba, que está sendo vendida aos fabricantes de substitutos de café e também aproveitada no preparo de forragem.

A Suecia importou grandes partidas de açucar da Dinamarca, do que resultou um aumento dos estoques de açucar bruto e refinado, tornando-se necessario à companhia realizar um empréstimo de 6 milhões de dólares.

SUIÇA

A safra de beterrabas açucareiras da Suiça em 1942 é estimada em 135.000 toneladas. Espera-se que o rendimento em açucar seja de 15 a 15 e meio por cento. O govêrno estabeleceu o preço de 6,50 francos por 100 quilos de beterrabas, com um teor sacarino de 15 por cento.

TRINIDAD

Uma nota publicada no "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", em 24 de dezembro do ano passado, informava que as perspectivas da safra açucareira de Trinidad êste ano eram desfavoraveis, em consequencia da falta de mão de obra. O plantio foi apenas de pouco mais de metade da area normalmente plantada. Nessas condições, a produção, que foi em 1942 de 115.055 toneladas curtas, deverá atingir êste ano a 107.000 toneladas, podendo, em 1944, ficar reduzida a 66.000.

A nota acrescentava que a capacidade de produção de açucar de Trinidad é de 187.000 a 198.000 toneladas, anualmente.

RECUPERAÇÃO DA POTASSA NOS MELAÇOS

Impedidas de exportar os seus melaços, as usinas das Indias Neerlandesas estão procurando aproveitar êsse sub-produto, queimando-o para recuperar potassa.

A queima dos melaços pode ser feita de duas maneiras: na fornalha, juntamente com o bagaço, ou em fornos especiais.

Nos dois casos, a potassa (que é muito higroscópica) pode ser convertida, por meio de dissolução em ácido sulfúrico, em sulfato de potassio. Põe-se a solução a evaporar e cristaliza-se o sulfato de potassio.

Os técnicos J. F. Bogtstra e P. J. Klokkers, que estudaram o assunto, sugerem que se faça, ao invés da solução em ácido sulfúrico, a pulverização da cinza, a qual deve ser misturada com agua, adicionando-se a esta sulfato de cal pulverizado. Esse tratamento elimina os sais de cal, sob a forma de silicato, carbonato e fosfato e produz uma solução quasi pura (98 por cento) de sulfato de potassio.

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeeck — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.e Fr. Agostinho Keijzers e José Honorio Rodrigues. Prefacio, notas e bibliografia de José Honorio Rodrigues.

À venda nas Livrarias ..... Cr$ 5.00

O EMPREGO DO ALCOOL NOS MOTORES DE EXPLOSÃO, CONSTRUIDOS PARA GASOLINA

Odir Dias da Costa

Com as atuais medidas de restrição ao uso da gasolina, impostas pela situação internacional e que tendem a agravar-se dia a dia, com grandes prejuizos para a economia nacional, principalmente no que se refere à industria dos transportes urbo-rodoviarios, que daquele produto de importação, em sua maior parte depende, o autor, como Diretor de uma Emprêsa de Transportes urbo-ferroviarios, que mantém sua atividade entre varias cidades situadas em extensas e afastadas zonas dos Estados de S. Paulo e Minas Gerais, viu-se obrigado, na carencia ou falta de gasolina, a voltar suas vistas para o uso do alcool, como combustivel sucedaneo nos motores dos carros de passageiros e caminhões da Emprêsa, alcool êsse existente em abundancia e de superior título e qualidade em varias usinas situadas nas zonas servidas pela mesma Emprêsa.

De um lado, não poderiamos pensar em adquirir **motores, especialmente construidos** para funcionarem a alcool. De outro, a falta de gasolina não os permitia usar nem a mistura de gasolina e alcool, na proporção de 85% de gasolina para 15% de alcool, dentro da qual os motores construidos para gasolina podem, sem inconvenientes de ordem técnica, funcionar sem modificação alguma.

Tinhamos que pensar na utilização do alcool anidro, puro, ou alcool motor, tais como os definem o Decreto n.º 23.664, de 29 de dezembro de 1933, do Govêrno Federal, nos motores existentes em serviços, construidos para gasolina, neles introduzindo as modificações técnicas mais essenciais, de modo a obter seu funcionamento técnico, econômico e eficientemente a alcool.

Tais modificações a serem introduzidas nos motores de gasolina, para permitir seu funcionamento a alcool, visam atender não só a composição química, as propriedades físicas e as características diversas dos dois combustiveis, bem como, também, ao seu comportamento, em presença dos órgãos vitais do motor, a saber :

a) Diferença de calor latente de vaporização dos dois combustiveis;
b) Diferença de poder calorífico dos dois combustiveis;
c) Dosagem de oxigenio e, portanto, de ar, e de combustivel, necessaria a uma perfeita carburação e, consequentemente, ótima combustão;
d) Taxa de compressão necessaria à obtenção do rendimento máximo;
e) Regulagem da ignição ao ponto ótimo;
f) Diferença de densidade dos dois combustiveis;
g) Diferença de composição química dos dois combustiveis, e sua ação sobre a conservação dos orgãos vitais dos motores.

O simples enunciado dêsses itens demonstra, claramente, **que é impossivel obter que um motor construido para funcionar a** gasolina possa trabalhar econômica, técnica **e eficientemente a alcool, sem modificação alguma**, e, muito menos ainda, com alcool de inferior qualidade ou destinado a outros fins industriais, que o exoneram de certos característicos imprescindiveis ao seu emprêgo, como carburante.

Com efeito, tendo em vista que o calor latente de vaporização de um líquido, a temperatura t°, é a quantidade de calor que é necessario fornecer à unidade de massa dêsse corpo, para levá-lo ao estado de vapor saturado a esta mesma temperatura, e se considerarmos que o calor latente de vaporização da gasolina é de cêrca de 95 e do alcol anidro de 20,6 que a volatilidade da gasolina a 11,5° C. é de 35 contra 16,7 do alcool, ou seja mais do dôbro que a do alcool, e que o abaixamento de temperatura da mistura é de 27° C. para o alcool, verifica-se, desde logo, a necessidade de uma primeira modificação no motor a gasolina, de modo a permitir sua **demarrage** e mesmo, posteriomente, melhor funcionamento a alcool. E' necessario pre-aquecer a mistura durante a vaporização, ou então pre-aquecer o ar ou o próprio combustivel, antes da mistura. Para facilitar a primeira **demarrage** a frio do motor a alcool, em temperaturas muito baixas e com ar de ele-

vada taxa hidrométrica, pode-se utilizar um pequeno reservatório de gasolina ou benzina, auxiliar.

Por outro lado, sendo o poder calorífico, inferior do alcool anidro, de cêrca de 5.300 calorias por litro, a 15° C., e o da gasolina de cerca de 7.200 por litro, o consumo de ar teórico necessario à combustão, respectivamente de 8 e 13 quilos, e as quantidades práticas recomendadas de 12 e 18 quilos de ar, respectivamente, por quilo de combustivel, é bem de ver que os motores construidos para gasolina, não podem trabalhar técnica, econômica e eficientemente a alcool, mesmo se quisessemos deixar de parte outras características diferenciais dos dois combustiveis, quer as provenientes de sua composição química, qualitativa e quantitativamente diferentes, quer quanto ao seu comportamento durante as principais fases da carburação e ciclo de funcionamento do motor, e mesmo quanto à sua simples presença e reação, dela decorrente nos proprios órgãos vitais do motor.

Assim, a **substituição científica e modificação de órgãos vitais dos carburadores a gasolina é absolutamente imprescindivel para seu perfeito funcionamento a alcool.**

Muito propositadamente dizemos que esta substituição de órgãos essenciais do carburador, ou sua modificação, têm de ser feitas de modo e por processos científicos, que a Física Industrial e a Física-Química nos ensinam a calcular com rigor, e a Mecânica Industrial a construir, partindo do poder calorífico do combustivel, da quantidade de ar necessaria à sua perfeita carburação e posterior combustão, enfim da relação, **pêso do combustivel para pêso do ar**, que chamaremos **riqueza da mistura.**

Para demonstrar, não a desnecessidade que é manifesta, mas a impossibilidade de procurar a mistura ótima pelo processo das tentativas ou aproximações sucessivas, basta considerar que se pode obter um número indefinido de mistura de ar e de combustivel fazendo variar os dois elementos até que as pudesse "acertar" na mistura adequada, que é, apenas, **uma certa e determinada.**

Com efeito, se se faz variar a relação **pêso do combustivel para pêso de ar**, isto é, a riqueza da mistura, constata-se que o rendimento e a potencia do motor variam, sendo que se a riqueza da mistura **é inferior ao limite de inflamabilidade, não haverá nem mesmo explosão e o rendimento do motor é nulo.**

Melhorando, gradativamente, a riqueza da mistura, atingir-se-á a **zona do funcionamento, até um ponto em que se obtém um máximo de rendimento e de potencia do motor.** A êsse ponto de funcionamento do motor, com o máximo de sua potencia, **corresponde uma riqueza de mistura com ligeiro excesso de carburante.** Se continuarmos a enriquecer a mistura, isto é, a **fornecermos ao motor mais combustivel do que é necessario, seu rendimento e potencia tornam novamente a cair.** Daí a necessidade de manter a riqueza da mistura **na zona ótima do funcionamento do motor,** ou antes, naquela em que êle trabalha **com rendimento máximo,** isto é, tirando o maior proveito possivel do poder calorífico do combustivel que usa. Isto só se obtém mediante a **determinação rigorosa e simultanea, pelo cálculo, dos elementos do carburador que permitem admitir, dosar e misturar os dois elementos necessários à formação da mistura,** o combustivel de um lado, e o ar de outro, e consequentemente a mistura final.

Por outro lado, tendo em vista que a taxa de compressão, atualmente usada nos motores de gasolina, é de cêrca de 7 quilos por centímetro quadrado, ao passo que para o alcool é de cerca de 9,5 quilos por centímetro quadrado, decorre a necessidade de modificação da câmara de explosão ou nos pistões, com o objetivo de aumentar a taxa de compressão dos motores a gasolina, de maneira a trabalharem com melhor rendimento a alcool, modificação essa que requer grandes cuidados de execução pelos reflexos que pode determinar na conservação do motor e que, nem todos, permitem fazê-la.

A diferença de densidade do alcool em relação à da gasolina, determina, por sua vez, a necessidade de pequenas modificações nos flutuantes existentes no motor, não só na boia do carburador, como mesmo nas dos aparelhos indicadores de nivel.

Finalmente, vem a parte importantíssima da diversidade de composição química dos dois combustiveis e suas propriedades, que agem de uma maneira assás diferente sôbre o motor, impondo modificações nos órgãos auxiliares dêste para o caso do tra-

balho a alcool, ou em mistura com o proprio combustivel.

E' sabido que o alcool anidro ou absoluto é de existencia industrial puramente instantanea, ou melhor teórica, visto, ávido de agua como é, logo ao cair da coluna de deshidratação, em que é preparado, adquire uma certa percentagem de vapor dagua, de forma que o alcool anidro, assim é entendido, comercialmente, o alcool de 99,8º Gay Lussac e não o de 100 G.L.

Mesmo com êsse título, a conservação indefinida do alcool é praticamente impossivel. Em contacto com o ar úmido, êle vai se hidratando, pouco a pouco.

Experiencias têm demonstrado que, no fim de 21 dias de depósito, o alcool anidro passa a 98º e mesmo 95º Gay Lussac. Se isto é verdadeiro, em reservatorios de acumulação mais ou menos fechados, com mais forte razão há de se temer tal hidratação nos reservatorios dos automoveis, onde, a par da agitação permanente do líquido no tanque, devida ao movimento e vibração dela decorrentes, há sempre o ar que entra pelo orificio de respiração da tampa, para permitir a ação da pressão atmosférica sôbre o combustivel, necessaria à sua aspiração pela bomba de alimentação. Este excesso de agua e mais ainda a que é irremediavelmente arrastada pelo estado hidrométrico do proprio ar preciso à carburação, o que é muito comum nos climas de algumas zonas do Brasil e, principalmente, quando conjugado com as más e empíricas adaptações feitas por curiosos ou "entendidos", são os grandes responsaveis, repetimos, pela má e injustificada fama de que goza o alcool no Brasil, como carburante, mesmo entre pessoas que se têm na conta de conhecedoras de assuntos dessa natureza.

O proprio alcool motor, definido pelo Decreto n.º 23.664, de 29 de dezembro de 1933, tem graduação que pode ir até o mínimo de 92º G.L., e embora não contenha mais de 3 miligramas de acidez, por litro, nem vestigios de aldeidos, pode conter até 8% de agua, cuja presença no carburante, até certos limites, é benéfica, é claro, apenas durante o período de funcionamento do motor, mas não no de seu repouso.

Não temos observado, no Brasil, mesmo no proprio Estado de S. Paulo, onde tivemos, recentemente, no último inverno, temperaturas de quasi 1.º abaixo de zero, aliada a forte nevoeiro, e, portanto, elevado teor higrométrico, do proprio ar de carburação, dificuldade alguma, mesmo na primeira **demarrage** matutina, dos motores a gasolina, por nós modificados, trabalhando com alcool puro a 99,8º Gay Lussac, de modo a **demarrage**, a frio, a alcool, exigir por si propria, uma instalação especial.

Mas é que conjugada com ela existem outros fatores que a impõem, de maneira imprescindivel, passando, assim, ela a atender a uma dupla finalidade — a de facilitar a **demarrage** a frio e de levar a conservar o motor, principalmente em seus órgãos vitais.

A exata composição da mistura detonante é, certamente, o principal fator de sucesso.

O alcool deve ser vaporizado totalmente, sendo seu vapor diluido no ar, de modo a formar um gás detonante, perfeitamente homogeneo. A mistura deve, enfim, encerrar uma quantidade de oxigenio suficiente **para assegurar uma combustão praticamente completa e perfeita.**

A quantidade necesaria **se calcula, facilmente**, mas não se improvisa ou obtém por palpite ou tentativa.

O alcool, cuja fórmula é C^2H^5 0 H, tem uma combustão que se pode processar de dois modos :

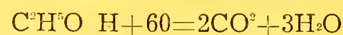
1.º Com o **oxigenio estritamente necessario** para uma primeira combustão:



$$C^2H^5O\,H + O = C^2H^4O + H^2O$$

Há, pois, como resultado, a formação de **aldeido,** a combustão é incompleta, uma vez que os produtos dela resultantes são ainda **oxidaveis,** dando o **aldeido,** posteriormente, **ácido acético e eter acético.**

2.º Com o oxigenio necessario **para acabar a combustão de todos os produtos:**



$$C^2H^5O\,H + 6O = 2CO^2 + 3H_2O$$

Neste caso, os gases **são inteiramente queimados,** não encerrando mais que anidrido carbônico e vapor dagua, como produtos da combustão.

E' o termo para o qual é preciso tender, recolhendo-se, então, todo o poder calorífico disponivel e **evitando-se, além disso, a formação perniciosa do ácido acético, que corroi os órgãos vitais do motor.**

A presença do vapor dagua na mistura, **goza de um papel util durante o período de funcionamento dos motores a alcool.**

Experiencias de M.M. Gobsch e Olkers demonstraram que com alcool a 86.° G.L., encerrando, pois, 14% de agua, o rendimento térmico do motor era melhor que com alcool a 93.° G.L., ao mesmo tempo que as "gripages", tornavam-se mais raras e a lubrificação se operava melhor.

Se a presença da agua na mistura carburante, no período de trabalho ou funcionamento do motor é elemento util, no período de repouso, principalmente nos longos períodos de descanso, durante à noite, por exemplo, em que recolhemos os carros à garage e paramos o motor por 10 a 12 horas, êste esfria-se completamente, trazendo, como consequencia imediata, a que os vapores residuais do alcool e os produtos provenientes de suas combustões incompletas, aldeidos, ácido acético, etc., e mesmo a propria agua residual da combustão completa, se condensem ao contacto frio das paredes dos encanamentos, bombas, carburador e muito principalmente sôbre a parte superior dos pistões dos cilindros, válvulas e sedes respectivas, aneis de seguimentos dos pistões, onde o simples oxigenio da propria agua vai combinar-se com as partes de ferro produzindo o óxido de ferro, que o vulgo denomina **ferrugem**, e que é o maior inimigo do ferro.

Ao ser posto em movimento o motor, no período seguinte de trabalho, que se segue a êste período prolongado de repouso, êle aquece, dilatam-se todos os seus órgãos e a ferrugem se desprende em forma de pequeninas lâminas, que nada mais são que o resultado da desagregação e degradação progressiva do metal dos órgãos vitais do motor.

Este processo, repetindo-se durante um certo tempo, levará o motor, a principio, a perder a potencia, a puxar menos, devido à perda de compressão, decorrente do escapamento dos gases pelas válvulas e aneis de compressão dos cilindros, indo até a sua ruina completa, dentro de alguns dias mais.

Com o fim de evitar êste gravíssimo inconveniente, talvez o maior de todos para o trabalho dos motores construidos para gasolina, com o alcool, e, ao mesmo tempo, facilitar a primeira **demarrage** a frio dos motores se necessario, contém, também, o nosso processo de adaptação de motores e gasolina, para funcionarem a alcool, uma instalação adequada.

Durante o dia, ou em frequentes marchas, o motor está sempre quente, de forma que são impossiveis as condensações de agua e depósito de substancias nocivas, que o estragam. Se, porém, principalmente em dias frios ou em longos períodos de estacionamento ou parada e, notadamente, antes de recolher o carro, à noite, em definitivo, para a garage, onde deva permanecer até o dia seguinte, dois minutos antes de parar o motor, que esteve, até êste momento, trabalhando com alcool, fazendo, por meio da instalação apropriada, trabalhar 2 minutos a gasolina, **teremos efetuado, no motor, uma verdadeira lavagem térmica, mecânica e química em todos os seus órgãos vitais, anteriormente em contacto com o alcool** e com os produtos residuais nocivos, quer os decorrentes de sua combustão imperfeita, como os aldeidos e ácido acético, quer os provenientes da propria combustão perfeita, a agua, nociva no período de repouso do motor.

Assim, ésse dispositivo eliminará, pois, do motor, a maioria dos grandes inconvenientes que têm sido apontados ao uso do alcool puro, entre nós, como carburante sem a necessidade de misturar o alcool com mamona, com carbureto, com cal, e outras receitas empíricas, sem resultado prático, numa questão em que só a técnica e, assim mesmo, só a técnica especializada pode resolver e não os "entendidos" e "curiosos", de toda a espécie.

As principais modificações a ser introduzidas nos motores construidos para gasolina, afim de funcionarem a alcool, constam de um pedido de patente, feito pelo autor ao Departamento da Propriedade Industrial do Ministerio do Trabalho, no Rio de Janeiro, em vésperas de decisão.

Vários carros de passageiros e caminhões da Emprêsa, de que é Diretor o autor da presente, atestam a eficiência da instalação em apreço, por trabalho que se estende já há varios meses e por uma quilometragem que se exprime já por dezenas de milhares de quilômetros, percorridos a alcool puro.

Nenhuma perda de potencia, velocidade, capacidade de carga, **demarrage** e aceleração foi observada nos veículos, que antes trabalhavam a gasolina, após passarem a trabalhar com alcool puro a 99,6° e 99,8° G.L.

Nosso carro de passageiros, Ford Sedan Luxe, 85 H.P. — V-8 — Cilindros, modêlo 1941, que levarei de Campinas ao Rio queimando alcool puro, a 99,8° G.L., como demonstração a êsse Congresso, se obtiver, para isso, a necessaria licença, fez, até o dia em que foi proibida a circulação de carros de passageiros, mais de 6.000 quilômetros, trabalhando a alcool, quer em cidade, quer nas rodovias, fazendo marchas desde a mais lenta, de 10 quilômetros por hora, na cidade, em 3.ª velocidade, até a marcha de 80 quilômetros, na rodovia, com 110 quilômetros de máxima. Seu consumo, que antes era de um litro de gasolina para cada seis quilômetros, na rodovia, passou a ser de um litro de alcool para cada cinco quilômetros de percurso. Na cidade, êsses números eram, respectivamente, de cinco quilômetros, por litro de gasolina para quatro quilômetros de percurso, por litro de alcool. Este excesso de consumo, de 20% a mais de alcool sôbre a gasolina, corresponde, exatamente, à diferença de 20% a menos no poder calorífico dêste combustivel para o da gasolina, o que vem confirmar o cunho científico que presidiu ao cálculo e projeto e, posteriormente, à execução da instalação.

Aberto, depois de 6.000 quilômetros de percurso a alcool, o cabeçote dos cilindros do motor dêsse carro, pôde-se constatar o **perfeito estado de conservação dos principais órgãos do motor, mais sujeitos ao desgaste, êmbolos, válvulas** e respectivas sedes, anéis de seguimento, etc.

Outro veículo da Emprêsa, um caminhão Bull Dog, de 95 HP., Ford V-8, com motor de 8 cilindros e capacidade de carga util de 6 toneladas, tem já cêrca de 4.000 quilômetros de percurso a alcoo-motor, em perfeitas condições de trabalho, conservação, eficiencia e economia.

Antes, com sua capacidade plena de 6.000 quilos, representada por 100 sacos de café, com 60 quilos cada, com marcha de 20 a 30 quilômetros por hora, fazia 2,4 quilômetros de percurso urbano com um litro de gasolina, realizando, com a mesma carga, nas mesmas condições de trabalho e velocidade, 2 quilômetros de percurso, com um litro de alcool.

Dos 22 veículos da Emprêsa, 12 trabalham exclusivamente a alcool e 10 exclusivamente a gasolina, realizando assim a Companhia a restrição do consumo de combustivel, metade com combustivel estrangeiro e metade com combustivel nacional.

Dos 22 veículos citados, 2 deles podem trabalhar, simultaneamente, a alcool e gasogenio, por uma simples manobra de pedal. A instalação conjunta apresenta a vantagem de ser extraordinariamente econômica. Enquanto uma instalação de gasogenio, a mais simples, representa preços que variam de 25% a 33% dos valores dos veículos a que são adaptados, a instalação completa a alcool, do autor, varia de 2% a 3% do valor do veículo, é extremamente simples, de rápido fabrico, facil colocação e retirada em quinze minutos, quando se desejar fazer voltar o veículo a funcionar a gasolina.

Dada a grande potencia dos motores atuais, a gasolina, sua já elevada taxa de compressão para trabalhar com gasolina de elevado número de octanas e das nossas condições de país de clima geralmente quente, as nossas experiencias têm demonstrado serem perfeitamente dispensaveis o pre-aquecimento do ar de carburação e o aumento da taxa de compressão dos motores, obtida pela diminuição da respectiva câmara de explosão, as quais encareceriam provavelmente do dôbro o preço da instalação, a troco de uma melhoria pequena de rendimento!

Ela pode ser adaptada a qualquer tipo de motor, de caminhão, carro de passeio, motores fixos, terrestres, marítimos e aéreos, que sejam acionados atualmente por gasolina, e em motores a óleo Diesel ou semelhante, com perda de potencia correspondente e diminuição da taxa de compressão.

E' toda interna, de facil manejo, não prejudicando a estética dos motores ou veículos, que ficam, assim, com todo o seu espaço util disponivel para o transporte dos passageiros, suas malas e cargas.

O nosso carro Ford V-8, de 85-HP — 8 cilindros, tipo 1941, que dela está provido, mostra o seu conjunto com o qual já executou o percurso de mais de 6.000 quilômetros a alcool.

Assim, pois, considerando que :

1) — O problema dos transportes urbanos e rodoviários, num país de vasta extensão e fraca densidade ferroviaria, como o Brasil, é ainda essencial;

2) — Esse tratamento vivia, até há bem

poucos meses, de montores térmicos acionados a gasolina e oleo Diesel.

3) — O Brasil importava todo o combustivel líquido necessario à execução dêsse transporte, sendo que só de gasolina consumiu, no ano de 1941, cêrca de quinhentos milhões de litros, para alimentar duzentos mil veículos, que possuimos movidos por êsse combustivel;

4) — A industria do petroleo, no Brasil, se bem que esperançosa, é ainda incipiente e de resultados provavelmente demorados, dada a natureza e dificuldades inerentes à propria industria, de modo que não podemos pensar na solução do petroleo brasileiro, senão como para resolver nossas necessidades futuras, mas não as prementes e urgentes do momento;

5) — Não podemos pensar, atualmente, na importação de tão elevada escala de combustivel estrangeiro, como vinhamos fazendo antes, não só pelas impossibilidades de seu suprimento, pelos nossos antigos fornecedores, que dele precisam para as necessidades do transporte e das industrias do proprio país e de seus aliados, como, também, pelas dificuldades de transporte maritimo;

6) — Que, por outro lado, se em circunstancias normais, como salientamos no item 1.º, o problema dos transportes no Brasil é fundamental, nas circunstancias atuais, em que estamos envolvidos no conflito mundial, êle se reveste de transcendental importância, dado o fato de termos de aumentar nossa produção e, portanto, incrementar os transportes de materias primas e produtos industriais, principais objetivos de nossa colaboração nesta guerra, para com os nossos aliados;

7) — Que as nações pobres de combustiveis minerais líquidos, nos fornecem o exemplo de seu esfôrço, produzindo e consumindo, nos seus transportes, combustiveis líquidos de origem agrícola, para não falar nos sintéticos, de origem mineral, como o petroleo sintético, para o qual não podemos, no momento, orientar nossas vistas, dada a impossibilidade de importar suas vultosas e caras instalações;

8) — Que a solução do gasogenio, embora acertada e necessaria, deve ser adotada com restrições, devido às circunstancias de exigirem materia prima pouco abundante no momento, como chapas adequadas e serem de custo relativamente ainda bem caro, em relação aos dos veículos a que se destinam, reduzirem a potencia e a capacidade de carga, a velocidade e a autonomia e raio de ação dos veículos, de cêrca de 30%, elementos êsses fundamentais no rendimento do transporte, elevação das despesas de conservação dos motores respectivos, de cerca de 40%, sem falar na consequencia indireta que foi a triplicação do preço do carvão e da lenha, com prejuizo manifesto da economia do pobre, obrigado a viver nos grandes centros urbanos do país, chegamos às seguintes

CONCLUSÕES

1) — A solução imediata, principal e mais facil do problema do combustivel do Brasil, no momento, é a do emprêgo do alcool-motor, de todas as proveniencias, cujo fabrico deve ser incentivado, amparado e desenvolvido de todas as formas pelos poderes competentes.

2) — Existem motores construidos especialmente para o funcionamento a alcool, como os existem para gasolina, Diesel e semelhantes.

3) — Nas circunstancias atuais, é praticamente impossivel a importação dêsses motores proprios ao funcionamento a alcool.

4) — Os motores construidos para funcionar a gasolina e Diesel, podem ser transformados e adapta-

SUBSTITUINDO A GASOLINA POR OUTROS COMBUSTIVEIS

Eduardo G. de San Roman

Considerando as dificuldades com que se tropeça para se obter a quantidade necessaria de gasolina para o funcionamento dos motores a explosão em caminhões, tratores e ainda automoveis, o autor que vinha desenvolvendo uma serie de artigos sôbre "Imantação prática", na revista MOTOR, de Buenos Aires, interrompe a mesma, para nos brindar com o trabalho abaixo, tambem publicado naquele prestigioso órgão de divulgação técnica da imprensa portenha.

Trata-se de substituir a gasolia por outro combustivel mais pesado, que pode ser o querosente, gás-oil, agricol, tracto, etc. Desde logo deve saber o leitor que não é possivel alimentar com êstes combustiveis o carburador em forma direta, tal como se fez com a gasolina, pois que não se queimam com facilidade nos cilindros e determinam por isto um consideravel acúmulo de carvão na Câmara, elevamento da temperatura e filtração do combustivel líquido entre as paredes do cilindro e o pistão até o "carter", onde se dilue com o oleo, prejudicando suas características lubrificantes.

INSTALAÇÃO DO GASEIFICADOR

O primeiro dos modêlos que vou detalhar é o da fig. 1 e corresponde a um sistema de carburação por corrente ascendente. E' constituido por um tubo de cobre de 1/4 a 5/16 de polegada de diâmetro, o qual uma vez recozido para o abrandamento, se enrola sôbre o múltiplo de escapamento, dando quatro voltas completas e recobrindo logo esta serpentina, na sua parte exterior com uma capa de amianto, para evitar o resfriamento, quer dizer, a perda de temperatura por irradiação, efetuando a cobertura desde o começo até a entrada do carburador (ver detalhe 3 da figura 1). A entrada ou parte superior dêste tubo se conjuga à chave de duplo passo, 3, a qual está suportada por uma esquadria metálica fixa a um dos bujões que firmam a tampa dos cilindros.

Como o arranque do motor, até alcançar a temperatura de regime se efetua com gasolina, necessitaremos de um pequeno recipiente para êste combustivel e para êste efeito poderemos utilizar um tanque de vácuo em desuso, ao qual retiraremos seus mecanismos internos afim de que nos fique um

---

dos, cientificamente, para trabalhar técnica, econômica e eficientemente a alcool anidro, alcool-motor, puros ou em combinação com outros carburantes.

5) — Portanto, **não se deve permitir que motores a gasolina trabalhem sem adaptação técnica, convenientemente para alcool**, uma vez que trabalhando com mau rendimento, **consomem e desperdiçam quantidades preciosas de combustivel, em pura perda**, desperdicio que pode ir até 50% mais que a quantidade técnica exigida pelo motor. Além disso, a falta de adaptação **inutiliza os motores em pouco tempo**, mais do que nunca necessarios ao país e de dificil substituição atual.

6) — Para que sejam evitados os inconvenientes apontados na conclusão 5.ª e aproveitadas as vantagens da conclusão 4.ª em beneficio da economia do país, sugere aos poderes públicos, à semelhança do que foi feito com o gasogenio, proibirem o trabalho de motores a alcool e o tráfego de veículos respectivos, sem que o mesmo prove estar munido da instalação de adaptação previamente examinada e aprovada pelos poderes competentes.

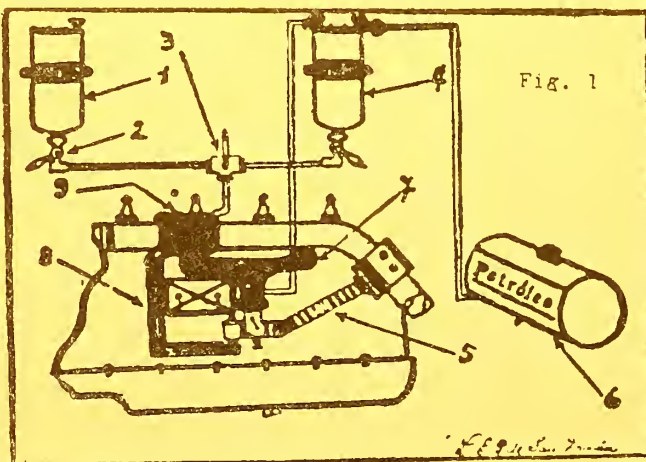
7) — Com êsse fim sugere sejam criadas a Comissão Federal do Alcool-motor e as Estaduais correspondentes.

recipiente, com a sua tampa, capaz de armazenar 1 1/2 litro de gasolina. Este tanque irá colocado em baixo do capote, a uns 10 ou 15 centímetros mais acima da chave (3), afim de que a gasolina chegue a esta por gravidade. Também lhe colocaremos no fundo um conduto-mestre (2) unindo-o logo, por meio de um tubo de cobre, à chave de dupla passagem.

O tanque do vacuo que traz da fábrica o motor (4) irá ao tanque grande onde se armazena o combustivel pesado em lugar da gasolina e sua saida, como se pode apreciar na figura 1, irá ao outro ramo da chave de duplo passo (3).

O múltiplo de admissão (7) deverá recobrir-se também com amianto, sendo êste um detalhe de grande importancia no sistema de gaseificador de que estamos tratando. Finalmente, em épocas frias ou temperadas, aqueceremos o ar que entra no carburador mediante uma tomada de ar quente, que aproveita a temperatura do escapamento (detalhe 5).

E com isto estará terminada a instalação do gaseificador para motores carburados por corrente ascendente, sue são os mais antigos.



Instalação para combustivel pesado em um motor com carburação ascendente. 1) Depósito auxiliar para gasolina. 2) Chave de passagem. 3) Chave de dupla passagem. 4) Tanque ao váculo que alimenta o querosene ou gás oil. 5) Tomada de ar quente. 6) Depósito do combustivel do veículo. 7) Multiple de admissão revestido com amianto. 8) Tubo de cobre, revestido. 9) Serpentina de cobre enrolada no múltiple de escapamento.

SISTEMA DESCENDENTE

O modêlo esquematizado na fig. 2 corresponde à aplicação de um gaseificador ao motor provido de carburação por corrente descendente.

Neste caso tambêm envolvemos 4 voltas de cano de cobre recozido sôbre o múltiplo de escapamento (detalhe 8) devendo ser êste cano da mesma espessura que utiliza o motor para levar a gasolina desde a bomba até o carburador e cobrindo-se com amianto na forma e extensão indicados no detalhe 7.

O tanque de gasolina auxiliar que construiremos da mesma forma que no caso anterior, colocaremos também à mesma altura indicada pela fig. 1.

Substituiremos o filtro ou purificador de ar por uma tomada de ar quente (5).

Neste caso, não será necessario cobrir com amianto o múltiplo de admissão, mas convém colocar uma chapa metálica que desvie a corrente de ar enviada pelo ventilador, no caso do esfriamento ser muito grande e como prevenção durante as estações frias.

O esquema da fig. 2 é muito claro no que se refere à condição dos canos, chaves de passagem e demais elementos dêsse gaseificador.

CENTELHA ELÉTRICA MAIS FORTE

Para queimar combustiveis pesados a que nos referimos, no sistema de ignição que costumam possuir os motores resulta um tanto fraco, circunstancia que dificulta o bom funcionamento. Por isto é necessario aumentar a tensão juntando um elemento de dois volts à bateria, elevando a voltagem desta de 10 a 8 e 12 a 14, segundo os casos (ver fig. 3), aumentando assim a potencia em alta tensão, com a qual a centelha resultará mais eficiente para acender a carga na câmara de combustão, reduzindo-se também os residuos.

Esse agregado não prejudica de maneira alguma as lâmpadas, motor de arranque nem a bobina, mas aconselhamos trocar o condensador do distribuidor por outro, de maior capacidade. Conservar-se-ão os metais que traz o distribuidor da fábrica por serem os que melhor se adaptam às necessidades do motor. O dínamo carregará sua correspondente amperagem sem diferença alguma.

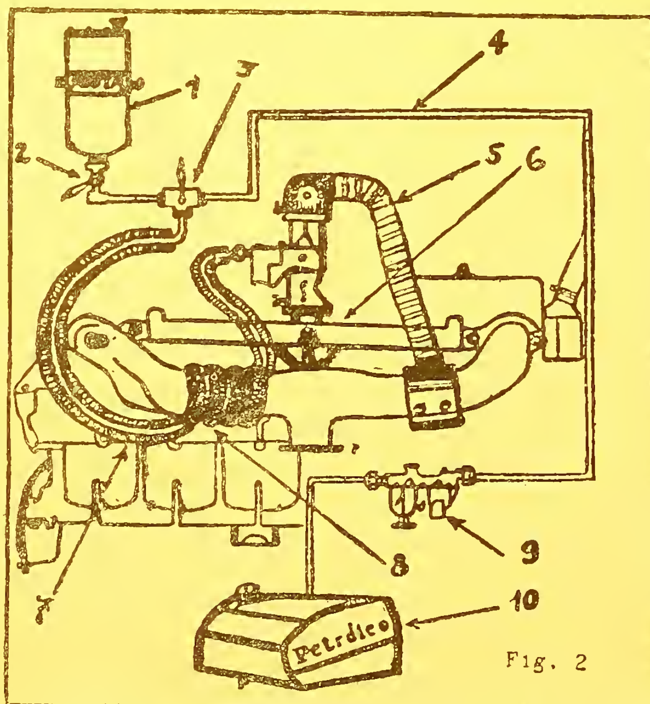
Naturalmente êsse aumento de voltagem

na bateria fará com que o motor de arranque gire com maior energia, toda vez que os farois proporcinarem uma luz mais intensa. Em troca, o condensador evitará o desgaste dos metais do interruptor.

O ACENDEDOR

A corrente de alta tensão induzida no secundario da bobina tropeçaria sem dúvida com dificuldades para fazer acender a centelha do acendedor entre os eletrodos da vela, que se recobrirão de petróleo e para facilitar esta ação não necessitaremos recorrer a acendedor. Para isto (fig. 4), antes de ter a entrada no eletrodo central da vela, o circuito deverá interromper-se em um espaço de 2.000 metros, pelo menos, formando-se uma centelha reacionaria que provocará a ignição do petroleo nos cilindros.

Estes acendedores se constroem facilmente fazendo sobressair em cabo de alta tensão, do terminal uns 5 mm, sujeitando o isolamento da borracha ao terminal fixo à vela, de modo que o circuito fique aberto e que a faisca salte entre o cabo e a cabeça da vela, como se vê em (A) da fig. 4. O espaço que não será inferior a 2 mm, regular-se-á até que se produza melhor rendimento.



Instalação do gaseificador em um motor de tiro descendente. 1) Tanque auxiliar para o arranque com gasolina. 2) Chave de passagem. 3) Chave de dupla passagem. 4) Tubo condutor de combustivel pesado. 5) Tomada de ar quente. 6) Multiple de admissão (sem revestimento). 7) Tubo de cobre revestido com amianto. 8) Serpentina de cobre enrolada sôbre o múltiple de escapamento e revestida. 9) Bomba de combustivel. 10) Depósito principal.

FUNCIONAMENTO DO GASEIFICADOR

Realizado todo o processo da transformação do motor, na forma indicada, poder-se-á pôr em movimento o motor, depois de certificar-se que se completaram todas as estipulações precedentes, para o que:

1 — Enche-se o tanque grande com o combustivel a queimar, juntando-se uns 15% de gasolina (quando se trata de um caminhão de 2 a 4 toneladas de fábrica). Esta dose pode-se reduzir até 10%, tendo em conta o índice de compressão. Naturalmente o motor perderá uma percentagem de sua fôrça motriz que oscilará entre 10 a 15%. Nos automoveis de passeio a dosagem da gasolina reduz-se a 10% e a perda da potencia a uns 8%.

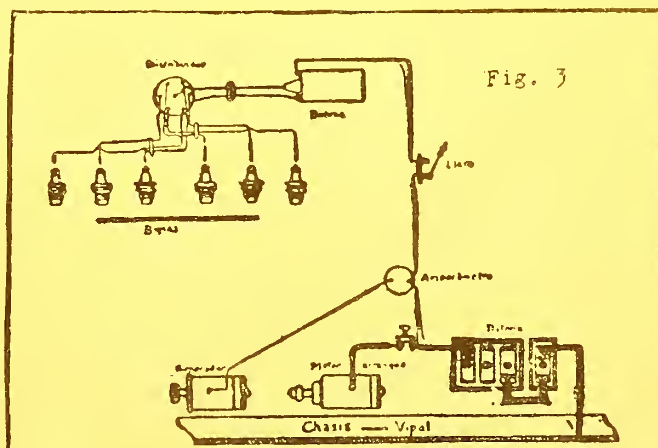
2 — Enche-se o tanque auxiliar com gasolina.

3 — Acionam-se as chaves, tanto a de dupla passagem, como a dos tanques, de forma que chegue gasolina ao carburador.

4 — Põe-se em marcha o motor e mantem-se alimentado com gasolina até que a serpentina de cobre se aqueça. Uma vez conseguido isto se acionam as chaves de passagem de combustivel, de modo que em lugar de gasolina chegue ao carburador o combustivel, em cujas condições o motor se achará pronto para iniciar a viagem. Deve lembrar-se que um motor frio não desenvolve sua fôrça efetiva e em consequencia antes de iniciar a marcha, o indicador de temperatura deve marcar 175 graus Farenheith (80 graus centígrados).

Este tratamento se aplica indistintamente a ambos sistemas de gaseificadores (figs. 1 e 2).

Quando o motor deve funcionar permanentemente com gasolina, a serpentina quente não dificultará a operação, mas será necessario trocar a tomada de ar quente por outra normal colocando o filtro da fábrica. Ao terminar o trabalho diario fecha-se a chave de passagem que conduz o combustivel do tanque principal, mantendo o motor em marcha até que tenha esgotado o combustivel que ficou no carburador, de modo que seja possivel iniciar a marcha com gasolina no dia seguinte, quando o motor se encontra frio.



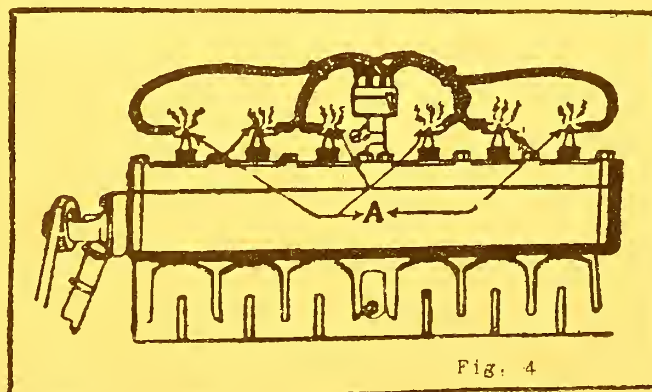
Esquema da alteração a introduzir no sistema elétrico do carro.

ATENÇÃO NECESSARIA AO MOTOR

Para que o motor funcione corretamente nas condições consignadas, será necessario cumprir as indicações que se estabelecem a seguir:

1 — Use-se a melhor qualidade de oleo lubrificante da classe requerida para cada estação do ano, fazendo-se a troca cada 1.500 km de percurso quando se use gasolina, e cada 800 km quando se empregue querosene.

2 — Mantenha-se bem regulada a distribuição da alumage.



Colocação dos saltadores das chispas

3 — Conservem-se limpos os eletrodos das velas, regulando a sua luz a 35 milésimos de polegada.

4 — Graduem-se os fios do interruptor a uma luz de 18 milésimos de polegada, observando com frequencia as superficies de contacto, as quais devem assentar-se entre si em uns 80% e achar-se em bom estado. Além disto, a tensão da mola deve manter-se em 430 gramos no mínimo.

5 — Mantenha-se em dois milímetros a separação nos acendedores.

6 — O carburador se conservará limpo e regulado às características do combustivel.

7 — O motor naturalmente, achar-se-á em boas condições de ajuste geral.

8 — Limpe-se frequentemente o tubo de respiração do carter, sob condições normais de funcionamento se produz vapor dagua e se acumula pó no carter, devendo estas impurezas serem expelidas para a atmosfera.

9 — Controle-se o nivel do eletrolito em cada elemento da bateria, com maior frequencia no verão lembrando que a carga completa é a que assegura a eficiencia do cendedor. Cuide-se pela mesma razão, os bordos e condutores da bateria, assim como tampas e seus respiradores.

10 — Não esperar que o motor trepide para passar em troca à velocidade inferior.

Os melhores resultados se obterão unicamente proporcionando ao motor os maiores cuidados. Neste assunto deve recordar-se a importancia do circuito de resfriamento, o o qual se limpará com desincrustante antes

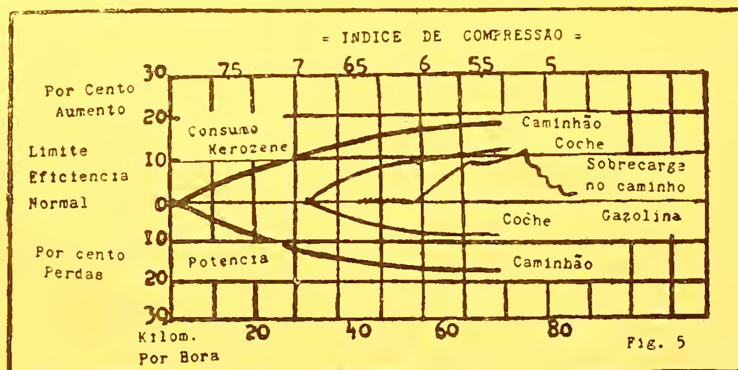
de começar a utilizar combustivel pesado em lugar da gasolina.

EMPREGO DO ALCOOL

O alcool oferece muitas vantagens como combustivel. Diferencia-se da gasolina pela sua menor volatilidade, quer dizer, necessita uma temperatura mais alta para se evaporar e por esta circunstancia é necessario utilizá-lo com o sistema de serpentinas indicado nas figs. 1 e 2, oferecendo as mesmas dificuldades que o querosene para a saida, circunstancia que faz necessario o emprêgo da gasolina para fazer arrancar o motor antes de alimentá-lo com alcool.

Em troca, o alcool admite uma maior relação de compressão, de modo que, consumindo-se nas condições, ordinarias da gasolina, o seu rendimento é menor.

Os motores que melhor se adaptam para o uso exclusivo de de alcool são os de compressão elevada e de velocidade media, podendo contar-se entre eles os motores fixos industriais, os de tratores e colhedores, etc.



Curvas comparativas. Eficiencia normal "O" consumindo gasolina. Motoresde caminhões e deccaros com distintos índices de compressão.

AUMENTO DE COMPRESSÃO

O caminho mais direto para reformar um motor de automovel ou caminhão, para usar alcool, sem maiores gastos, consiste em apertar a tampa dos cilindros até obter-se o índice de compressão desejado. Quando se quer reduzir a compressão, levando-a ao seu valor de fábrica, bastará empregar duas juntas a cultura e o motor.

Conhecendo o índice de compressão de um motor pode-se calcular a pressão final, no instante imediatamente anterior à explosão, por meio desta fórmula :

$$Pf \; Pa \left(\frac{V}{VI}\right)^{1,3}$$

donde Pf é a compressão final, Pa a pressão atmosférica, V/VI a relação de compressão.

MISTURAS COMBUSTIVEIS

Em continuação indicam-se fórmulas ou proporções de misturas combustiveis, entre as quais figuram algumas em que toma parte o alcool.

Primeira Fórmula

Gasolina — 80 partes; Alcool — 60 partes; Cânfora sólida — 2 pastilhas.

Segunda Fórmula

Alcool — 80 partes; Benzol — 17 partes; Querosene — 10 partes.

Terceira fórmula

Alcool — 8 partes; Gasolina — 15 partes; Querosene — 12 partes.

Quarta Fórmula

Querosene — 100 partes; Gasolina — 15 partes.

Quinta Fórmula

Agricol — 100 partes; Alcool — 30 partes; Gasolina — 20 partes.

Sexta Fórmula

Gás-oil — 100 partes; Gasolina — 23 partes.

Sétima Fórmula

Gás-oil — 100 partes; Alcool — 35 partes; Gasolina — 20 partes.

Oitava Fórmula

Fuel-oil — 50 partes; Gasolina — 28 partes.

O alcool a empregar será o chamado "absoluto", quer dizer, com a graduação de 99 1/2 por cento. Pode empregar-se, no entanto, o de 95 por cento, porém a agua que contém dificultará a sua mistura com os demais hidro-carburetos.

A cânfora a que me refiro, não é a natural e as pastilhas pesam 6 gramas cada uma, encontrando-se na praça em caixinhas de 453 gramas. Emprega-se para evitar a formação de carvão no motor que se torna muito

PLANO GERAL PARA PRODUÇÃO DE ALCOOL NO BRASIL

G. O. Banas-Conin

O número de setembro de "El Mundo Azucarero" trouxe a segunda parte de um estudo muito interessante do dr. William L. Owen, no qual o autor aludia, em ligeiras palavras, à situação da industria do alcool no Brasil. A especial importancia que êsse problema tem para outros paises americanos nos anima a fornecer outros detalhes acêrca do assunto, cuja atualidade está ressaltada no plano geral do govêrno brasileiro para a produção de alcool anidro, plano que tem por finalidade aliviar a dificil situação decorrente da grande redução nas importações de gasolina, desde que se iniciaram as hostilidades em aguas dêste Continente.

A primeira medida dêsse plano foi no sentido de atenuar o estrito controle que, desde 1933, vinha exercendo sôbre ambas as industrias o Instituto do Açucar e do Alcool. Além das 44 grandes distilarias existentes no país e de 10 em construção, muitas outras fábricas pequenas foram instaladas; ao estímulo de novas subvenções os industriais que consomem alcool foram induzidos a montar distilarias proprias. Simultaneamente, foram reduzidos os direitos sôbre o alcool anidro, que correspondiam a 8,8 cents (moeda dos Estados Unidos) e passaram a ser de 2,5 cents; os preços mínimos foram congelados em um nivel superior ao que vigorava anteriormente. Acredita-se que essa última medida influirá mais do que qualquer outra para estimular os agricultores a aumentar as suas culturas de cana, de modo a atender ao apêlo do govêrno no sentido de ser empregada na produção de alcool anidro toda a materia prima disponivel.

As atuais condições de guerra levaram as autoridades brasileiras a considerar a produção de alcool como uma industria vital, apesar de que ela se iniciou, há dez anos, apenas como uma medida de urgencia, destinada a absorver o excesso da produção de açucar. Essa moderna tendencia está igualmente em perfeita concordancia com o ponto de vista dominante em círculos influentes do país de considerar a produção de alcool — juntamente com a industria textil — como índices de emancipação do famoso triângulo algodão — café — açucar, que faz lembrar a estrutura colonial do Brasil. Por outro lado, o desejo de aliviar o "deficit" da balança comercial, pela redução das importações de gasolina, foi também um fator decisivo no progresso da produção de alcool, que se vem desenvolvendo regularmente na última década, como se vê do quadro abaixo :

PRODUÇÃO DE ALCOOL NO BRASIL

Ano	Galões	Ano	Galões
1933. . .	22.000	1938. . .	7.090.000
1934. . .	203.000	1939. . .	8.480.000
1935. . .	1.204.000	1940. . .	11.900.000
1936. . .	4.105.000	1941. . .	17.015.000
1937. . .	3.640.000	1942. . .	25.000.000

De começo, a industria manteve-se reservada em relação ao novo produto e o Instituto foi obrigado a subvencionar a construção das primeiras distilarias. Dos 3.500.000 dólares fornecidos, a maior parte foi empregada em fábricas de propriedade do Estado (Distilarias Presidente Vargas e Central do Estado do Rio) e o restante em distilarias particulares. Os esforços da industria privada nos primeiros anos de execução do plano de instalação de distilarias explica a participação ampla do Estado nos mesmos. Essa participação foi

---

prejudicial empregando-se combustiveis pesados.

SAIDA

Devo acrescentar finalmente que, quando a detenção do motor não excede de um quarto de hora, é possivel fazê-lo arrancar novamente sem auxilio de gasolina, norma aplicavel a todas as misturas combustiveis indicadas.

de 35 por cento sôbre os 10 milhões de dólares que representam a soma total investida até pouco tempo na industria do alcool no Brasil. O entusiasmo da industria açucareira pela conversão de açucar em alcool continuou limitado, principalmente porque a relação de preços era desfavoravel ao produto secundario, embora o I. A. A. tivesse comprado toda a produção de alcool a 22 cents o galão, revendendo-a aos distribuidores com um prejuizo de 4,5 cents. A diferença de preço e as subvenções às distilarias estavam cobertas pelo imposto especial que as centrais açucareiras pagam. De acôrdo com essa política de proteção foi construida uma rede de distilarias modernamente equipadas de alta eficiencia, situadas todas elas nas proximidades de quatro das principais cidades brasileiras, como se vê da lista que se segue, referente à produção obtida em 1941 :

Estado do Rio

	Galões
Distilaria Central de Campos.. ..	2.250.000
São José..	1.245.000
Santa Cruz..	859.000
Barcelos..	826.000
Cupim..	728.000
Quissamã..	600.000
Outras distilarias..	1.400.000
Total..	7.550.000

Pernambuco

	Galões
Presidente Vargas..	1.660.000
Catende..	1.040.000
Santa Teresinha..	900.000
Produtores de Pernambuco.. ..	507.000
Central Leão..	520.000
Outras seis distilarias..	1.411.000
Total..	6.038.000

São Paulo

	Galões
Tamoio..	488.000
Amalia..	446.000
Monte Alegre..	338.000
Junqueira..	316.000
Vila Raffard..	300.000
Outras seis distilarias..	1.177.000
Total	3.065.000

Minas Gerais

	Galões
Rio Branco..	258.000
Outra distilaria..	112.000
Total..	362.000
Total geral.	17.015.000

O I.A.A., que atua como intermediario entre os comerciantes e os consumidores, possue 100 carros-tanques e dispõe de facilidades de estocagem para mais de 5 milhões de galões. A tarefa do Instituto é simples pelo fato de que o consumo está regulado por um pequeno número de distribuidores. E' o que demonstram os seguintes dados: do total de entregas feitas pelo I.A.A. 15.795.000 galões se destinaram a cinco grandes companhias distribuidoras estrangeiras e 720.000 galões a três casas brasileiras, a saber: Standard Oil, 5.775.000 galões; Atlantic Refining, 3.460.000; Texas Company, 2.605.000; Anglo-Mexican, 2.580.000; Caloric Company,...... 1.375.000; Matarazzo, 478.000; Companhia Brania, 184.000; Correia e Castro, 58.000 galões. 1.500.000 galões restantes foram diretamente enviados ao Exército e às estradas de ferro. Os oito distribuidores acima aludidos, que controlam mais de 95 % das importações brasileiras de combustivel, são obrigados a misturar em cada galão de gasolina estrangeira 5 por cento de alcool de produção nacional. Essa é a quota legal. Na realidade, porém, a mistura varia de 40 por cento nos Estados do norte a menos de 2 por cento em cidades como Belo Horizonte e Porto Alegre. Em um sub-continente, de distancias imensas, mal provido de estradas de ferro e de rodagem, não é possivel estabelecer o equilibrio ideal para a distribuição de combustivel em todo o país. Todavia, a regulamentação das importações de combustiveis estrangeiros por intermedio dos portos locais pode compensar de algum modo as grandes diferenças.

Outra tentativa para resolver o problema do abastecimento local é o plano do I.A.A. no sentido de modificar a sua política quanto à escolha de locais para instalação de novas distilarias. De futuro, deverão ter preferencia as pequenas fábricas, disseminadas nos centros do norte que têm excessos de cana ao

invés de poderosas distilarias nos grandes centros de consumo do sul. Com efeito, presentemente apenas duas fábricas produzem 19 por cento de todo o alcool anidro brasileiro e outras dez mais 38 por cento do total. Mais de 50 por cento da producção total são fabricados em Campos, próximo do Rio de Janeiro; a contribuição de Pernambuco, que ascende a mais de 60 por cento da produção de açucar, é, quanto à de alcool, de apenas 35,5 por cento.

A experiencia dos últimos anos demonstrou que as maiores dificuldades provieram da necessidade de transportar a cana até as centrais para moagem e em seguida expedir o produto para as distilarias, que em geral não dispõem de moendas. Esse transporte duplo pode ser evitado, desde que as distilarias sejam instaladas como partes integrantes das usinas. Por outro lado, não é justo esperar que, de futuro, Pernambuco esteja em condições de fornecer alcool a São Paulo e Rio de Janeiro como fornecia açucar. A uma distancia de 3.000 quilômetros o transporte do alcool é muito mais dificil que o do açucar, tanto pela falta de espaço para carga como pela inexistencia de navios tanques.

Há dois anos seria dificil prever a criação de uma rede de distilarias sem o auxilio estrangeiro, pois das 44 existentes 41 foram instaladas por emprêsas européias, a saber: Barbet equipou 13 instalações, com uma capacidade diaria de 43.000 galões; Skoda, 9, com 40.500 galões; Golzern & Grimma 6, com 19.200 galões; Fives-Lille, 2, com 3.500 galões; Acme, 2, com 4.400 galões; Bocknagen Nachll, 2, com 2.500 galões; Strauch e Schmidt, 1, com 4.400 galões; Egrot & Grange, 1, com 1.800 galões; Barbet e Skoda introduziram o processo de Melle; Fives & Lille, o Merville; Golzern, o Grawinol; as demais adotaram o processo Hiac.

A dependencia do Brasil em relação à maquinaria começou a diminuir a partir de 1940, quando uma fábrica nacional, a Codiq, (Construtora de Distilarias e Instalações Químicas Limitada), de São Paulo, começou a construir distilarias. A terceira distilaria equipada pela Codiq é precisamente a que o govêrno está construindo em Ponte Nova, em Minas Gerais, com uma capacidade diaria de 4.500 galões. Embora a Codiq se proponha erigir mais duas fábricas, é evidente que o Brasil necessita urgentemente de maquinaria para o plano geral de produção. Em círculos bem informados do Brasil, acredita-se que em breve se chegará a um entendimento com os Estados Unidos para a entrega imediata de equipamentos para distilarias. Oficialmente diz-se que a industria do alcool, como parte integrante da mobilização econômica brasileira, tem maiores possibilidades de obter licenças de exportação nos Estados Unidos do que a industria textil, cujos representantes fizeram gestões infrutíferas.

Além das poderosas distilarias de alcool anidro, há no Brasil 135 distilarias de aguardente, quasi todas como dependencias das centrais açucareiras. A produção dessas fábricas aumenta constantemente, de acordo com as necessidades da industria de comestiveis e em 1940 chegou a pouco mais de 12 milhões de galões. Com essa cifra, a produção de aguardente, pela primeria vez desde 1933, foi inferior à de alcool anidro. A fabricação de aguardente era uma atividade importante entre os primeiros colonizadores brancos do Brasil. 3.500 engenhos e mais de 62.000 pequenos agricultores independentes provam a riqueza passada dessa industria nacional. O equipamento é antiquado e o produto é fornecido às populações do interior. Do ponto de vista estatístico a sua importancia continúa a ser um fator desconhecido, assim como a possibilidade do I.A.A. incorporar a sua produção ao plano geral, pois êsses milhares de produtores se encontram disseminados em um vasto territorio, de escassos meios de comunicação.

Como conclusões dêsse rápido estudo, pode-se mencionar o fato de que a súbita diminuição das importações de combustivel tomou de surpresa as autoridades brasileiras. Carecendo de recursos nacionais de petrolio, como os que tem a Argentina, o Brasil encontra-se numa situação mais grave do que a sua vizinha do sul e o estímulo à produção de alcool é a única solução que poderá manter de pé a industria brasileira que depende em larga medida dos 60 mil caminhões e 150.000 automoveis que circulam no país.

Considerando que a situação existente não pode ser modificada imediatamente por meio de planos,ainda que êstes sejam de largo alcance, o govêrno adotou medidas de urgencia, tais como cultivo livre e sem restrições de cana e a utilização da mandioca, frutas cítricas e milho como materias primas comple-

SÔBRE TABELAS DE PAGAMENTO DE CANA

M. Lacerda de Melo

III

(Conclusão)

Afirmámos, no segundo artigo dêste estudo, que os desajustamentos e conflitos entre fornecedores e recebedores de cana têm por causa a falta de equidade existente entre a remuneração do trabalho e capital do fornecedor, de um lado, e a remuneração do trabalho e capital do usineiro, do outro. O exemplo da economia açucareira leva-nos a uma observação de maior amplitude. E' a de que os desníveis ou desequilíbrios de remuneração, quando manifestados entre os diversos setores de uma determinada economia nacional, podem gerar, e geram frequentemente, fatos e problemas de origens aparentemente diversas, tanto na esfera estritamente econômica, como na social. Tais são os casos da evolução da propriedade fundiária para o latifúndio, do declínio da capacidade aquisitiva das populações rurais, das migrações rurais, do pauperismo, do desaparecimento da classe média, da luta entre classes, etc. Registamos essa observação, resumidamente e um pouco à margem do assunto que temos abordado, para lembrar que profundidade e que extensão podem assumir as repercussões do desequilíbrio de remuneração.

Em nosso caso, o da economia de uma determinada produção nacional, a falta de equilibrio de remuneração ou de rentabilidade entre as duas grandes etapas do cíclo produtivo do açucar — a agrícola e a de manufatura — tem determinado a série de conflitos surdos ou ruidosos que todos conhecem. São os conflitos em tôrno das tabelas de pagamento de cana ou pelas tabelas de pagamento de cana.

Se se aceita que a causa dêsse fenômeno reside no apontado desequilíbrio, não há fugir à conclusão de que a fórmula de mais sólidos fundamentos econômicos e, por isso mesmo, a mais eficiente para resolver o problema das tabelas de pagamento de cana será aquela que se baseie na relação entre os custos agrícolas e de manufatura. Com ela, ter-se-á garantido o equilíbrio de remuneração e, com êste, terão desaparecido as causas de mal estar e de conflitos.

O EXEMPLO DA ÁFRICA DO SUL

Informámos, já, que êsse entendimento do assunto tiveram, de há muito, a política e a legislação da Austrália açucareira. E' bom lembrar, a esta altura um outro exemplo cheio de sabedoria: o da União Sul Africana. Alí, os elementos referentes a custos agrícolas e de fabricação são os mais importantes da fórmula adotada pelo chamado acôrdo Fahey.

Com efeito, para elaboração dessa fórmula, foram tomados: o custo médio de uma tonelada de cana, o teor médio de sacarose na cana, o poder de recuperação da fábrica, e o custo de fabricação do açucar. E quando, em 1936, tal fórmula, representada em elementos quantitativos, teve de ser substituida por uma outra que pudesse abraçar outras variedades de cana, além da Uba, ainda aqueles fatores foram os que prevaleceram. (V., a respeito, o artigo sob o título "Pagamento de cana na África do Sul", de Victor M. Hinchy, originalmente publicado em "The International Sugar Journal", e reproduzido por "Brasil Açucareiro", n.º de maio de 1942, e por "The Australian Sugar Journal", número de junho de 1942. V., também, Gileno Dé Carli — "Subsídio ao Estudo do Problema das Tabelas de Compra e Venda da Cana", págs. 50 e seguintes).

---

mentares para a produção de alcool anidro. Uma questão que surge é a de saber como o Instituto do Açucar, cujo fim, — desde a sua organização há nove anos, — é exercer estrita vigilancia sôbre as industrias do alcool e do açucar, logrará manter essa vigilancia no futuro, quando a maioria das restrições hoje vigentes fôr abolida.

(Traduzido de "El Mundo Azucarero".)

TABELAS PROVISÓRIAS

O Estatuto da Lavoura Canavieira, segundo já tivemos ocasião de apreciar, disciplinou o assunto, de modo lacônico e geral, deixando a sua essência como matéria de regulamentação. E como essa regulamentação demanda estudos demorados, foi baixado o decreto-lei n.º 4.733, de 23 de setembro de 1942, dispondo que, enquanto não fôr elaborada a tabela do Estatuto, "o Instituto do Açucar e do Alcool poderá organizar novas tabelas, em substituição às existentes, para cada um dos Estados produtores" (art. 1.º). A' base dêsse decreto, o Instituto apressou a sua ação tendente a pôr termo à heterogeneidade iníqua das tabelas antigas, heterogeneidade tanto mais chocante quanto é certo que o Estado de mais baixa tabela era precisamente aquele em que os capitais investidos em usinas gozam das melhores condições de rentabilidade. (Essas condições de rentabilidade são em si um índice daquele desequilíbrio de remuneração dentro da economia nacional a que aludimos inicialmente e que, manifestado entre os Estados produtores do Norte e do Sul, teria como consequência a decadência do Norte açucareiro, não fôra a política de contingentamento. Para êsse fato, o Instituto estuda o remédio da uniformização dos preços).

Autorizada pelo Decreto-lei n. 4.733, a Comissão Executiva do I.A.A., por meio de resoluções baixou normas para pagamento de cana nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Baía. São tabelas provisórias, segundo se vê, de logo, na letra da lei que autorizou a sua elaboração. A sua vigência terá ponto final com a regulamentação do art. 87 do Estatuto. E pelo fato de se não achar encerrado o estudo dêsse assunto, é que dele vimos tratando.

CÁLCULO DO PREÇO DA CANA À BASE DA RELAÇÃO ENTRE OS CUSTOS EM UM EXEMPLO BRASILEIRO

O fato de estarmos insistindo no princípio da relação entre os custos como base para tabela de pagamento de cana, levou-nos à aplicação, ainda como tentativa, que damos sob reserva, dessa relação ao caso de usinas pernambucanas sôbre as quais possuimos os elementos constitutivos dos custos agrícolas e de fabricação e ao confronto do resultado com a relação quantitativa proposta pela Secção de Estudos Econômicos à Comissão Executiva do I.A.A. O assunto foi objeto de uma comunicação do sr. chefe da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A. Transcrevemo-la, a seguir, concluindo o presente trabalho:

"Sr. Chefe da Secção de Estudos Econômicos

1. Em dois artigos escritos para "Brasil Açucareiro", o primeiro publicado no número de fevereiro e o segundo a sair no mês corrente de março, ambos do conhecimento de v. s., apresentei, depois do necessário exame do assunto, uma sugestão concernente à fórmula a ser adotada no Brasil para elaboração da tabela de pagamento de cana, prevista no decreto-lei 3.855, — Estatuto da Lavoura Canavieira.

Essa sugestão, como v. s. se lembrará, consitia em tomar-se para base de pagamento da cana a relação existente entre os custos agrícolas da cana e os custos de manufatura do açucar.

2. A relação básica quantitativa contida nas sugestões apresentadas por v. s. à douta Comissão Executiva dêste Instituto é a que se contém no seguinte dispositivo:

> "A tabela de pagamento das canas de fornecedores será calculada da seguinte maneira: a) o valor de 42 quilos de açucar correspondendo a um rendimento médio estadual de 92 quilos de açucar por tonelada de cana".

Tendo em vista essa relação quantitativa e o princípio do pagamento à base da relação entre os custos, por mim sustentado nos artigos acima mencionados, julguei de interesse verificar como se comportariam essas duas relações, uma em frente a outra. Para isso, perquerí, auxiliado pela funcionária Maria Luiza Guerreiro, a relação entre os custos agrícolas e os industriais no caso da economia açucareira de Pernambuco.

3. Os elementos de que pude dispor, e que são os desta Secção, referem-se, apenas, a treze usinas. Creio, porém, que são capazes de dar uma idéia, embora ainda não definitiva, da relação que se pretende fixar. São dados da safra 1940/41. O quadro que segue

enfeixa a apuração dos custos, pondo em confronto os agrícolas com os de manufatura e, ainda, com o preço de aquisição da cana na safra estudada:

CONFRONTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (*)

USINAS	Preço de aquisição da cana empregada na fabricação de um saco de açucar. (Cr$)	Custo de produção agrícola da cana empregada na fabricação de um saco de açucar. (Cr$)	Custo de manufatura de um saco de açucar (Cr$)
A	18,769	19,251	32,254
B	22,051	32,322	38,086
C	19,704	27,685	32,997
D	20,571	29,920	29,205
E	18,533	42,378	27,600
F	17,823	21,450	36,561
G	20,615	28,395	36,496
H	21,567	43,158	36,848
I	19,621	32,424	39,251
J	16,370	23,955	40,604
K	19,951	35,277	36,840
L	19,935	30,326	50,020
M	18,301	26,311	49,025
Média	**19,524**	**30,219**	**37,368**

Todas as rubricas de gastos foram aquí devidamente computadas. Na coluna dos custos agrícolas, foi incluida a renda da terra, arbitrada em vinte por cento (20%), por ser essa a forma de arrendamento mais comum em Pernambuco. Na coluna dos custos industriais, a rubrica "depreciação e amortização" foi arbitrada em dez por cento (10%); a taxa de juro sôbre capital das emprêsas, em oito por cento (8%); e, para cômputo dêsse capital, foi arbitrada a base de cem cruzeiros (Cr$ 100,00) por saco limite, tudo segundo a forma usada por v. s. em seus estudos sôbre o assunto. Na média das treze usinas, a relação entre os custos agrícolas e os de manufatura exprime-se por

$$\frac{30.219}{37,368}$$

. Donde, a relação entre os custos agrícolas e os custos totais ser

$$\frac{30,219}{30,219 + 37,368} = \frac{30.219}{67,587}$$

(*) — Os nomes das usinas, para efeito de divulgação dos dados, foram substituidos por simbolos alfabéticos.

Para achar, segundo essa relação, por saco de 60 quilos, o número de quilos de açucar cujo valor deve ser atribuido ao fornecedor, teremos

$$\frac{30.219}{67,587} = \frac{x}{60}, \quad \text{donde } x = \frac{60 \times 30,219}{67,587} = 26,82$$

Vê-se que, pelo exemplo tomado para apurar a relação entre os custos, em um saco de 60 quilos, o valor de 26,82 kg será atribuido ao fornecedor e o do restante (33,18 kg) ao industrial.

4. Tomando a proporção proposta por v. s. à douta Comissão Executiva ("o valor de 42 quilos de açucar correspondendo a um rendimento médio estadual de 92 quilos de açucar por tonelada de cana") e reduzindo à base de saco de 60 quilos, temos

$$\frac{42}{92} = \frac{y}{60}, \quad \text{donde } y = \frac{60 \times 42}{92} = 27,39 .$$

Por essa fórmula vemos que, em um saco de 60 quilos, o valor de 27,39 kg será atribuido ao fornecedor e o da restante (32,61 kg), ao usineiro. A comparação dêste resultado com o encontrado no item 3, obtido pelo exemplo tomado para a relação entre os custos, dá uma pequena diferença :

$$27,39 - 26,82 = 0,57$$

Exprime-se, pois, apenas, por 570 gramas a difrença para mais.

5. E' de supor-se que, se se computasse, na fórmula obtida pelo exemplo dos custos, a parte a que o agricultor deve ter direito nos sub-produtos (mel residual e álcool ou aguardente de mel residual) esta última tornar-se-ía um pouco mais elevada que a proposta por v. s. Em todo caso, pareceu-me sumamente curioso que a proporção proposta por v. s. se aproximasse tanto, pelo menos no exemplo estudado, da resultante da aplicação do princípio dos custos.

Solicitando a v. s. permissão para, em um terceiro artigo sôbre tabelas de pagamento de cana, fazer uso dos dados e cálculos que aquí ficam, com substituição apenas, por símbolos, dos nomes das usinas, ofereço ao seu esclarecido juizo a presente comunicação. — **Mário Lacerda de Melo**".

A comunicação acima foi enviada à presidência do I.A.A., acompanhada do seguinte ofício do Chefe da Secção de Estudos Econômicos :

"Sr. Presidente.

Levo ao conhecimento de v. s. a interessante comunicação do funcionário Mário Lacerda de Melo, como contribuição ao estudo das tabelas de canas. Por êsse estudo verificará v. s., através de métodos de pesquisa original, que a base que tomamos para o projeto das novas tabelas era uma base acertada.

Diante do interesse do problema, sugiro a v. s. mandar tirar cópias do referido trabalho afim de distribuí-lo pelos membros da Comissão Executiva. Corlialmente. — **Gileno Dé Carli** — Chefe da Secção".

A sugestão de que trata êsse ofício mereceu a aprovação do sr. presidente do I.A.A.

"A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço. .... **Cr$ 12,00**
Pelo Correio................ **Cr$ 14,00**

O MOSAICO DA CANA E A SUA PREVENÇÃO

A. S. Michelin (*)

A causa da doença chamada Mosaico é desconhecida, ainda que no mundo inteiro se tenham feito estudos e pesquisas para determiná-la. O mosaico da cana não é transmitido pela semente natural, mas tem sido vastamente espalhado pelos pedaços de cana, roletes ou pontas, que se usam habitualmente para a plantação. Também não se propaga por contacto ordinário, mas é transmitido livremente no campo, de uma planta para outra, pela picada da **Aphis Maidis**, uma das moscas comuns das plantas, que se alimenta do milho e de várias ervas. O mosaico não infecta o solo.

Esta doença pode ser definida como uma clorose infecciosa, pois o seu efeito mais visível é o aparecimento de manchas amareladas ou esbranquiçadas nas folhas, em que a clorofila foi em parte destruida. Esta perda de clorofila produz alterações alimentares e impede, em geral, o crescimento da planta. Algumas variedades mais suscetíveis à doença morrem com a infecção. Contudo, isto raras vezes ocorre, e as plantas doentes continuam vivendo de um ano para o outro, ainda que dando sempre colheitas pequenas e pouco produtivas. Manchas bastante semelhantes podem ser frequentemente vistas em canas novas e, quando estas crescem, pode-se notar que os entre-nós encolhem mais ou menos e que a epiderme sôbre as partes descoradas seca e finalmente estala e se rompe, deixando exposta a lesão designada como gangrena da cana. Grupos semelhantes de células doentes se encontram espalhados em todo o tecido central do caule. Estes pontos de infecção não produzem sintomas visíveis à superfície, mas o tecido morre causando pequenas cavidades a que se costuma atribuir a falta de uso e o menor pêso das canas infectadas. Na maioria dos casos, as perdas devidas ao mosaico são mais devidas a perdas de pêso e de sumo do que a alterações químicas dêste último.

A terminologia seguinte é geralmente usada em relação às diversas reações à enfermidade que as diferentes variedades apresentam.

Imune: Variedade que não contrai a doença nem a transmite.

Resistente: Variedade que não contrai a doença, mas que a transmite a variedades não resistentes.

Tolerante: Variedade que contrai a doença e pode transmití-la, mas não mostra prejuizo apreciável no seu rendimento econômico.

Suscetível: Variedade que contrai a doença com facilidade, afetando o rendimento de uma forma variável, e que também a pode transmitir a outras plantas.

A importância do estrago causado pelo mosaico pode depender de muitos fatores, incluindo a variedade, a quantidade e distribuição das chuvas, a riqueza do solo, a quantidade e qualidade dos adubos empregados e os cuidados de cultura feitos. Em Jamaica, a extensão do estrago causado pela doença varia consideravelmente nas diferentes regiões da ilha. Na sua experiência o autor tem verificado que nos terrenos mais pesados, porém mais férteis, as variedades suscetíveis contraem a doença com facilidade, e que com chuvas abundantes ou irrigação adequada, se evita uma grande redução no pêso da produção. Enquanto que esta condição pode ser satisfatória quando as estações são normais, o estrago torna-se considerável depois de uma sêca severa. No caso de terrenos mais leves, a resistência é ainda maior e a doença pode ser dominada pelo arrancamento moderado das plantas afetadas, que, se se deixam crescer, produzem um rendimento muito inferior ao das plantas sãs. O comportamento das diversas variedades em relação à doença é surpreendente. E' evidente que as variedades POJ foram extensamente plantadas em muitas regiões devido sua aparente imunidade. A EK 28 é consideravelmente atacada, tornando-se as folhas amareladas e a planta mostra um estado doentio. A BH 10/12 é a que desejariamos tratar como variedade padrão, pois é sôbre o comportamento desta que

(*) — Sub-gerente de Grinan Estates, Jamaica. Por cortezia de Jamaica Association of Sugar Technologistes.

vamos basear a maior parte do conteúdo dêste artigo. Tem sido estudada a questão da cura de uma planta doente; a opinião do autor é que, ainda que uma planta afetada durante o seu crescimento pareça ter vencido a enfermidade, êste estado pode-se considerar como temporário apenas, principalmente nos casos da planta ter atingido seu desenvolvimento completo.

Cortes ou roletes de plantas infectadas germinam com facilidade, mas sempre produzem canas doentes. A infecção pode em geral descobrir-se na terceira folha ao lado do rebento germinal. Algumas vezes, contudo, fica oculta por algum tempo e só se manifesta muito depois. A infecção secundária, ou seja por contágio, é a mais séria, pois deve-se supor que a maior parte dos agricultores procurem plantar mudas sãs. A infecção secundária tem lugar em volta das canas doentes, cada uma das quais atua como um foco central do qual se espalha a doença. Um caminho ou uma vala larga podem servir como barreira. Outras vezes, porém, a doença parece saltar grandes distâncias, aparecendo rapidamente em sítios a vários quilômetros de distância de qualquer caso conhecido de cana atacada.

Os métodos de restrição e prevenção são muito importantes. Não se conhece até agora o modo de exterminar a **Aphis Maidis**, que é o primeiro transmissor, exceto evitando plantas como o milho perto dos canaviais, e conservando intervalos e as plantações limpas de plantas que possam servir de sustento e propagação da **Aphis Maidis** em grande escala. Visto que a única origem de contágio são as plantas vivas atacadas, o melhor método é arrancar todas as canas afetadas. O arrancamento deve ser feito com o máximo cuidado. E' opinião do autor que a doença do mosaico pode ser eliminada em qualquer sítio, qualquer que for sua violência, mas que a campanha deve ser feita com um plano cuidadosamente preparado, constante vigia e, sobretudo, perseverança prolongada. Se a infecção é muito severa pode tornar-se necessário plantar uma variedade imune durante vários anos em vez de procurar proteger uma variedade suscetível. E' importante lembrar que uma cana atacada pode transmitir a doença a outras dez em volta, de modo que pode tornar-se necessário arrancar canas todas as semanas ou mesmo todos os dias, até que a cana esteja bem coberta e portanto seja muito menos suscetível a ser infectada. Ainda que a destruição de canas aparentemente sãs pareça ser um sacrifício na ocasião, é a única maneira de eliminar completamente a doença. Há variedades imunes que são cultivadas em escala comercial. Atualmente a B 3439 oferece as melhoras promessas, porque felizmente nela é possível dominar a doença; esta variedade tem, porém, um ponto difícil, contrai a doença com muita facilidade, ainda que pareça ser tolerante, visto sua produção não ser afetada.

A ESTERILIZAÇÃO NA FABRICAÇÃO DE MÉIS RICOS EMPREGANDO A LEVEDURA

A maioria dos engenhos de açucar de Cuba que empregam a levedura na fabricação de mel de alta qualidade pensa que é preciso esterilizar o xarope, antes ou depois do processo de inversão, para o que o aquecem a uma temperatura de oitenta graus centigrados, durante uma ou duas horas Entretanto, o sr. Cesar A. Forn, técnico açucareiro de Cuba, opina que esse passo não é essencial. Nas provas realizadas, a inversão com a levedura foi efetuada em tanques e cristalizadores abertos, mantendo-se a temperatura de 55.º a 58.º centígrados de 16 a 24 horas, e, depois de decorrido êsse tempo, o xarope foi deitado em baldes onde foi concentrado a 85 Brix. Finalmente, foi efetuado o arrefecimento em panelas com circulação de água na serpentina. O mel assim elaborado foi armazenado durante sete meses sem perda apreciavel em sacarose. Por conseguinte, dispensando a esterilização por êste processo podem evitar-se muitos inconvenientes.

(De "A Fazenda".)

Indice alfabético e remissivo

de

"Brasil Açucareiro"

Do I ao XIII volume

Preço . . . . . Cr$ 5,00

CERA DA CANA DE AÇUCAR

Métodos para extrair a cera da cana de açucar no centro açucareiro de Luisiana (E.U.A.), estão sendo investigados pelo Departamento de Agricultura daquele país, que está interessado na possibilidade de produzir uns seis ou sete milhões de libras de cera por ano.

A cera encontra-se numa lâmina delgada nos colmos das canas, mas a quantidade é tão pequena (menos de um quilo por tonelada de cana) que o único método prático para efetuar a extração seria o uso de dissolventes, da bôrra que provém da clarificação do caldo da cana. A torta sêca dessa substância, depois de prensada, pode conter entre cinco e dezessete por cento de cera.

Nos Estados Unidos estão-se levando a cabo experiencias para determinar os dissolventes mais úteis, e as melhores condições para se obter um produto que tenha as qualidades desejadas. Foram já provados diversos dissolventes, observou-se que o dissolvente a usar deve ter um ponto de ebulição mais alto que o ponto de fusão da cera. O tolueno é considerado util, e já foi adotado para a extração no laboratorio. Não é um dos dissolventes mais baratos, mas o custo não é de grande consequência, visto se poder recuperar com uma perda muito baixa. Outro ponto que se está investigando é: a que grau se deve secar a torta da bôrra antes de efetuar a extração da cera, isto é, a proporção de umidade que se pode deixar no produto sem reduzir a eficiência da operação, empregando diversos dissolventes. A separação da gordura que vai junto com a cera é ainda outro problema e os resultados até agora obtidos indicam que se pode fazer isso por meio de um processo de difusão a frio, empregando um dissolvente "seletivo", sendo a acetona o que parece oferecer maiores possibilidades, tomando em conta o custo inicial e outras mais considerações.

(De "A Fazenda".)

"EVOLUÇÃO DO PROBLEMA CANAVIEIRO FLUMINENSE"

A propósito da publicação do seu livro "Evolução do Problema Canavieiro Fluminense", o sr. Gileno Dé Carli, chefe da Secção de Estudos Econômicos do Instituto do Açucar e do Alcool, recebeu do sr. Oliveira Viana, a seguinte carta:

"Niterói, 11 de janeiro de 1943 — Meu prezado amigo dr. Gileno Dé Carli. Para mim, fluminense, êste seu novo livro — "Evolução do Problema Canavieiro Fluminense" — é dentre tantos que tem publicado sôbre a economia do açucar, aquele que me soube mais, **et pour cause.** Como nos anteriores, neste, o meu prezado amigo continua a afirmar-se como um dos mais seguros e mais profundos conhecedores da nossa economia açucareira, não só na sua estrutura atual como na história da sua formação e evolução.

Dada a natureza dos meus estudos neste livro, como no anterior, sôbre o **processo histórico da usina em Pernambuco,** o que mais me tem suscitado o interesse é a sua contribuição para a definição e compreensão do conflito, quasi secular, que se vem estabelecendo entre o grande capitalismo das usinas e o nosso pré-capitalismo agrário, em que ainda vive (felizmente?) a classe dos banguezeiros e fornecedores, resto a que ficou reduzida, sob a ação da tecnologia capitalista, a luzida e brilhante aristocracia territorial, que fez a grandeza e beleza do Imperio.

Sôbre êste ponto, o seu estudo acêrca do processo histórico da usina pernambucana já nos havia revelado muitos aspectos, ignorados ou obscuros dêste conflito. Com êste livro de agora, consagrado à produção canavieira do sul, especialmente na fertil planicie campista, o tema do primeiro recebe uma nova luz e revela aspectos que a região pernambucana não oferece, especialmente no tocante ao grande problema debatido no anterior, do conflito entre a usina, expressão do capitalismo financeiro e tecnológico, e a antiga classe dos fornecedores de cana, os "obrigados à moenda alheia", de que já nos falava o velho Antonil.

Do seu livro, o que fica patente, com abundancia de documentação histórica e estatística, é a diversidade das duas estruturas econômicas, a do norte e a do sul: êle nos deixa ver que a velha classe dos fornecedores não teve ao norte a mesma formação que teve a do sul, nem a mesma evolução. Ao norte, ela, apesar das suas históricas tradições combativas, fraquejou em face do grande capitalismo das usinas, e só não sossobrou inteiramente porque a política intervencionista do Estado, com uma legislação protetora, a socorreu em tempo e afinal; ao passo que ao sul, na leziria de Campos, esta mesma classe, por peculiaridades de formação, que o seu livro tão lucidamente explica, pôde oferecer à tendencia imperialista das usinas uma resistencia vitoriosa, admiravel de tenacidade e vitalidade e que tudo parece indicar que seria vitoriosa independentemente da ação amparadora do Estado. Este traço da coletividade campista o seu livro deixa claro, definido e documentado — o que nos permite compreender não apenas a situação real da classe dos fornecedores nesta região privilegiada; mas, muito mais do que isto, a sua propria historia social e mesmo política, principalmente essa sua extraordinaria vitalidade cívica, que torna o nucleo campista inteiramente original no conjunto da população fluminense.

Pela riqueza da documentação e pela honestidade da pesquisa e da análise, o seu livro sôbre a evolução do problema açucareiro na baixada campista representa uma bela contribuição, trazida não apenas à historia da economia açucareira do Brasil, mas também à nossa historia local fluminense, não só econômica, como mesmo política.

E' o que lhe tem a dizer, com inteira sinceridade e sem nenhum favor, o seu muito atento admirador e patricio obrigado, — **Oliveira Viana".**

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

(AÇUCAR)

1940/41 — 1942/43

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade: saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em alcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Abril de 1943	5.233.583	551.752	—	10.000	—	1.062.203	4.713.132
Abril de 1942	4.539.666	218.370	—	120.233	—	1.112.474	3.525.329
Abril de 1941	5.088.167	589.144	—	568	—	1.489.461	4.187.282
JUNHO/ABRIL							
1942/43	2.538.324	21.379.301	—	332.500	37.669	18.834.324	4.713.132
1941/42	3.036.451	20.875.302	—	643.494	—	19.742.930	3.525.329
1940/41	2.256.585	20.420.251	—	179.642	—	18.309.912	4.187.282
TIPOS DE USINA							
Abril de 1943	4.974.972	363.752	—	10.000	—	869.669	4.459.055
Abril de 1942	4.297.878	93.186	—	120.233	—	944.369	3.326.462
Abril de 1941	4.830.449	299.747	—	168	—	1.139.650	3.990.378
JUNHO/ABRIL							
1942/43	2.381.046	14.590.501	—	332.500	37.669	12.142.323	4.459.055
1941/42	2.839.268	13.832.466	—	642.294	—	12.702.978	3.326.462
1940/41	2.139.629	13.500.782	—	178.792	—	11.471.241	3.990.378

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR

(Usinas e Engenhos)

MOVIMENTO DA SAFRA DE 1942/43

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1943

ESTADOS	AÇUCAR (saco 60 quilos)			
	Produção autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos
Acre	8.084	10.000	—	9.000
Amazonas	5.261	7.000	—	6.500
Pará	27.827	64.000	4.757	45.757
Maranhão	47.543	99.000	6.925	81.925
Piauí	95.835	72.500	1.400	51.400
Ceará	362.317	715.000	17.170	617.170
Rio Grande do Norte	163.348	170.000	70.223	190.223
Paraíba	554.027	720.500	353.520	753.520
Pernambuco	5.787.081	5.550.000	4.942.894	5.462.894
Alagoas	2.108.185	1.800.000	1.442.041	1.842.041
Sergipe	856.057	775.000	750.784	780.784
Baía	977.671	1.431.000	856.055	1.606.055
Espírito Santo	84.662	205.000	44.616	174.616
Rio de Janeiro	2.386.562	3.266.500	2.543.623	2.698.623
Distrito Federal	—	—	—	—
São Paulo	2.451.112	2.950.000	2.920.108	3.320.108
Paraná	3.005	15.000	—	16.000
Santa Catarina	371.491	470.000	67.499	462.499
Rio Grande do Sul	18.636	46.000	—	60.000
Minas Gerais	2.564.813	3.000.000	539.044	3.019.044
Goiaz	120.882	155.000	—	145.000
Mato Grosso	35.511	35.500	29.842	36.142
TOTAIS	19.029.910	21.557.000	14.590.501	21.379.301

ESTOQUE DE AÇUCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1943

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade : saco de 60 quilos

ESTADOS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais	Interior	Nas Usinas	Nas Dist. do I.A.A.
Rio G. do Norte	—	11.371	—	—	—	—	11.371	—	—	11.371	—
Paraíba	—	18.284	—	—	—	963	19.247	10.038	6.478	2.731	—
Pernambuco	96.977	2.409.040	37.950	—	3.612	172.243	2.719.822	2.366.282	150.000	179.319	24.221
Alagoas	29.392	381.686	183.422	—	257	75.151	669.908	582.233	—	87.675	—
Sergipe	—	584.978	8.812	—	15.429	—	609.219	472.079	81.903	55.237	—
Baía	—	327.613	—	—	—	20	327.633	168.402	—	159.231	—
Rio de Janeiro	—	91.511	2.201	—	—	—	93.712	1.328	—	92.384	—
D. Federal	—	77.310	—	—	—	5.700	83.010	83.010	—	—	—
São Paulo	—	116.413	748	—	—	—	117.161	30.000	4.820	82.341	—
Minas Gerais	—	43.936	615	—	5.849	—	50.400	5.528	—	44.872	—
Demais Estados	—	11.649	—	—	—	—	11.649	—	—	11.649	—
BRASIL	126.369	4.073.791	233.748	—	25.147	254.077	4.713.132	3.718.900	243.201	726.810	24.221

ESTOQUE DE AÇUCAR

1941 - 1943

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade : saco de 60 quilos

ESTADOS	TODOS OS TIPOS 1941	1942	1943	TIPOS DE USINA 1941	1942	1943
Rio Grande do Norte	1.525	1.084	11.371	1.525	1.084	11.371
Paraíba	27.762	50.101	19.247	26.178	47.774	18.284
Pernambuco	1.928.962	1.721.095	2.719.822	1.814.435	1.642.902	2.547.579
Alagoas	415.389	238.512	669.908	352.872	168.818	594.757
Sergipe	328.703	309.888	609.219	328.703	309.888	609.219
Baía	218.360	151.081	327.633	217.514	150.648	327.613
Rio de Janeiro	355.307	437.144	93.712	335.307	437.144	93.712
D. Federal	62.498	32.680	83.010	59.068	25.960	77.310
São Paulo	642.493	475.385	117.161	628.495	433.885	117.161
Minas Gerais	194.125	94.054	50.400	194.125	94.054	50.400
Demais Estados	31.658	14.305	11.649	31.658	14.305	11.649
BRASIL	4.137.282	3.525.329	4.713.132	3.990.378	3.326.462	4.459.055

COTAÇÃO DE AÇUCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1941 - 1943

A B R I L

1. TIPO DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA			MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1941	1942	1943	1941	1942	1943	1941	1942	1943	1941	1942	1943	1941	1942	1943	1941	1942	1943
João Pessoa	55,0	60,0	73,0	55,0	60,0	73,0	55,0	60,0	73,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	49,0	62,0	68,0	49,0	61,0	62,0	49,0	61,5	65,7	37,2	41,2	—	37,2	41,2	—	37,2	41,2	—
Maceió	47,0	60,0	67,6	47,0	54,0	67,6	47,0	56,0	67,6	40,0	50,0	56,6	40,0	46,0	56,6	40,0	47,3	56,6
Aracajú	40,0	62,0	67,0	37,0	60,0	62,0	38,5	61,0	63,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	48,0	65,0	65,0	48,0	65,0	65,0	48,0	65,0	65,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	54,0	65,0	82,2	52,0	58,0	82,2	53,6	61,2	82,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	N/	70,0	70,0	N/	67,0	67,0	N/	68,5	68,5	51,0	60,0	60,0	50,0	58,0	58,0	50,5	59,0	59,0
São Paulo	63,0	75,0	N/	62,0	72,0	N/	63,5	73,7	N/	—	—	—	—	—	—	—	—	—
B. Horizonte	67,0	76,0	110,0	67,0	75,0	98,0	67,0	75,8	104,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1941	1942	1943	1941	1942	1943	1941	1942	1943
João Pessoa	30,0	45,0	58,0	30,0	45,0	58,0	30,0	45,0	58,0
Recife	24,8	56,0	66,4	22,0	26,0	62,4	23,4	39,3	64,4
Maceió	22,4	26,0	—	16,4	18,0	—	19,4	21,5	—
Aracajú	18,0	39,5	39,5	18,0	39,5	39,5	18,0	39,5	39,5
Salvador	20,0	42,0	50,0	18,0	34,0	50,0	18,1	38,7	50,0
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	39,0	54,0	54,0	37,0	52,0	52,0	38,0	53,0	53,0
São Paulo	40,0	58,0	N/	39,0	56,5	N/	39,5	57,4	N/
B. Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1943

A T I V O

	Cr$	Cr$
Ativo Fixo		
Biblioteca do Instituto	79.392,00	
Imoveis ("Edificio Taquara")	4.680.154,50	
Laboratorios — Recife — Aparelhos e Utensilios	58.903,30	
Moveis e Utensilios	1.859.653,00	
Títulos e Ações	10.707.000,00	17.385.102,80
Empréstimos		
Caixa de Empréstimos a Funcionarios	178.254,10	
Custeio de Refinarias	4.750.000,00	
Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana	5.969.386,70	
Empréstimos a Plantadores e Fornecedores de Cana	1.000.000,00	
Empréstimos a Produtores de Açucar	15.594,30	
Financiamento a Distilarias	16.540.217,73	28.453.452,83
Despesas		
Diversos	2.335.511,10	
Defesa do Açucar	6.930.095,20	9.265.606,30
Contas de Resultado		
Adiantamento S/Açucar de Engenhos	2.700.000,00	
Anuario Açucareiro	1.386,70	
Compras de Açucar	15.408.069,40	
Compras de Açucar C/Retrovenda	82.730.125,20	
Livros e Boletins Estatísticos	331.715,00	101.171.296,30
Devedores Diversos		
Adiantamento para Compras de Alcool	1.186.539,30	
Cobrança do Interior	24.868,10	
Contas Correntes — Saldos Devedores	26.694.582,53	
Instituto de Técnologia C/Subvenção	48.420,83	
Letras a Receber	466.713,80	28.421.124,56
Caixas e Bancos		
Caixa — Sede do Instituto	461.567,50	
Fundos no Banco do Brasil	83.727.058,20	
Delegacias Regionais C/Suprimento	29.568.789,40	113.757.415,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		128.515.248,10
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo		77.270.834,15
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo		8.361.390,57
		512.601.470,71

PASSIVO

Fundos Acumulados		
Arrecadação de Taxas de Defesa	229.712.368,11	
Arrecadações Diversas	4.945.659,60	
Taxa S/Alcool	3.309.080,50	
Taxa S/Fornecimento de cana	4.230,40	237.971.338,61
Reservas		
Juros Suspensos	656.003,90	
Locação de Vagões-Tanques	150.000,00	
Reserva para Depreciações	722.213,00	1.528.216,90
Contas de Resultado		
Exportação de açucar extra limite	84.257,50	
Juros	151.267,30	
Multas	32.785,00	
Rendas do "Edifício Taquara"	459.270,80	
Revista "Brasil Açucareiro"	3.682,50	
Vendas de Açúcar	21.082.222,00	21.813.485,10
Obrigações		
Banco do Brasil — C/Financiamento	59.666.609,50	
Contas Correntes — Saldos Credores	18.110.697,05	
Depósitos Diversos	5.342.200,81	
Ordens de Pagamento	13.060.899,90	96.180.407,26
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO C/O ATIVO		128.515.248,10
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo		11.959.103,80
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo		14.633.670,94
		512.601.470,71

Rio, 31-3-943.

LUCIDIO LEITE
Contador

"Historia do Açucar"

(2 vols.)

Edmund O. von Lippmann

Tradução do prof. Rodolfo Coutinho

Preço . . . . . Cr$ 40,00
Pelo Correio . . . Cr$ 45,00

A venda nas Livrarias

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1943 — POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 1943

Nos. VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	Despesas Mês: Março	Total Despesas	Media mensal	Crédito anual	Saldo do cred. anual
PESSOAL :	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1 Comissão Executiva.	38.200,00	32.800,00	71.000,00	23.199,90	66.799,90	22.266,63	458.400,00	391.600,10
2 Sede do Instituto.	237.541,83	11.516,46	249.058,29	223.848,40	687.415,60	229.138,53	2.850.502,00	2.163.086,40
3 Fiscalização Tributaria.	141.200,00	176.095,20	317.295,20	94.306,60	200.611,40	66.870,46	1.694.400,00	1.493.788,60
4 Delegacias Regionais.	89.113,33	162.705,66	251.818,99	54.666,60	70,187,60	23.395,86	1 069.360,00	999.172,40
5 Despesas de Transporte.	108.000,00	117.220,50	225.220,50	74.207,30	172.986,80	57.662,23	1.296.000,00	1.123.013,20
6 Diarias.	84.440,00	104.760,00	189.200,00	47.980,00	112.100,00	37.366,66	1.013.280,00	901.180,00
7 Gratificações : —								
— Pró-Labore — Semestral	66.666,66	133.333,32	199.999,98	—,—	—,—	—,—	800.000,00	800.000,00
— Diversos.	7.666,66	15.333,32	22.999,98	—,—	—,—	—,—	92.000,00	92.000,00
MATERIAL :								
1 Material Permanente.	21.166,66	31.854,82	53.021,48	20.351,00	30.829,50	10.276,50	254.000,00	223.170,50
2 Material de Consumo.	30.116,66	61.937,58	31.820,92	26.662,90	148.833,80	49.611,26	361.400,00	212.566,20
3 Diversas Despesas.	158.733,33	133.340,46	292.073,79	125.394,10	309.520,30	103.173,43	1.904.800,00	1.595.279,70
	982.845,13	857.022,16	1.839.867,29	690.616,80	1.799.284,90	599.761,56	11.794.142,00	9.994.857,10

Rio, 31/3/943.

LUCIDIO LEITE, Contador.

ANUARIO AÇUCAREIRO

PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
REGISTADA NO D. I. P.

DE 1935 A 1941

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochura	Cr$ 10,00
Pelo Correio	Cr$ 12,00
Encadernado	Cr$ 25,00
Pelo Correio	Cr$ 27,00

À venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açucar e do Alcool nos Estados de Alagoas, Baía, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Sergipe e na sede :

Secção de Publicidade

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - (9.º pav.)

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agencias em todas as capitais e cidades mais importantes do país e correspondentes nas demais cidades e em todos os paises do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . 2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de rs. 10:000$000) . 4% a. a. (" ")

LIMITADOS (limite de rs. 50:000$000) . 3% a. a. (" ")

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . . 3,½% a. a.

— de 12 meses. . . . . . 4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente,** por meio de cheque.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante **previo aviso :**

— de 30 dias. . . . . . 3,½% a. a.

— de 60 dias. . . . . . 4% a. a.

— de 90 dias. . . . . . 4,½% a. a.

————::————

Letras a premio-(sujeitas a selo proporcional)

— de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

————::————

Nesta Capital, alem da Agencia Central, sita à rua 1.º de Março, n.º 66, estão em pleno funcionamento as seguintes Metropolitanas :

GLORIA - Largo do Machado (Edificio Rosa).

BANDEIRA - Rua do Matoso, n.º 12

MADUREIRA - Rua Carvalho de Sousa n.º 299.

MEYER - Av. Amaro Cavalcanti nº 27

Companhia Usinas Nacionais

AÇUCAR "PEROLA"

Saco azul
Cinta encarnada
Pacotes de 1 e 5 quilos

FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SANTOS
TAUBATÉ
JUIZ DE FORA
BELO HORIZONTE
NITEROI
CAXIAS - EST. DO RIO
ENTRE RIOS " "

SEDE:

RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro